

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS

LUCI MARIA DA SILVA

**A TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA RELACIONADA COM
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS PERCEPÇÕES DOCENTES NA ESCOLA DE
REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO ESTADUAL DE PERNAMBUCO**

JOÃO PESSOA
2015

LUCI MARIA DA SILVA

**A TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA RELACIONADA COM
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS PERCEPÇÕES DOCENTES NA ESCOLA DE
REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO ESTADUAL DE PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do
Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial
para a obtenção do grau de mestre.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais.

Orientador: Dr. Wilson Honorato Aragão.

Coorientadora: Professora Dr^a. Janine Marta Coelho
Rodrigues.

JOÃO PESSOA
2015

S586t

Silva, Luci Maria da.

A temática história e cultura afro-brasileira relacionada com a formação profissional e as percepções docentes na Escola de Referência em Ensino Médio Estadual de Pernambuco / Luci Maria da Silva.- João Pessoa, 2015.

137f. : il.

Orientador: Wilson Honorato Aragão

Coorientadora: Janine Marta Coelho Rodrigues

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE

1. Educação. 2. Políticas educacionais. 3. Formação docente. 4. Educação afro-brasileira. 5. Escola pública.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

LUCI MARIA DA SILVA

**A TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA RELACIONADA COM
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS PERCEPÇÕES DOCENTES NA ESCOLA DE
REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO ESTADUAL DE PERNAMBUCO**

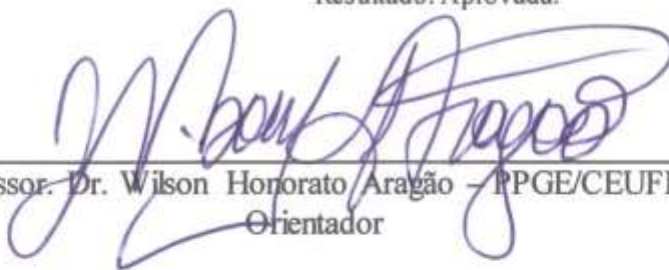
Dissertação apresentada ao curso de mestrado do
Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial
para a obtenção do grau de mestre.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais.

Data da defesa: 11/11/2015.

Resultado: Aprovada.



Professor. Dr. Wilson Honorato Aragão – PPGE/CEUFPB
Orientador



Professora Dr.ª Janine Marta Coelho Rodrigues – PPGE/CE/UEPB
Coorientadora

Professora Dr.ª Maria Salete Barbosa de Farias – PPGE/CE/UEPB
Examinadora

Professor. Dr. Mariano Castro Neto – MPGAU/CE/UEPB
Examinador

Dedico este avanço intelectual a Deus, todo poderoso, Pai, Mestre e Doutor, que sempre está comigo, e tudo só foi possível graças a Ele.

AGRADECIMENTOS

Para todas as pessoas que acreditaram em mim, e confiaram nos meus sonhos. Em especial a minha família: à Maria de Lourdes da Silva, mãe e colaboradora, forte aliada em diversos momentos da vida. Ao Felipe Alves da Silva, meu filho, que contribui com seu conhecimento, e sua visão aguçada de determinados assuntos. À Maria do Carmo da Silva, minha amada e querida avó, guerreira, que aos 92 anos perdeu a batalha contra o câncer que lhe acometia, sem deixar em nenhum momento de acreditar no futuro. Ela foi um exemplo na minha vida, e guardo imensas recordações; descansa em paz, vovó. Saudades Eternas!

Para alguns amigos da turma 34 do mestrado, que em diversas ocasiões, demonstraram sua bondade e acolhida, como também seus conselhos, são: Adriana Vilar; José Cleudo; Damião Fernandes; Zenildo José; entre outros. Às amigas do doutorado da turma 34, Ivanise Simpício e Rejane Maria, que estiveram ao meu lado em situações difíceis e complicadas.

Ao meu orientador Professor Dr. Wilson Honorato Aragão, que com sua paciência e tranquilidade, dedicou-se ao desenvolvimento desta pesquisa. À Professora Dr^a. Janine Marta Coelho Rodrigues, pessoa que tenho grande alegria de conhecer pela competência, pelo lado humano e profissional que ela conserva, acima de tudo. À Professora Dr. Maria Zuleide da Costa Pereira, a quem tenho imensa admiração pela sua agilidade e percepção do mundo.

À ativista do Movimento Negro e escritora Inaldete Pinheiro de Andrade, grande amiga, que muito coopera para ampliar os meus conhecimentos sobre o povo negro, colaborando e incentivando o meu desenvolvimento intelectual. Às Professoras: Maria Solange Lira Correa e Sônia Maria Sobreira Diniz Cysneiros, que estão sempre dispostas a ajudar na minha caminhada em busca da intelectualidade. Também aos amigos pessoais, Marcos Antônio Pereira de Oliveira e José Alves da Cunha, pela generosidade que dispensaram quando custearam as minhas despesas pessoais em determinados momentos.

Finalmente, aos participantes da pesquisa de campo, que estão lotados na Escola de Referência Semi-Integral em Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco. Meu grande respeito!

“Eu aprendi que a coragem não é a ausência do medo, mas o triunfo sobre ele. O homem corajoso não é aquele que não sente medo, mas quem vence esse medo”.

(Nelson Mandela, 1918 – 2013)

RESUMO

Esta investigação científica tem a finalidade de discutir algumas ideias sobre a formação do corpo docente e suas percepções em Relação à temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”, tanto na prática quanto na teoria dentro da escola pública de Referência em Ensino Médio Estadual de Pernambuco. A extraordinária expressividade da história negra e a busca por um melhor conhecimento foi o que impulsionou a pesquisa, estudando e analisando documentos juntamente com as opiniões de diversos profissionais que lecionam: Artes; Literatura e História. Objetivando divulgar as informações coletadas, os dados resultantes são considerados significativos para a reflexão referente à Lei nº 10.639/03 acerca dos afrodescendentes. Esse é um movimento em prol de Políticas Educacionais para a minoria. A metodologia utilizada é uma abordagem qualitativa na perspectiva participante. Nesse sentido, foram realizadas as entrevistas e os questionários com múltiplas questões. O resultado oferece, ao público interessado, três concepções: a bibliográfica e seu grau de abrangência interpretativa; a análise documental e a pesquisa de campo, que apontam para algumas possibilidades de intercâmbios e debates em torno da cultura brasileira. Porém, discorreu-se sobre as implicações e problemas relacionados à temática que usualmente decorrem do desconhecimento voluntário ou involuntário, consciente ou inconsciente, sobre a Lei nº 10.639/03. Esses fatores recorrentes são minimizados pelos argumentos e pontos de vista, que foram possíveis exprimir mediante uma escolha de ação educativa hoje, que permite a aprendizagem ofertada para os estudantes da Escola Integral.

Palavras-chave: Formação Docente. Educação Afro-Brasileira. Escola Pública.

ABSTRACT

This scientific investigation has the aim to discuss some ideas about the formation of the teaching staff and their perceptions towards the subject: “History and African-Brazilian Culture”, both in practice and in theory inside the public state school of Reference in high school in Pernambuco. The extraordinary expressivity of the black people history and the search for a better understanding was what impelled the research, studying and analyzing documents together with the opinions of several professionals who teach Arts, Literature and History. Aiming to disclose the information collected, the resulting data are considered significant to the reflection before the law 10.639/03 about Africans descendants. This is an ethnic movement in aid of Politic Educational to the minority. The methodology used is a qualitative approach in the participant perspective. In this sense, the interviews were made and questionnaires with multiples questions. The results offer to the interested public three conceptions: the bibliography and its degree of interpretative comprisal, the documental analyses and the field research, which point some exchange possibilities and debates about Brazilian culture. However, thinking of the implications and problems related to the theme that usually come from the voluntary or involuntary, conscious or unconscious misinformation about the law 10.639/03. During the arguments and discussions, it was possible to express their choice of the educative actions and their power of transformation today, which consists in viewing the learning offered to students of the referred full-time school.

Keyword: Teachers Education. African Brazilian Education. Public School

RESUMEM

Esta investigación científica tiene la finalidad de discutir algunas ideas sobre la formación de profesorado y sus percepciones en relación a la temática: “Historia y Cultura Afro-Brasileña” tanto en la práctica como en la teoría dentro de la Escuela Pública de Referencia en Enseñanza Secundaria del Gobierno de Pernambuco. La extraordinaria expresividad de la historia negra la búsqueda por conocerla mejor, impulsaron esa pesquisa, estudiando y analizando los documentos en contraposición con las opiniones de los diferentes profesionales que enseñan: Artes, Literatura e Historia. Con el objetivo de divulgar las informaciones coletadas, los datos obtenidos son considerados significantes para una reflexión referente a la Ley 10.639/03 acerca de los afrodescendientes. Ese es un movimiento en favor de las Políticas Educativas para las minorías. Por esa razón, la metodología de abordaje calitativo. En ese sentido, la entrevista y los cuestionarios fueron realizados con múltiples cuestiones. El resultado ofrece al público interesado, tres concepciones: la bibliográfica y su grado de la amplitud interpretativa, el análisis documental y la encuesta de campo, que apunta para algunas posibilidades de intercambios y debates alrededor de la cultura brasileña. Sin embargo, pensando en las implicaciones y los problemas relacionados que usualmente pueden estar en el transcurso del desconocimiento voluntario o involuntario, consciente o inconsciente, sobre la ley 10.639/03. Esos factores son disminuidos por los argumentos y debates, que permiten expresar una elección por la acción educativa hoy, y que consiste en visualizar el aprendizaje ofrecida a los estudiantes de la Escuela Integral.

Palabras-claves: Formación de profesorado. Educación Afro-Brasileña. Escuela pública.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de Participantes da Pesquisa.....	60
Gráfico 2 - Sobre o Conhecimento da Lei nº 10.639/03.....	75
Gráfico 3 - Quanto à Formação Continuada	77
Gráfico 4 - Tempo de Serviço dos Docentes na Rede	79
Gráfico 5 - O Motivo de Escolher a Carreira de Docente.....	81
Gráfico 6 - Utilização do Currículo Oficial pelos professores da Rede Estadual	102

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - A organização definida pelos professores e professoras a respeito do norte direcionado para a temática versada na Lei nº 10.639/03	68
Figura 02 - Experiências do professorado na hora de ensinar	70
Figura 03 - Trajetória do gestor da Escola de Referência.....	95
Figura 04 - Pontos destacados pelos professores sobre a função do Analista Educacional na Escola	97
Figura 05 - Visão do gestor sobre o corpo docente da escola.....	98
Figura 06 - Verificações das projeções sobre o currículo oficial descrito pelos docentes.....	103
Figura 07 - 03 (três) subterfúgios de polêmicas.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Para quê? Por quê? E Como Avaliar?	72
Quadro 02 - Comparativo entre os professores do ensino médio de referência e os professores do ensino médio regular/EJA.....	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CD – Compact Disc
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CONAE – Conferência Nacional de Educação
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Econômico
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMETUR – Empresa Metropolitana de Turismo
EMPETUR – Empresa Pernambucana de Turismo
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIES – Programa de Financiamento Estudantil
FUNCULTURA – Fundação de Cultura
FUNDARPE – Fundação de do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental
FTD – Editora FTD S.A (iniciais de Frère Théophane Durand, Superior Geral da Congregação Marista de 1883 a 1907), é uma editora brasileira criada em 1902.
GRE – Gerência Regional de Educação
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MNJP – Movimento Negro de João Pessoa
MNPB – Movimento Negro da Paraíba
NEABI – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PIB – Produto Interno Bruto
PNE – Plano Nacional de Educação
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSB – Partido Socialista Brasileiro
RMR – Região Metropolitana do Recife
SCA – Sistema de Controle Acadêmico
SEE – Secretaria de Educação Estadual
SINTEPE – Sindicato dos Profissionais em Educação de Pernambuco
TV – Televisão
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPB – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E A INCLUSÃO DOS AFRODESCENDENTES	24
2.1 UMA VISÃO REFLEXIVA: POSIÇÕES, OPINIÕES E POSSIBILIDADES	24
3 A HISTÓRIA E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM PERNAMBUCO: CONTROVÉRSIAS E ENTRAVES DA POLÍTICA ESTADUAL	41
3.1 A HERANÇA HISTÓRICA PERNAMBUCANA	41
3.1.1 A cultura como um processo de interação social	46
3.1.2 Aspecto peculiar do Recife: o passado e o presente	48
3.2 EM PERNAMBUCO: O PALCO É DO FOLCLORE MULTICULTURAL	52
4 A FUNDAMENTAÇÃO DO PROCESSO INVESTIGATIVO CIENTÍFICO	55
4.1 ASPECTOS GERAIS DA METODOLOGIA DA PESQUISA	55
4.2 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA INVESTIGAÇÃO	56
4.3 DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES	56
4.3.1 Usando a multi/trans e interdisciplinaridade na metodologia da pesquisa	58
4.4 OS ENFOQUES SOBRE: OS PROFESSORES E O DIRETOR DA ESCOLA NO CONTEXTO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA	59
5 A ANÁLISE DOS DADOS NO CAMPO DA PESQUISA	65
5.1 O ENSINO E A APRENDIZAGEM DO CONTEÚDO QUE VERSA A LEI Nº 10.639/03....	65
5.1.1 O processo avaliativo desenvolvido pelos docentes que lecionam os componentes de Artes, Literatura e História	72
5.2 OS DOCENTES E OS COMPONENTES CURRICULARES	73
5.2.1 A formação profissional dos docentes	75
5.3 IDIOSSINCRASIAS EXISTENTES SOBRE A LEI Nº 10.639/03 NA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO SEMI-INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO	83
5.3.1 As percepções dos docentes de artes	83

5.3.2 As percepções dos docentes de literatura	85
5.3.3 As percepções dos docentes de história	88
5.3.4 As percepções dos docentes sobre o Educador de Apoio	91
5.3.5 As percepções dos docentes a respeito do Gestor Escolar.....	93
5.3.6 As percepções dos docentes com relação ao Analista Educacional	96
5.3.7 As percepções do gestor sobre a prática dos docentes	98
5.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	99
5.5 EXPLORANDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DO CURRÍCULO NA ESCOLA DE REFERÊNCIA PESQUISADA	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A - 1º QUESTIONÁRIO SÓCIO EDUCACIONAL / PROFESSORES ...	127
APÊNDICE B - 2º QUESTIONÁRIO SÓCIO EDUCACIONAL / GESTOR	132
ANEXO A – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO	137
ANEXO B - CERTIDÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.....	138

1 INTRODUÇÃO

A possibilidade de analisar a formação profissional e as percepções pedagógicas dos docentes que lecionam os componentes curriculares de Artes, Literatura e História frente à temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” na Escola de Referência em Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco instigou este estudo que teve seu início em um instante bastante atribulado e expressivo para a educação pernambucana.

Além disso, um dos fatores primordiais foi a expressividade das Políticas Educacionais que suscitou o interesse por pesquisar o tema, pois a História da Educação no Brasil é marcada pela da população brasileira. Isto significa que as pessoas deste país evoluíram gradativamente e levaram a educação consigo. Este fenômeno ocorreu através dos séculos, com a contribuição de diferentes povos. Esta elaboração é expressa pela experiência didático-pedagógica, que ao longo dos tempos, foi acumulada, repassada e melhorada pelas diversas gerações. Entretanto, na prática, essas relíquias são deixadas para trás, posto que ficam longe de efetivar uma realidade; contudo, a mudança das pessoas é visível, tendo em vista que aqueles que foram excluídos inteiram-se acerca de seus direitos e procuram os meios legais para defendê-los.

O conhecimento conciso e claro a respeito da formação docente na atualidade no Estado de Pernambuco potencializou a elaboração deste trabalho, tendo em vista que a investigação ocorre em um momento ímpar, relacionado às condições gerais dos professores e da educação no estado. Pelo exposto, os entraves dessa situação estão relacionados ao dispositivo que proporciona os acréscimos financeiros aos proventos dos docentes que é a questão acirrada entre o sindicato dos professores – SINTEPE e o Governo Pernambucano; esse impasse resultou na paralização dos serviços educacionais da rede de ensino estadual.

Quanto às relações sociais – essas interna e externamente implícitas e explícitas – influenciam a educação porque são pressupostos que conduzem ao poema pedagógico de Makarenko (1980, p.13-14) que está baseado na força criadora do homem, afirmando que: “O homem deve ter uma só especificidade: deve ser um homem, um homem verdadeiro”. E esta verdade deve ser ligada à sua realização e ao seu modo de viver sua profissão. Para melhor esclarecer esta ideia, é preciso considerar o que está acontecendo, observando insistentemente o panorama histórico que se descortina no presente daqueles que são os participantes da pesquisa de campo.

Portanto, o sentido de investigar a Escola de Referência Estadual não é resolver o que pode e deve ser ensinado aos alunos e ou formar um professor somente para negros. Mesmo

sendo este um momento de reparação social para as minorias, é bastante salutar que a escola e seus profissionais estejam em consonância com as políticas vigentes para estes fins.

Nesses termos, foi a partir do século XIX que no território brasileiro, efetivamente, teve início o distanciamento das escolas do recinto familiar, porque ocorreu o afastamento da educação que era de cunho doméstico, orientada conforme o legado caseiro, para uma estrutura apropriada, onde as regras eram orientadas fora do domínio tradicional das famílias. Isso significava que houve interferências também nas tradições culturais e políticas dos lares, a partir das quais o espaço residencial se organizava. Esses fatores que transpareceram, mostraram a necessidade de construção dos locais próprios para o funcionamento das instituições escolares que ficaram a cargo do poder político.

Agora o interesse maior dos Pernambucanos é que sejam implantadas as políticas em prol dos reconhecimentos trabalhistas dos profissionais da educação que precisa acontecer aos poucos, positiva ou negativamente, conforme a visão do dirigente governamental. Essa perspectiva, para ocorrer, depende também dos olhares da elite poderosa que faz a legislação. Uma vez que transparece uma dualidade de intenções vislumbradas durante os mandatos dos representantes dos entes federados.

Logo, são provenientes as ações específicas dos professores em favor da qualidade educacional; que não parte de uma visão igual à do governo, porque a prioridade educativa dos trabalhadores em educação e da população não comunga com os tantos princípios dos detentores do poder. A política atuante ainda funciona de portas fechadas, e em muitos casos o ponto de interesse politicamente correto diferencia em enormes proporções com a percepção dos docentes e dos eleitores. Diante desse contexto, deveria haver uma consulta abrangente para saber a opinião das classes sociais, antes dos detentores do poder, resolverem qualquer aspecto legal que envolvam determinadas problemáticas cruciais para a vida dos cidadãos.

No entanto, existe uma Política Educacional determinada, quer seja definida com métodos, ou por diversos momentos ditados pelos processos curriculares pertinentes que expressam as propostas efetivadas pelo governo que por vezes não proporcionam capacitações para os docentes efetuarem suas atividades dentro da sala de aula com o que foi determinado. Simplesmente, normatizam as leis com o intuito de que os professores executem um propósito útil que sirva para atingir as metas governamentais, fazendo com que o ensinamento aconteça sem um norte prévio. Na verdade, para delinear os contratempos dessa história, se faz necessário escolher os paradigmas para a divisão cronológica que norteará os dados documentais desta dissertação, perpassando pela visão de alguns autores.

Podem-se citar Wehling (1994, p.21-22), quando faz uma divisão dos acontecimentos em duas partes: na primeira, as tendências históricas e, na segunda, constam os cortes transversais com destaque à economia, à sociedade e aos quadros mentais, à cultura e aos mecanismos de poder. A expressão “breve século” e “longo século”, comum entre os historiadores, incluindo Dermeval Saviani et al (2006, p.10) que destaca esta afirmação no tocante a História da Educação Brasileira. Mas, Saviani (2007) também trata das ideias pedagógicas no Brasil, dimensionando os fatos e fatores que influenciaram e influenciam o Sistema Educacional.

Perante isso, a gama de responsabilidades que carrega o professor do século XXI está enfocada numa educação que deve atentar para o que dita o processo global, ou seja, ter um conhecimento interativo, dentro desta conjectura onde impera o diálogo que se tornou um ícone viável para promover as relações interpessoais, entre tantas outras ligações humanas, incluindo todos os ramos do vasto aprendizado humano.

Convém ressaltar que, de acordo com Lyotard (1988, p.8) “O cenário pós-moderno é essencialmente cibernético-informático e informacional”. Por isso, o autor afirma que “nação” e “ciência” caminham juntas. Decorre desse raciocínio, portanto, a ideia de que é imprescindível investir-se, cada vez mais, na educação e nos professores. Mesmo depois de implantadas as novas prerrogativas educacionais e tecnológicas – amplamente destacadas na pós-modernidade –, observa-se a precarização da instituição pública estadual que decorre do sucateamento e da burocracia da máquina governante que atua num emaranhado de contradições.

Nem mesmo com as reformulações das leis e dos atos legais que muito pouco fizeram com que fosse enaltecida a posição-base que deveria ser ocupada pelos docentes nesta sociedade que também não permitiu a inclusão eficaz da negritude na escola criada pelo poder majoritário e suas legislações cheias de contrariedades e controvérsias. Uma imensidão de expectativas que são compartilhadas por todos, principalmente pelos que formam o quadro efetivo da educação que conservam a esperança com relação aos dias melhores. Porém, na realidade, a globalização desfaz os sonhos, e não permite que as experiências na rede de ensino estadual possam existir com eficácia e eficiência. E, diante de um mundo globalizado onde impera o conhecimento, a tecnologia e as ciências, destaca-se que em certos casos, há professores que muito mal sabem manusear o computador e que se atrapalham bastante na hora de organizar a caderneta eletrônica imposta pelo governo do estado, pois este não forneceu capacitação de informática para a docência realizar essa tarefa.

Será que o slogan “Pátria Educadora”, que foi o carro chefe do discurso de posse da presidente do país, como também do então governador do estado de Pernambuco está fadado a ser mais uma artimanha política? Então, mais uma vez a educação paga o preço pelos atos insensatos dos políticos? São indagações que a população faz ao acompanhar as notícias sobre esse assunto. Na realidade, os brasileiros e pernambucanos estão assistindo a um verdadeiro massacre contra os professores.

Assim, para o Estado, a paralização é ilegal, porque o entendimento que se tem sobre o trabalho do professor e da educação sempre tem vários sentidos que são distorcidos politicamente em alguns momentos para facilitar a permanência dos detentores do poder, pois eles são intrínsecos. Diante desse hábito arcaico, legado da elite brasileira do “Breve Século XIX” que teima em permanecer em pleno século XXI, tentando desmerecer a tarefa educativa da escola pública estadual.

Relembrando que educação é civilidade, bons costumes e aquisição de conhecimentos, hoje ultrapassam as fronteiras conceituais, indo por um caminho que só ao professor em classe pode se permitir uma definição, tendo em vista que o olhar docente é o essencial. Porém, a concepção corporativa do ofício de mestre que teve sua constituição elaborada pelo poder estatal ao longo dos séculos, tem sua existência agora da seguinte forma: por um lado, o governo pensando em constituir um corpo funcional seleciona seus professores, do outro, os docentes visualizam a possibilidade de legalização de seu trabalho.

A ideia de capacitação dos professores brasileiros é uma herança histórica dos anos 50 do século XX. Todavia, ainda precisa haver um planejamento eficiente que valorize a cultura, os saberes e o processo de ensino e aprendizagem das classes menos favorecidas na escola. Sendo necessário o fortalecimento efetivo das políticas educacionais que são de suma importância para a demanda oriunda das camadas sociais mais desfavorecidas da população que necessitam do serviço educativo da Escola de Referência Estadual; porém, o que fica definido é muito mais respaldado no esforço do professor do que dos entes federados. Porque a principal reivindicação da categoria de profissionais da educação estadual foi o cumprimento do que estabelece a Lei do piso e que na data-base de aumento dos professores estaduais ficou vetado, não ocorrendo o que estava estipulado para o ano de 2015, um reajuste de 13,01%, equivalentes ao piso nacional do magistério.

Mesmo o governo afirmando que está aberto às negociações, avalia as reivindicações dos docentes por um ângulo superado e obsoleto, insistindo em punir os professores que tomaram parte na greve e que são das Escolas de Referências, determinando a localização desses em escolas comuns. Assim, o governo estadual aproveita o momento e penaliza o

professor que aderiu a paralização tirando a gratificação recebida por estar lotado numa escola integral ou semi-integral. Portanto, expôs a categoria à perseguição, publicando até mesmo em diário oficial as punições efetivadas contra os grevistas que aderiram ao movimento e as listas de professores (as) punidos foram claramente divulgadas.

Os alunos, seus familiares e a sociedade pernambucana apoiam a movimentação da docência, é o que está explícito na mídia. Esse fato é relevante e deixa claro que o poder governamental está caindo em um imperdoável engano que é tentar deturpar e desvirtuar a opinião pública a respeito dos profissionais de educação.

Estes fatos acontecem diante do discurso presidencial que faz a divulgação em nível territorial e mundial, repassando a informação que eleva a educação como “prioridade das prioridades”, usando o lema: “Brasil, Pátria Educadora”, fixando os olhares em torno da profissão do professor e de todo o contexto educativo.

É explícita a luta deflagrada pelos profissionais da educação, para conseguirem que se façam cumpridos os seus direitos legais, como o de trabalhar com dignidade. Em Pernambuco, como em todo o Brasil, é demonstrado que a educação escolar, ao longo dos anos, progressivamente, assumiu as características de uma luta generalizada em que o poder governamental trava contra si mesmo, contra a família e contra a sociedade.

Para melhores esclarecimentos deste contexto, a bibliografia consultada encontrada nas laudas posteriores, são referências propícias que também ampliam a compreensão do que diversos autores elencam, uns, com suas concepções a respeito da formação profissional dos docentes, e outros, trazendo suas contribuições sobre a história e a Cultura Afro-Brasileira em Pernambuco.

Contudo, às vezes, na escola, há um pensamento que idealiza o trabalho realizado como não tendo o resultado esperado; ou mesmo que o fim alcançado não era o que se esperavam obter, ou não aconteceu. Esses conflitos são verdadeiras guerras e embates travados interiormente pelos docentes.

Os gêneros das diversas literaturas que fazem parte destas páginas são configurações do trajeto docente, inclusive destacando o sentido de formação que é um dos impulsos desencadeados. Nesta composição, também se inclui o negro na educação que compõe um respaldo para oferecer uma panorâmica do que se tem atingido na atualidade em todos os lugares do país, estando em consonância com o entendimento de outros intelectuais, no que se refere à versão da LDBEN nº 9394/1996.

Contudo, pensar a questão pelo prisma dos ranços e dos avanços, também é entender que muitos dos resultados tornaram-se alvos inatingíveis e obscuros para a proposta sobre a

legislação versada, e em detrimento da situação que vigora. Nota-se uma série de impedimentos que fazem o roteiro em sala de aula, e o currículo apenas limita-se a conteúdos, considerando o que muitas pesquisas dizem sobre este saber reproduzido e elencado que não é oriundo das aspirações dos que fazem a instituição escolar. Sobre isso, muito pouco se debate a respeito da veracidade vivida pelos professores e estudantes na imprensa falada e escrita, principalmente se são de origem negra.

Todavia, existe um perverso esquecimento da importante função da escola. O que acontece, é por muitas vezes, um procedimento mantido ocultamente, pelo simples fato de não fazer parte do que se quer deixar transparecer em público. Então, se estipula e manipula a notícia levada aos meios de comunicação, sem considerar, no entanto que, quando há uma articulação de informações, fica mais fácil a noção de potencializar e aplicar a verdade em prol de todos.

A falta de segurança na utilização da tecnologia leva à confirmação do formato tradicional da sala de aula que é um ponto comprovado, além disso, é impossível imaginar que os docentes desempenham o currículo atual sem a oferta de uma formação, e isso é uma tarefa bastante complexa. Os professores que trabalham ou não trabalham com educação popular, necessitam destrichar os vários saberes e culturas. Tudo isso, compõe o que está escrito por distintos autores correlacionados nas diversas citações e nos itens que compõem a construção dos capítulos deste estudo. Além dos enfoques educativos inseridos ao descrever o papel do professor em relação ao aluno que passou pela história por múltiplas inversões de valores, principalmente nesta nação, fez-se conveniente mencionar essa realidade para entender melhor o presente.

O capítulo 2 foi dedicado às políticas educacionais, trazendo os enfoques e as considerações pedagógicas que enfatizam o foco do ofício de mestre e da inclusão dos afrodescendentes que são propostas vigorantes, apresentando as mudanças ocorridas nos Planos Nacionais de Educação - PNE.

Indo mais além, a ressalva condiz ser ainda um passo importantíssimo, investir no docente, em todos os fatores possíveis, tais como: salários, e em toda a instância formadora que realmente sirva para contribuir para prática do cotidiano escolar. Ademais, não há educação de qualidade se as leis voltadas para as questões educacionais verdadeiramente estiverem apenas nos papéis e engavetadas. As tais leis elaboradas deveriam ser conhecidas dos docentes, já que trabalham nessa área.

Outrossim, é inserir métodos em sala de aula apenas para satisfazer modismos sem, no entanto, proporcionar capacitações formativas sobre o assunto para os professores, pois a falta

de informação leva ao fracasso de qualquer metodologia imposta. Somente um ensino que vislumbre possibilidades poderá proporcionar uma aprendizagem de significados, nos moldes propostos por Nóvoa (1995, p.24), Zeichner (1993, p.10-11), Pimenta (2000, p.21-24), segundo os quais não há ensino qualitativo e nem pedagogia sem um adequado e bem formado corpo de professores.

Estas são as nuances de saberes, que estão atreladas aos direcionamentos teóricos e metodológicos relacionados às pedagogias: tradicionais; escola novistas; a de Piaget; a Vigotsky; a de Freire ou de Ferreira e até a do pós-construtivismo – de Gardner –, e vários outros direcionamentos de acordo com Pereira et al (2009, p.198-199) que se traduzem em modos de lidar o fazer docente.

São estas, as informações coletadas e consideradas significativas para os que quiserem refletir sobre a profissão do docente pernambucano, o qual está em um mundo tão conturbado. Estes profissionais procuram ficar atrelados a qualquer processo educativo, mesmo não tendo respaldo do órgão dirigente da educação.

No capítulo 3, estão em destaques a história e a cultura afro-brasileira em Pernambuco, que tem uma imensidão folclórica multicultural que foi descrita por diversos intelectuais e estudiosos das distintas manifestações originárias do povo trazido como escravo para as terras pernambucas. Os distintos pesquisadores destes assuntos culturais expressaram as variações da tradição originária dos escravizados neste estado, exaltando a força e a capacidade de adaptação que se perpetuou através dos anos.

O capítulo 4 traz as considerações sobre os procedimentos metodológicos que resultaram na escolha do método como uma fonte muito importante para a pesquisadora, porque trata do real, tem vida, e é de onde parte toda a ação consistente e relevante. Exprime-se, pois, a subjetividade, tanto do pesquisador quanto do sujeito investigado que ficou evidenciada nessa perspectiva, partindo do que é mencionado no método qualitativo no contexto da formação docente. Portanto, estas e outras abordagens, são partes reverenciadas como meio para pontuar a versão dos fatos.

No capítulo 5 são apresentadas as análises e os resultados dos procedimentos da coleta dos dados no campo da pesquisa *in loco*, os quais se basearam nas entrevistas feitas com aplicação dos questionários direcionados para os participantes da investigação na Escola Pública de Referência da Rede Estadual de Pernambuco.

Entrementes, considerando a complexidade que foi verificada no campo da pesquisa e suscitou na computação das informações coletadas através das repercussões advindas dos relatos de diversos profissionais do magistério que lecionam nas disciplinas de artes, história e

literatura, fundamentando o conhecimento das experiências destes no sistema educacional durante os últimos anos. Assim, convergem pontos importantes, como as percepções dos docentes e também a visão do gestor sobre a temática, o projeto político pedagógico e as diretrizes da grade curricular determinada pela Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco.

Das leituras empreendidas, restou demonstrada, suficientemente, a utilização de determinadas informações que são evidenciadas no exercício profissional dos professores da Escola de Referência em Ensino Médio Estadual de Pernambuco. Além disso, vale ressaltar as fontes que serviram de subsídios e de consulta para a presente investigação científica e traduziram informações sobre: saber; ciências e epistemologia e são pontos de conhecimentos favoráveis para a conclusão deste trabalho.

Logo, é relevante dizer que o método e a pedagogia andam juntos, pois, foi com uma didática bem sucedida e utilizada continuamente que se formou a base de fundamentação da teoria do conhecimento desejado para chegar ao resultado obtido nesta investigação científica. Para melhor dizer, esta metodologia foi construída aos poucos, juntamente com os objetivos propostos para a pesquisa.

Persiste, ainda, uma dialética que mostra também o contato direto com o verdadeiro sentido do estudo dirigido aos alunos na Unidade Escolar pesquisada. Estes estudantes só podem contar com a escola estadual para cursar o ensino médio. Dialogando com o que foi coletado, perpassando pelos aspectos chaves delineados nas descrições que seguem durante todas as generalizações, concluiu-se que as informações coletadas são pertinentes com o título empregado para este processo investigativo.

As Considerações Finais traduzem uma conclusão do tema investigado resultante da amplitude que a formação profissional dos docentes em Pernambuco na Escola de Referência Semi-Integral apresenta. Também, há uma variedade de esclarecimentos e referenciais compatíveis com o entendimento da complexidade imperante que não é separada do teórico nem do objeto estudado e tampouco, de sua intenção. Estes são momentos indissociáveis que representam um conjunto.

Todavia, lidar com o tendencioso na situação do ensino é relevante, principalmente usando as técnicas de coletas de dados, como as entrevistas e os questionários, ressaltando que os questionamentos direcionados aos participantes estão no apêndice desta dissertação. Porém, nas referências bibliográficas estão sistematizadas as obras intelectuais de diversos autores que são consideradas bases fundamentais de respaldo teórico, não só como organização do pensamento e da produção acadêmica existente sobre os assuntos do tema pesquisado, mas, também, como uma

forma de prevalecer uma busca pela indagação sobre o universo educativo. E as produções de renomados escritores expressam muitas convicções quando falam do professor, de sua experiência adquirida através da ação feita continuamente e também do desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Nesta parte, estão elucidadas as considerações propícias para a compreensão das configurações que são suportes para maior esclarecimento de tudo o que for importante na análise documental das informações históricas, sendo fonte de respaldo para saber o que se tem agora.

Portanto, em anexo está contida uma parte do Diário Oficial da União com a publicação da Lei nº 10.637/03 e ainda encontra-se anexada a Certidão do Comité de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba. Tudo engloba o estudo dos documentos responsáveis pelos fatos que influenciaram as Políticas Públicas e os movimentos da sociedade para a melhoria das condições da educação afrodescendente, permitindo considerar um norte constituído de uma legitimação ansiada e em especial, é uma articulação para o contexto das percepções do docente.

Mas, vale lembrar o pensamento a respeito da educação integral que é uma proposta feita no final do século XIX e início do século XX, pelo ilustre orador brasileiro Rui Barbosa que, com seus fundamentos pedagógicos liberais e modernos, via, no modelo de uma escola de horário ampliado, uma possibilidade de melhores condições de incluir a população brasileira no mundo do saber intelectual de forma ampla, vislumbrando uma imensidão de suportes educativos para os alunos deste contexto. Nascimento (1997, p.54) traduz esta questão como: “O terceiro ponto essencial do ensino integral preconizado por Rui Barbosa era a educação do sentimento”. Esse modo educativo tinha um olhar intuitivo, pois estava incluída uma organização que abrangia: o esporte; a música; a arte; a cultura e todos os preceitos de elevação humana.

Finalmente, nesta roupagem de escola integral empregada pelo Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Educação e que prevalece neste momento, sendo chamada de uma educação integral e ou semi-integral que tem um rumo diferente do que foi proposto na época de Rui Barbosa.

2 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E A INCLUSÃO DOS AFRODESCENDENTES

2.1 UMA VISÃO REFLEXIVA: POSIÇÕES, OPINIÕES E POSSIBILIDADES

Considerando que a formação do professor, ao longo do tempo perpassa por diversas etapas, em meio a muitas controvérsias e a uma imensa complexidade, com base epistemológica, desenvolvida num clima de grandes embates, tendo como domínio a aprendizagem dos seres humanos que pode ser percebida dentro de 03 (três) limites como: o social, porque a escola e os docentes trabalham internamente e externamente com a sociedade e seus fatos; e quanto ao afetivo que acontece relacionado ao processo de relação professor-aluno na instituição escolar; e finalmente o cognitivo que faz parte do entendimento sobre o ensino-aprendizagem dos alunos. A vasta literatura acadêmica que existe a respeito das referidas questões, permitem um amplo conhecimento. Nesse sentido, remete-se a Karl Marx que, em seu livro I intitulado “O Capital”, escreveu:

A aranha realiza operações que lembram o tecelão, e as caixas suspensas que as abelhas constroem envergonham o trabalho de muitos arquitetos. Mas até mesmo o pior dos arquitetos difere, de início, da mais hábil das abelhas, pelo fato de que antes de fazer uma caixa de madeira, ele já a construiu mentalmente. No final do processo do trabalho, ele obtém um resultado que já existia em sua mente antes de ele começar a construção. O arquiteto não só modifica a forma que lhe foi dada pela natureza dentro das restrições impostas pela natureza, como também realiza um plano que lhe é próprio, definindo os meios e o caráter da atividade aos quais ele deve subordinar sua vontade (MARX, 1998, pp.211-212).

A profissão docente é bem parecida com o que Marx descreveu, porque alinha a mente e o corpo num planejamento cotidiano, cuja base é o saber. As teias da identidade do docente foram conquistas participativas através de movimentos sociais. Dentro desse paradigma, convém mencionar a posição de Rodrigues et al (2013, p.7) sobre o sentido etimológico da palavra profissão que diz: “Etimologicamente, entende-se por profissão, emprego, mister, modo de vida, ato ou efeito de exercer qualquer das atividades especializadas, de caráter permanente, em que se desdobra o trabalho total realizado em uma sociedade [...]”. Então, é essencial este conceito, para compreender amplamente o que é a docência que vai além do que podemos imaginar. Porque esta profissão compreende um largo e complexo caminho percorrido todos os dias, durante os computáveis períodos letivos determinados e é o docente que enfrenta essa tarefa. Isso muitas vezes, se torna o dilema característico desse profissional. Todavia, as mudanças são sempre esperadas com muita ansiedade e segundo Hobsbawm (1995, p.7) tratando sobre o século XX, o qual chegou com

a ilusão de futurismo, e recorda a inesgotável aposta da humanidade quando ilustrava os sonhos que desejavam nesse período, considerando que:

Não é possível escrever a história do século XX como a de qualquer outra época, quando mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou obras de historiadores posteriores. [...]

Realmente é verdadeira esta consideração, tendo em vista o resultado do final do século XX e principalmente a última década que foi quando houve uma grande reviravolta em torno da inclusão das minorias. Nota-se certa “apologia”, consciente ou inconsciente, relacionada à pesquisa com as pessoas que ficaram às margens da sociedade brasileira. Então, uma opinião importante sobre a política que norteia a imagem do docente e do currículo oficial é delineada por Arroyo (2000, p.24) ao contemplar a totalidade da educação, descrevendo:

As políticas de formação e de currículo e, sobretudo, a imagem de professor (a) justificam perder essa referência ao passado, à memória, à história, como se ser professor (a) fosse um cata-vento que gira à mercê de última vontade política e de última demanda tecnológica. Cada nova ideologia, nova moda econômica ou política, pedagógica e acadêmica, cada novo governante, gestor ou tecnocrata até de agências de financiamento se julgam no direito de nos dizer o que não somos e o que devemos ser, de definir nosso perfil, de redefinir nosso papel social, nossos saberes e competências, redefinir o currículo e a instituição que nos formarão através de um simples decreto.

As palavras do autor se inserem no panorâmico mundo da formação profissional do professorado brasileiro e porque não dizer: em especial com os docentes de Pernambuco que estão expostos a toda sorte de momentos críticos para enfrentar as adversidades originárias de uma desmedida situação governamental. Mesmo tendo no Brasil uma legislação específica para a educação, e outras fontes de respaldo legal que circulam nesse Sistema Educativo, nem todo esse aparato representado pelas leis permitiu a elevação da valorização do magistério deste país. E em relação à LDBEN atual, o discurso de Demo (1997, p.10), assegura de uma maneira particular a convicção sobre a Lei nº 9394/96, dizendo que:

[...] a LDB é uma lei “pesada” que envolve muitos interesses orçamentários e interfere em instituições públicas e privadas de grande relevância nacional como escolas e universidades. Não teria qualquer condição de passar com um texto “avançado”, no sentido de ser a “lei dos sonhos do educador brasileiro”. Como o Congresso Nacional é sobretudo um “pesadelo”, as leis importantes não podem deixar de sair com sua cara, e são, pelo menos em parte, também um pesadelo. Lei realmente “boa” só pode provir de um congresso “bom”. Não é, obviamente, nosso caso, pelo menos por enquanto.

O exposto pelo escritor é muito coerente com os fatores reais, quanto às possibilidades imaginadas para melhorar a vida do professor que a LDBEN nº 9394/96 propaga, e que foi uma ilusão de ótica. Assim, as exigências que sempre existiram para o trabalho na área de educação tornaram-se mais impactante nessa carreira. O que é verificado por Libâneo (2007, p.7) quando claramente sinaliza sua opinião sobre formação de professores:

[...] Por isso, o tema da formação de professores assume no Brasil de hoje importância crucial, ainda que a questão de fundo continue sendo políticas públicas e as efetivas condições de funcionamento das escolas públicas. Não há reforma educacional, não há proposta pedagógica sem professores, já que são os profissionais mais diretamente envolvidos com os processos e resultados da aprendizagem escolar.

A posição descrita é bem consistente com a verdade, pois, os descasos dos entes federados quando tratam a educação pública é do conhecimento de toda a população do território brasileiro, porque as decisões sobre o que fazer com o processo educativo de modo geral encontra-se realizada dentro de um recinto fechado, somente restrito aos políticos, igualmente como no passado. Então, David Harvey (2007, p.8) alerta para a possível chegada a um rumo dizendo que:

Así pues, resulta oportuno indagar qué caminos y qué medios se utilizaron para lograr arrancar esta nueva configuración económica menudo subsumida en el término “globalización”- de las entrañas de la vieja.

O fator econômico, descrito e a globalização são fortemente lembrados na descrição e são pontuados pelos dirigentes políticos quando confirmam a falta de verbas para investimentos educacionais. Ao mesmo tempo, dizem que a economia é o ponto de reestruturação, deixando de lado os ideais de liberdade que devem permanecer e a escola é o lugar libertador de saberes, principalmente quando o futuro de uma nação depende desta instituição. Em contrapartida o tema da globalização é um assunto complexo e está vinculada ao localismo, a hegemonia cultural, e funciona de diferentes modos. Perpassa pela obrigatoriedade educativa, porém, não fornece subsídios para a permanência das etnias no cotidiano do espaço da sala de aula. Diante deste contexto, o Ministério da Educação, tentando nortear um referencial de formação curricular para o professorado de todo o Brasil e visando que supostamente seria empregada na prática em classe com os alunos; foi quando o governo federal criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em um período que a palavra era globalizar. Pensa-se no debate e nos embates que essa questão apresenta, no

âmbito da educação, pela influência que não é vista na percepção do currículo em vigor. A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com vistas a igualar um processo educativo comum, deseja viabilizar, como uma reflexão sobre um modelo de conteúdo norteador da prática pedagógica, do planejamento cotidiano e em pauta faz a sugestão de uma seleção em série de materiais didáticos e recursos tecnológicos para serem suportes na escola; todavia, isto só ficou no papel. Enfim, também está incluída, nesta dimensão, os Temas Transversais, somando aos outros, transformam-se em uma verdadeira aparelhagem livresca, para professores que na maioria das vezes trabalham 03 expedientes, para sobreviver e nem sequer conseguem folhear as páginas destes exemplares. Dentro deste pressuposto de currículo escolar, a ideia globalizante, significa também desencadear as desigualdades, as diferenças e as exclusões sociais no âmbito educativo; como em outros setores da sociedade. Nesse universo de demandas que passam a ser influenciadas pela ação global encontra-se o professor e no meio dessa condição está também a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira¹”, por ser um resgate de uma problemática cultural herança de centenas de anos que é tida como dívida histórica, com uma grande parte da população brasileira que durante muito tempo ficou às margens da educação. É devido a essa situação que as pesquisas informam a evasão dos estudantes e entre estes, estão os negros e os afrodescendentes, por serem frequentadores do ensino público, até porque devido as suas condições materiais, muitas vezes não podem pagar escolas particulares. É no ambiente educacional público, majoritariamente frequentando pelas pessoas oriundas das camadas populares, mais necessitadas, é na escola pública onde estão os carentes que têm diferentes realidades. Mas, ao globalizar a educação, gera-se um processo de desconstrução cultural que afeta as políticas sociais que foram conseguidas através das lutas dos movimentos da sociedade. Fazer uma contextualização sobre a política social e a educação nos dias de agora, é de certa forma muito difícil de descrever, pois, não se consegue, porque para corrigir as distorções deixadas durante os séculos de existência de algumas questões, é preciso recorrer a um plano educativo nacional amplo e efetivo que não se mostre irreal, tendo em vista a correção total das distintas defasagens explícitas socialmente. Para Freitag (1987, p.33) particularmente, seria impossível discutir exaustivamente e profundamente todos os espaços percorridos e as reformulações não alcançadas que a política educacional brasileira trilhou. A autora se posiciona de uma maneira coerente, procurando mostrar que a política educacional é vista como um fator ligado às

¹ Segundo Aragão et al (2013, p.292) que trata da Lei nº 10.639/2003 e sua aplicação nas escolas com o intuito de alcançar novas alternativas bem sucedidas.

políticas sociais. Referindo-se a esta última LDBEN, Lei nº 9.394/96, Brzezinski (1999, p.156), salienta:

Pelas Análises apresentadas fica evidente que ainda persiste no Brasil o quadro deixado por Anísio Teixeira: uma grande distância entre a lei elaborada e a realidade brasileira, portanto permanece a duplicidade entre o mundo vivido e o mundo do sistema.

Analisando as três Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entende-se que não conseguiram sensatamente as metas que estabeleceram e nem as condições para atender de verdade as pessoas deste país, muito menos possibilitar a inclusão da negritude no sistema e tampouco ofereceram as melhorias efetivas para o professor. Partindo do que aconteceu com a LDBEN nº 9394/96 que deflagrou a Década da Educação, iniciada no ano de 1996 com a sua promulgação e vai até o final de 2006, essa temporalidade trouxe grandes expectativas que resultaram em muitas decepções tanto para o povo quanto para todos que trabalham no Sistema Educacional desta nação. Mas, é notória a concepção de Loureiro e Ribeiro (2011, p.296), no artigo que trata de: Políticas Sociais, Neoliberalismo, Estado e Capital, e logo, é crucial observar três pontos principais do estado neoliberal: “(a) administração racional-econômica dos recursos públicos; (b) terceirização de serviços públicos para a iniciativa privada; (c) focalização das políticas sociais”. E estas propostas estão se ampliando positivamente, cada dia mais, enquanto sistematizações, o que afeta o desenvolvimento da qualidade na educação, impedindo o investimento básico que deveria haver prioritariamente na área educativa. Por isso, o advento da política neoliberalista foi quem fez um descaso a respeito de tudo que é público, dentro de uma corrente desvalorizadora que afirma a supervalorização do privado. Este processo favorecedor da iniciativa particular supervalorizou a educação neste setor e os procedimentos neoliberalistas não pouparam nem mesmo a educação pública estadual que é relegada de forma extensa ao descaso. De um lado, no referido artigo, a visão da atualidade, inclusive do que se passou no Brasil na década de 1990, traduzido pelo modelo de pensamento da gestão Fernando Henrique Cardoso que visava mais a política econômica em detrimento da política social que é caracterizada por diversas políticas: saúde; previdência; segurança; educação; habitação; assistência social e tantas mais. Por outro lado, dando continuidade ao contexto dos anos 90, Dourado (2002, p.238) delineou e permitiu visualizar a direção da Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil, Admitindo que:

As políticas educacionais no Brasil e o papel dos organismos internacionais: O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da

Organização das Nações Unidas (ONU) configuram-se como importantes interlocutores multilaterais da agenda brasileira. No campo educacional, esses interlocutores, particularmente o Banco Mundial, revigoram a sua atuação no país a partir da década de 1980. (DOURADO, 2002, p.238).

Este autor retrata o período, afirmando que as forças externas influenciaram o direcionamento da educação no país, ditando regras e normas para o planejamento e a organização desta área. Continuando sua dissertação, o autor trata dos fatos e fatores nacionais daquele momento, confirmando:

Neste sentido, é fundamental destacarmos as recomendações do Banco Mundial para a educação superior contidas no documento *La enseñanza superior*: [...]: 1) privatização desse nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais [...]; 2) estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, [...]; 3) aplicação de recursos públicos nas instituições privadas; 4) eliminação de gastos com políticas compensatórias (moradia, alimentação); 5) diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias; [...]. (DOURADO, p.240).

Todavia, esses pressupostos são referentes e fazem parte da contínua movimentação em torno da Política Educacional brasileira.

2.1.1 A Primeira Conferência Nacional de Educação

Há alguns anos, acompanha-se uma sequência de progressos, os quais foram originados da Constituição de 1988, ocorrendo a instituição da Conferência Nacional de Educação (CONAE), pela portaria nº 10, publicada no dia 03/09/2008, visando a mobilizar a sociedade em prol da educação, culminando no PNE 2001 – 2010, aprovado pelo Congresso Nacional e instituído pela Lei nº 10.127, de 09 de janeiro de 2001. Após este ocorrido, houve uma intensa movimentação social, com a participação da elite intelectual do país que culminou na modificação do FUNDEF ficando com uma nova nomenclatura, tomou outra roupagem, mais abrangente, tornando-se FUNDEB, incluindo todos os períodos educacionais básicos em uma única nomenclatura. Essas mudanças representaram e apresentam uma variedade enorme de situações políticas, começando pelos entes federados e, de acordo com Höfling (2001, p.31) em *Estado e Políticas (Públicas) Sociais* descrevendo como:

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

A descrição acima conceitua o tema dentro de um olhar claro e perspicaz, onde estão envolvidos diversos princípios. No entanto, por vezes, estes feitos certamente tornam-se uma “apologia”, consciente ou inconsciente, relacionada à política voltada para as minorias que ficaram às margens da sociedade brasileira. Neste panorama, convém mencionar a expressividade de um renomado escritor político, que ficou conhecido por seu modo de pensar segundo o qual é firmada a posição assumida entre o socialismo liberal e o liberalismo social. Com uma convicção fundamental, a respeito da democracia, salienta-se que mesmo com todos os defeitos, a democracia ainda é o regime de governo que permite a esperança, pois pode ser melhorada, conforme advoga Bobbio (1986, p.9). Em suas premissas, parte da ideia postulada que: “A democracia não goza no mundo de ótima saúde, como de resto jamais gozou no passado, mas não está à beira do túmulo”² (BOBBIO, 1986, p.9). O autor demonstra seu pensamento descrevendo conceitualmente o lado positivo do processo democrático.

2.1.2 Inclusão no currículo escolar da proposta afirmativa para os afrodescendentes

Quando estava quase terminando o governo neoliberalista de FHC, foi aprovada a Lei nº 10.639, sendo sancionada em 09.01.03 no governo Lula³, que também foi alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Assim, no território brasileiro prevalece a obrigatoriedade da incorporação em todo o currículo nacional, sem distinção das instituições de ensino, os saberes relacionados com a história e a cultura africana, especialmente nos componentes curriculares de história, artes e literatura. Portanto, é um critério que adentra nas práticas diárias do trabalho pedagógico e a temática não deve ficar isolada apenas a esses componentes e sim, mult/trans/interdisciplinar. Após séculos de luta pela melhoria social, o povo de origem negra e os afrodescendentes conseguem uma legislação específica para representá-los no Sistema de Educação em todos os lugares do país. Este marco de compensação que versa legalmente no currículo oficial das escolas como um assunto determinado e segundo Pereira (2012, p.184-185) essas ações afirmativas que são de grandes proporções para o cotidiano do currículo das escolas, e impreterivelmente, das instituições públicas, afirmando que:

² Pois segundo o autor, ele não sabe o futuro da democracia, e vai muito além, ao descrever: “Os escritores democráticos do fim dos setecentos que contrapunham a democracia moderna (representativa) à democracia dos antigos (direta)”. (BOBBIO, 1986, p.9 Apud SANTOS, 2001, p.225).

³ Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da Temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

Os movimentos sociais, em especial, o movimento negro, propulsor dessa luta, historicamente têm formulado e exigido políticas de reparação baseadas nos seguintes pressupostos:

- 1.Comprometimento do Estado Brasileiro pelos danos causados aos negros; [...]
- 2.Reparação moral da memória dos escravizados;
- 3.Políticas Públicas que corrijam as desigualdades resultantes da discriminação racial;
- 4.Respeito, reconhecimento, apreço e valorização da história e cultura africana e afro-brasileira;
- 5.Educação das relações étnico-raciais.

Estas reivindicações do Movimento Negro originam-se de muito tempo, para poder se ter uma ideia, seus integrantes organizaram no Estado de São Paulo uma escola que tinha até japonês estudando, tendo em vista que este espaço escolar não era apenas para negros, e sim, para todos.

2.1.3 A Segunda Conferência Nacional de Educação

A segunda CONAE não aconteceu de um dia para o outro, foi um processo construído paulatinamente. De acordo com Gentili (2013, p.15), muitos acontecimentos foram de grande relevância para chegar a um nível mais elevado; para tanto, cita o balanço da última década e os avanços alcançados a saber: “1.Direitos à educação e mais justiça social, 2.Investimentos e maior compromisso público. 3.Mais democracia, maior participação. 4. Mais Universidades e maior desenvolvimento social”. Ele ainda expõe, em planilhas, o orçamento dos investimentos públicos dentro de uma perspectiva histórica, para melhor conhecimento dos leitores, o que viabiliza a análise dos custos que foram efetuados. Na percepção de Oliveira (2011, p.324), com suas reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira, aborda a questão pelo ângulo político, dizendo:

[...] O texto propõe-se a discutir a proposta de criação de um Sistema Nacional de Educação, previsto em lei, a partir dos pressupostos que sustentam a organização sistêmica.

No último ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que significou um amplo movimento financiado e, em grande medida, ensejado pelo ministério da Educação. [...] A CONAE foi precedida de conferências municipais, regionais e estaduais que a partir de um documento de referência, possibilitou o debate sobre o futuro da educação [...].

O tema central da CONAE foi “Construindo um sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de ação [...]”.

Com tudo isto, a amplitude detalhada que define a compreensão das verdades, condizente nas normas éticas elencadas nas origens históricas que tratam do assunto, e que também almeja uma elevação da organização que culminou com a II CONAE, que aconteceu

com a coordenação do Fórum Nacional da Educação instituído em 14/12/10. O documento referência trata de seis eixos, cada um referente a temas distintos, porém, destacando o eixo VI que versa:

[...] – Quanto às relações étnico-raciais:

a) Garantir a criação de condições políticas, pedagógicas, em especial financeiras, para a efetivação do Plano Nacional de Educação e a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Lei nº 10.639/2003), orientando-os para garantir a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais desde a educação infantil até a educação superior. [...] e) Implementar, dentro da política de formação e valorização dos profissionais da educação, a formação para gestores e profissionais da educação, de acordo com a Lei nº 10.639/03 e suas diretrizes curriculares. f) Ampliar a oferta, por parte das instituições de ensino superiores-públicas, de curso de extensão, especialmente, mestrado e doutorado sobre relações étnico-raciais no Brasil e a História e Cultura Afro-brasileira e Africana. [...] J) Introduzir, junto a Capes e CNPq, a educação das relações étnico-raciais e a história e cultura africana e Afro-brasileira como sub-área das ciências sociais e humanas aplicadas. [...] k) Desenvolver políticas e ações, especialmente na educação básica e superior, que contribuam para o enfrentamento do racismo institucional, possíveis de existir nas empresas, indústrias e mercado de trabalho, esclarecendo sobre as leis que visam combater o assédio moral, sexual e demais atos de preconceito e desrespeito à dignidade humana. [...].

Diante do exposto, a conclusão resultante é que o atual Plano Nacional de Educação, válido por 10 anos (2011 a 2020), originário do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010 que tem o artigo 1º baseado no artigo 214 da Constituição Federal de 1988. No artigo 2º, constam as diretrizes do PNE, em número de 10, com 20 metas, e várias estratégias para cada uma.

O artigo 11 fala sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB que será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

No §1º O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, vinculado ao Ministério da Educação. Já pelo §2º, o INEP empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e a infraestrutura das escolas de educação básica. Quanto às metas estabelecidas, podem-se, destacar as seguintes:

[...] Meta 16: formar em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os (as) profissionais de educação, formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. [...] Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º (sexto) ano da vigência deste PNE. [...].

Enfim, no PNE (2011-2020), encontra-se enfaticamente uma grande preocupação com os índices baixos de escolaridade da população, as diversas metas são abrangentes, falam dos níveis e modalidades da educação básica, propondo estratégias para o alcance das metas propostas. Mas, diante do atraso em sua efetivação, aconteceu uma nova reformulação deste PNE; e em 25 de junho de 2014 a Lei nº 13.005 aprovou o atual Plano Nacional de Educação vigente por 10 anos de 2014 até 2024, cujo artigo 1º também está pautado no art. 214 da Constituição Federal. Por conseguinte, é interessante enumerar algumas metas deste PNE, sendo pertinente considerar atenciosamente:

[...] Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. [...] Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. [...]

Então, através do que está explícito na citação, fica evidente que o país, para desenvolver estas metas dentro do prazo definido, terá que empreender um grande esforço para este fim. Ressalta-se o Regime de Colaboração entre os Entes Federados (Estados, Municípios e a União), tais questões são explicitadas nas descrições das situações.

Ademais, Dourado (2011, p.140-148), em relação à avaliação e proposta para o Plano Nacional de Educação (2011-2020), faz uma retrospectiva histórica, começando pelo PNE 2001-2010, e depois pelas Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1988, entre outros; que são pressupostos históricos observados pela ótica do progresso e do recuo em virtude de causas políticas.

Portanto, nas dicotomias entre o público e o privado, o governo e os governados, o mundo real e o sistema econômico, percebe-se que são mantidas, perpetuamente, entre os séculos.

Afinal, mesmo na Educação que é mais antiga que a Escola, as duas jamais foram poupadas das relações sociais, porque a formação do cidadão, ao longo da história, sempre foi alvo de muitas discussões, e não é diferente no Brasil. Ressalta-se que de forma unânime, são precisos mais investimentos no setor educacional, o que se afigura como a única alternativa viável para milhões de pessoas que precisam garantir seu futuro na sociedade.

2.2 A POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA DA PARAÍBA É UMA REFERÊNCIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No Estado da Paraíba, como em todo Brasil, o trabalho das pessoas escravizadas de origem africana foi à base da estrutura colonial. Em destaque está a resistência desse povo negro; e todos esses escravizados que resistiram de várias maneiras; uns tentavam o suicídio, outros fugiam, as mulheres abortavam para impedir o sofrimento dos filhos. Mas, a organização sempre esteve presente nas confrarias originárias das terras paraibanas, idealizadas pelos escravos e ex-escravos. A necessidade de organização sempre fez parte das perspectivas do povo vindo da África, e o quilombo de Cumbe, o primeiro que se tem notícia, estava localizado na região da Paraíba. Posteriormente, um fato ocorrido em Campina Grande no século XIX, denominado de Quebra-quilo, distinguido como um levante de escravizados que objetivou impor, aos senhores, a liberdade. Sendo a ânsia de uma inclusão por aqueles que se encontravam escravizadas, e o lançamento desse grito que buscou a demonstração de força e garra dessa gente. Por isso, causou grande repercussão na época. Alguns anos depois desses acontecimentos, surge o Movimento Negro de João Pessoa (MNJP), que tem, como data de sua organização, o ano de 1979. A partir de 1996, houve uma maior amplitude, passando a ser Movimento Negro da Paraíba (MNPB). Porém, a questão da luta por Políticas em favor da inserção dos afrodescendentes é vista por Tella (2012, p.56), quando cita que:

Avançando na luta, o Movimento Negro da Paraíba tem congregado outras organizações que combatem os mesmos males (preconceito, discriminação, racismo), dentre as quais, destacamos os Agentes Pastorais Negros/APNs, o Conselho Regional de Psicologia, o Grupo de Mulheres Negras (atualmente, é a ONG denominada Bamidelê), o Instituto de Referência Étnica³ (IRÊ) a Federação Independente dos Cultos Afro-brasileiros (FICAB), a Federação Cultural Paraibana de Umbanda, Candomblé e Jurema (FCPUMCANJU), Grupos de Hip Hop, Grupos de Capoeira, o Movimento Negro do Valentina de Figueiredo (MNVF), o Movimento de Ação Negra (MOVANE), a Associação Recreativa Escola de Samba Malandros do Morro (ARESMMO) e o Fórum de Educadores (as) Negros (as) e Não negros (as) da Paraíba (FOREDUNE) PB.

Diante do citado, muito já foi feito em termos de reunir entidades que defendem a questão das movimentações a favor de incluir e favorecer a população que ficou longos anos às margens das Políticas Públicas. Contudo, ainda precisam realizar muitos feitos, que talvez levem algum tempo para a concretização real. Existindo muitos entraves que atravessaram séculos e interferem na emancipação e autonomia dos sujeitos sociais e culturais. Há um seguimento que faz menção a um currículo amplo e que deve corporificar toda a diversidade, advinda dos fatores relacionados a cultura, implicando em valores éticos e artísticos, enfim, tudo o que foi construído pelos povos africanos na Paraíba e no Brasil.

2.2.1 Os ângulos se entrecruzam quanto a Formação Docente e o Currículo na UFPB

A educação é um mundo de complexidade, originário de sua inserção na vida global, e quando se trata de uma proposta voltada para uma população que passou anos subalterna então, este propósito é considerado como uma inspiração Freiriana, pois retrata a situação dos oprimidos. Considerando-se que a educação popular é vista dentro do aspecto dicotômico, porque a *praxis* pedagógica é visualizada em virtude das dimensões culturais e teóricas. Nas perspectivas da educação popular, quando se descortinam a “mudança de época”, retratando a nuance de uma pedagogia, que pode configurar a exclusão e as desigualdades entre as classes sociais menos favorecidas, principalmente, com relação aos saberes que são diferentes e culturalmente originários e representantes das experiências de vida de tantas pessoas. Destaca-se que permeiam o autoritarismo e o conservadorismo, modelos educacionais imperantes, que se opõem ao paradigma emancipatório, e deixa sem acesso ao moderno, inclusive marginalizando milhares de seres humanos no mundo, que são eliminados pelo sistema, relegados do direito de ler e escrever.

Estão, neste montante, os Afrodescendentes e demais sujeitos. Embora tais políticas educativas da atualidade tenham um propósito inclusivo, pelo qual se pretende inserir todos os seguimentos da sociedade no campo educacional, essas propostas tornaram-se deficientes e difíceis de contemplar os reais interessados de modo que nem todos(as) conseguem sua inserção nesse contexto, devido à enorme diversidade estrutural existente nas camadas sociais pós-modernas. Discute-se, neste contexto, a questão local e global que influi no desenvolvimento do que é proposto de forma macro, criando um espaço de diferenças. Além disso, a educação popular está inserida em um jogo antagônico de poder – como todo o procedimento ínsito ao ensino – que são forças advindas da busca pela ascensão de políticos e de seus partidos. A atuação do professor evidencia, pois, uma premissa de currículo imposto, portanto, o espaço cultural de saberes, que é a escola, reflete a sociedade e transmite para o ambiente educacional, a reprodução. A escola por ser um lugar de saberes, mas, inserida num sistema alienado e alienante, é vislumbrada por diversos pesquisadores que enfocam o currículo escolar numa ampla conceituação. Efetivamente, os projetos educacionais direcionados à formação do professor não passam invisíveis nestas referências.

Pensando na concepção de Universidade, vale relatar o que Pereira et al (2009, p.192) caracteriza sobre uma pesquisa realizada na UFPB no curso de pedagogia, para verificar se existiam relações entre o currículo do curso e sua grade curricular direcionada para o ato de formar professores. A autora destaca a existência deste estudo para conhecer o andamento da

questão que é imensamente importante, e está ligada ao ensino universitário do docente. De maneira única, a UFPB, em 2006, fez um levantamento com o objetivo de conhecer o currículo e a grade disciplinar que seguem a linha formativa dos docentes, especificamente, na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que faz parte do universo da educação popular, e oferece oportunidade para aqueles e aquelas que não tiveram acesso à escolaridade na idade certa, e, neste contexto, entra a população Afro-Brasileira. O estudo constatou relevantes entendimentos a respeito da formação do docente que vai trabalhar na Educação de Jovens e Adultos, logo, cabe à Universidade – como instituição “tradicional” –, manter o seu currículo voltado para as ações pedagógicas com um viés de renovação, porque é um dos locais de formação profissional mais conceituado em nível superior.

Entretanto, o que foi verificado, é que a universidade ainda conserva as práticas produzidas de forma autoritária, tornando-se um dos desafios para a vivência cidadã. O contexto cultural é amplo, caracterizado também como: alfabetização; escolarização; método de ensino e técnicas para a formação de professor. No decorrer de tantos investimentos nas universidades federais, com aportes de ampliação da estrutura física dos prédios e a criação dos novos Institutos Federais, aumentaram bastante as chances de uma vasta demanda obter ensino público de qualidade, o que contempla uma diferente forma de tratamento para a conceituada maneira de se pensar a significação da Universidade que deveria ter, como objetivo, o ensino e a aprendizagem do aluno formador, embasado em um projeto inovador, emancipador e voltado para os alunos das classes populares que frequentam a EJA, por exemplo.

O relato da pesquisa demonstrou que há, na UFPB, 02 (duas) disciplinas relativas à EJA: Educação Popular e Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos que tratam dos aspectos históricos, legais e sociais, observando a relação entre a teoria com a prática e outros preceitos. Assim, a conclusão afirma existir um grande espaço para os alunos da EJA, no que diz respeito à aprendizagem dos estudantes em sala de aula; todavia, é resultante de uma educação tradicional. É importante considerar o pensamento teórico de vários pensadores que comungam com a aquisição da aprendizagem, perpassando pelas áreas sociais, biológicas, psicológicas e ou reprodutores de teorias mentais, que são os defensores da inter-relação significativa de opiniões. Pode-se citar o olhar de Gonzáles (2006, p.3) que traduz a aprendizagem (saberes) segundo a compreensão de duas propostas: a primeira é Know How - “Saber como”, e a segunda é Know That - “saber quê” (ou “Saber isso”) definindo:

Se sabe como tocar um instrumento o como podar árboles, pero se sabe que al caballo es animal cuadrúpedo o que navaja se disse knife em inglês. La diferencia está en que saber como, es saber las reglas que gobiernan esa actividad; sin embargo, esto no quiere decir que cuando se toca um instrumento o se sabe podar árboles, quien lo hace es capaz de hacer explícitas las reglas que orientan tales actividades. Es el mismo caso que hablar una lengua: se habla inglés o español cuando se dominan, las reglas fonológicas, sintácticas, semánticas, etc., de esa lengua, pero no todos los hablantes son lingüistas, es decir, no todos pueden hacer explícitas esas reglas.

Pela exposição, ao ser alfabetizado, o ser humano acrescenta uma nova proporção de conhecimentos. A leitura elucida, e o saber se forma, e permanece como é na perspicácia, mesmo que não sejam tão acentuados, mas são evidenciados pelos estudantes. A conclusão é que a universidade tem em vista a formação docente ao lhe garantir um espaço privilegiado e elenca um currículo direcionado para as licenciaturas, que determinam as várias designações das diferentes áreas de atuação do professor(a). Portanto, a Universidade não está fora do panorâmico mundo contraditório da organização curricular. Como fonte produtora do conhecer, não fica isenta das forças exteriores e interiores. A sua estrutura detém o atendimento das demandas culturais dos grupos e setores desfavorecidos. Afinal, chegou-se, pois, à constatação de que o Projeto Político Pedagógico da formação docente do curso de pedagogia é restrito. Isso é o que as entrevistas com os alunos e professores deixaram claro. Vislumbrando que a atenção do professor precisa ir além da consciência crítica do que ele pode ilustrar e está vinculada ao aprendizado, como também as discussões efetuadas durante a formação. Permanecendo assim, e continuando em destaque ao longo de todo o trajeto de estudo, por isso, não acontece esporadicamente.

2.2.2 As Políticas Públicas e os Direitos Humanos na UFPB

Conforme as considerações do corpo docente do Centro de Educação da UFPB, sobre as Políticas Educacionais vigentes, e em particular, o estudo referente as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que estão sendo estudadas como uma especificidade em torno da formação inicial do professorado, além do que o Plano Nacional de educação 2014-2024 é também parte do debate neste instante. Mas, vale lembrar que Santos (2007, p.181) determina ser a universidade igual a:

Sede privilegiada e unificada de um saber privilegiado e unificado feito dos saberes produzidos pelas três racionalidades da modernidade: a racionalidade cognoscitivo – instrumental das ciências, a racionalidade moral – prática do direito e da ética e a racionalidade estético – expressiva das artes e da literatura.

Diante desta reciprocidade, não adianta mudar o foco do que o aluno necessita, nem tampouco colocar a culpa na demanda universitária. É preciso que a mudança inclua a todos, sem privilégios para alguns. Porém, Gentili (2013, p.115) com seu caráter enaltecedor a favor do direito Humano à Educação na Agenda pós 2015, destaca que:

Uma dessas declarações deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) e a outra ao Marco de Ação de Dakar que ajustava e dava continuidade às metas de Educação para Todos (EPT) inicialmente definidas em 1990. Ambos os instrumentos determinavam metas com prazo até 2015. As metas de EPT propunham uma abordagem bastante ampla da educação, ancorada em uma perspectiva de direitos humanos, ainda que fizesse pouca referência aos vários instrumentos de direitos humanos aprovados pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde a Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, os quais, tomados em seu conjunto, detalham o conteúdo do Direito Humano à Educação (DHE). [...]

Algumas iniciativas são expressivas, acreditando no valor árduo e exigente que é a vocação do trabalho com a educação e se consiste como um dos direitos humanos prioritários que prevalece por toda a história de vida de cada pessoa. A educação escolar é um processo social, com nítida e incontestável função política com seus desdobramentos sérios e decisivos para o desenvolvimento da sociedade. As motivações elaboradas e organizadas, com o intuito de revelar os desafios e as reflexões acerca de História e Cultura Africana e Indígena são valiosas e a Prefeitura do Estado de São Paulo que em parceria com diversas empresas, publicou um livro sobre estes assuntos. A organizadora deste trabalho, Laia et al (2011, pp.30-31), questiona alguns parâmetros de acordo com as seguintes hipóteses:

É possível para os educadores levar em consideração os estudantes em toda sua complexidade humana, atentando para suas singularidades, sua cultura e marcas identitárias? Em especial, ao estudante negro é possível, em função do racismo e discriminações sofridas, considerar suas especificidades, identificando as particularidades de sua socialização e vivências adversas? É possível articular postulações significativas da pedagogia contemporânea com novos referenciais incluindo a dimensão da diversidade étnico-racial, pensando novas possibilidades e dimensões sobre o ensinar e o aprender? Como efetivar uma educação democrática levando em conta a diversidade étnica-racial e cultural da sociedade brasileira? Que estratégias e intervenções pedagógicas poderão ser construídas neste sentido? Existe um caminho possível a ser trilhado?

Pelo exposto de indagações pode-se inferir o quanto ainda tem-se a caminhar no sentido de vislumbrar soluções para elas.

O entendimento para tantos questionamentos são vistos de acordo com as respostas que podem ser proferidas a tantas interrogações da autora e que talvez permaneçam na cabeça de um grande número de profissionais da educação; estas perguntas perduram ao longo do tempo, corroendo o pensamento do magistério. Michel Apple (2006, p.35) conjectura e

considera as exigências educacionais como um controle sobre o fazer docente; reciprocamente, Arroyo (2000, p.24) complementa as definições existentes nos currículos, com o entendimento de que todos os conhecimentos são considerados necessários aos alunos, então, porque o sistema impõe simultaneamente o que deve ficar fora dessa grade de saberes?

É coerente dizer que a ideologia está explícita nas configurações políticas nacionais, e Rodrigues (1989, p.12) fala do interesse do jogo político, pois: “As cartas estão na mesa. As regras estão postas. Quem banca o jogo é a ‘nação’. Quem joga são os elementos que a constituem: indivíduos, famílias, organizações etc.”. Assim é a verdade e, para que as políticas educacionais saiam do papel, todos precisam participar do jogo, independentemente da posição que se encontram na sociedade. Os esclarecimentos provenientes do Sistema de Controle Acadêmico (SCA) da UFPB afirmam que, na graduação de História, a disciplina optativa “Tópicos Especiais em História Contemporânea (África)” começou a ser oferecida no ano de 2002. Mas, foi no segundo semestre de 2008 até o primeiro semestre de 2010 que o oferecimento da mesma disciplina que abordava a questão de África ficou estagnado. A partir do ano 2010, no segundo semestre, a disciplina volta de novo à grade curricular do curso de história da UFPB, como caráter obrigatório, e é como permanece na atualidade. Por fim, são adotadas pelo sistema o que foi politicamente apontado como correto. São essas definições gerais sobre: “o que e quando ensinar algo ou algum conteúdo para as pessoas” que implantam os programas, os projetos e as metodologias usadas para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem para o povo, independentemente de etnia. Diante disso, a Universidade Federal da Paraíba tem o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), com sede em Campina Grande. Sua atuação é ampla e está direcionada à temática, além de elaborar projetos voltados para a sala de aula e para as comunidades quilombolas. Ainda estrutura cursos de pós-graduação (Especialização e Mestrado), executando cursos de extensão e realizando eventos científicos abertos para a participação de toda a sociedade paraibana e adjacente, inclusive para pessoas de outros estados. Todo esse aparato é direcionado pelos Direitos Humanos juntamente com o NEABI-UFPB, que produziram os Cadernos Afro-Brasileiros na versão II, sendo a continuidade de um compromisso com o que estabelece a Lei nº 10.639/03.

Finalmente, este capítulo tratou dos fatos e dos fatores delineados de uma maneira consistente e concisa, porque é imensamente abrangente o panorâmico mundo das informações e dos feitos relacionados ao título dele; e essa amplitude é tão evidente que, nessas laudas, foram descritas algumas contribuições, porque o aporte de dados existentes

sobre os assuntos referidos é grandioso, de modo que é difícil contemplar todas considerações nele contidas.

3 A HISTÓRIA E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM PERNAMBUCO: CONTROVÉRSIAS E ENTRAVES DA POLÍTICA ESTADUAL

3.1 A HERANÇA HISTÓRICA PERNAMBUCANA

O povoamento de Pernambuco data de 1534 e este território era dividido em duas partes: a primeira pertencente a Duarte Coelho, denominada de capitania de Pernambuco e, a segunda chamada de capitania de Itamaracá doada a Pero Lopes de Souza – que se estendia por 60 léguas, demarcada do rio Iguaçu ao rio São Francisco. Posteriormente, passou a pertencer a um único donatário, Duarte Coelho que, em princípio, a batizou de “Nova Lusitânia”.

No início, a Capitania de Pernambuco abrangia também os estados de Alagoas e parte de Minas Gerais e da Bahia. Todavia, para desenvolver sua sobrevivência, os senhores de engenho precisaram recorrer à presença do negro escravo e do indígena, desde o final do século XVI. Desta maneira os engenhos multiplicaram-se rapidamente e a produção de açúcar cresceu, e se tornou a principal atividade econômica da colônia.

O número de cativos de origem africana também aumentou bastante e, em 1584, chegou a 15 mil escravos que labutavam em pelo menos 50 engenhos. Este quantitativo subiu para 20 mil escravos em 1600. Na metade do século XVII, a população escrava somava entre 33 a 50 mil pessoas que, de acordo com Filho (2008, p.6), que fez uma modelagem muito interessante da população existente naquele período. Nessa época, havia uma disputa pelo território pernambucano entre os holandeses e os portugueses. Isso facilitou a fuga de diversos escravos que fundaram, em uma região hoje localizada no estado de Alagoas, o quilombo dos Palmares, que se tornou símbolo de resistência negra.

Palmares foi o palco da maior rebelião contra a escravidão na América Portuguesa. Essa luta foi liderada por Zumbi dos Palmares que promoveu e incitou fugas em massa, e resistiu por aproximadamente um século à repressão das autoridades e dos senhores coloniais. Provocou, na elite, muitas inquietações e preocupações que, em meio a tanto reboiço, a monarquia portuguesa tentou intervir e, em diversas ocasiões, procurou negociar com os rebeldes, mediante variadas propostas, numa delas seriam alforriados todos os integrantes e líderes. Os quilombos – tanto o de Palmares quanto o de Cabo de Santo Agostinho e do rio de São Francisco – eram lugares de coletividade, onde imperava o espírito associativo dos africanos. Essa tendência ampla, advinda da vida social, perpetuou-se no meio rural e estendeu-se, também, às zonas urbanas. Mas, o exército que havia se formado em Palmares

contava com algo em torno de 06 mil homens, na maioria capoeiristas, brancos degredados e fugitivos, índios e tantos fora da lei que se juntaram aos negros para tentarem sobreviver longe do poder hegemônico do colonizador português. Nos últimos anos do século XVII, o quilombo foi aniquilado, após a morte de Zumbi.

Depois deste acontecimento, continuou existindo, porém, simbolizando uma ameaça, para os dominadores. Os colonizadores viviam amedrontados, por imaginarem uma possibilidade de reprimir os cativos, em caso de fuga. E delegaram, aos capitães-do-mato – homens livres, contratados para capturar os escravos fugitivos – o poder de fazer prisões. Somente estes perseguidores de pessoas escravizadas não foram suficientes, havendo ainda as milícias criadas temporariamente, ou permanentemente com o propósito de inviabilizar a fuga e resgatar os fujões.

Assim, Pernambuco ficou conhecido por “Leão do Norte” devido à expressividade originária da figura das armas do antigo capitão-donatário Duarte Coelho, representando a coragem e o espírito combativo do povo pernambucano. Na época atual é um símbolo tanto do brasão do estado quanto da bandeira da cidade do Recife.

No século XXI, é uma das 27 unidades federativas do Brasil, seguindo a orientação da bússola que comprova a localização de Pernambuco, estando localizado no centro-leste da região Nordeste, fazendo limites com vários outros estados. Ao Norte de Pernambuco está a Paraíba, o Ceará fica no Sudeste, já Alagoas encontra-se a Noroeste, a Bahia, ao Sul e, finalmente, o Piauí a Oeste; é banhado pelo oceano Atlântico na parte Leste. Ocupa uma área de 98 311,616 km², partindo para uma analogia, é um pouco menor que o território da Coreia do Sul. Fazem parte da geografia de Pernambuco, os arquipélagos de Fernando de Noronha, São Pedro e São Paulo. Sendo o sétimo estado mais populoso do território brasileiro, possuindo o décimo maior PIB do país, é detentor de um vasto patrimônio histórico e cultural.

A capital pernambucana é a cidade do Recife, que abriga a sede administrativa onde fica situado o Palácio do Campo das Princesas, tendo atualmente como governador, Paulo Câmara, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que iniciou seu mandato governamental no dia 01 de janeiro de 2015 e tem, como ano de término previsto, 2019.

Quanto à população, o maior aglomerado urbano está na Região Metropolitana do Recife, que é a mais rica do Norte-Nordeste; as cidades mais importantes do interior são Caruaru e Petrolina. Em homenagem a Recife, o falecido cantor Reginaldo Rossi descreveu em música sua admiração, cantando nos versos:

Hei! Vem cá que eu quero te mostrar Hei! A minha cidade, o meu lugar Hei! Recife tem um coração [...]. O povo daqui gosta de cantar tem religião, gosta de rezar tem cristianismo, tem candomblé [...] Recife tem encantos mil É... É um pedacinho do Brasil [...]. Ela é a cidade que viu surgir [...] [...] o negrão Henrique [...]⁴.

Apesar de todo esplendor, o povo que originou a expansão deste lugar, passando por lutas e trabalhando arduamente para construir as riquezas que poucos tinham direito de usufruir, pois a história do negro em Pernambuco é vista em torno das dificuldades, principalmente nas comunidades remanescentes de quilombos. Nesses locais, a população não conseguiu ainda fazer prevalecer a sua dignidade, e algumas questões primordiais – como a posse da terra e a educação – que, juntos, causam grande angústia. Existe, ainda, o desejo de serem inseridos, no processo educacional, em todos os níveis de ensino, contudo, quando ocorreu este fato, foram contempladas apenas as escolas com o ensinamento de 1ª até a 4ª série.

É relevante lembrar e não esquecer que o abolicionismo foi um movimento político que teve início com o iluminismo do século XVIII e que no século XIX atingiu uma plenitude com o apoio de um grande número de participantes. Esta movimentação continua em busca da aplicação das políticas públicas relacionadas às melhorias educacionais e a inclusão dos afrodescendentes. Principalmente em Pernambuco que necessita ampliar as Políticas Públicas em prol dos que ainda não tiveram oportunidade de trilhar os caminhos das melhorias sociais devidas a todos os seres humanos, independentemente de raça, credo ou outras opções pessoais.

Então, o fator da pouca escolaridade que interfere no campo profissional da população negra torna difícil a sobrevivência desses e, quando há um trabalho, as diárias são pagas por um preço irrisório. O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Econômico⁵ demonstra o resultado de uma pesquisa baseada em dados da Região Metropolitana de Recife (RMR), por meio da qual foi constatado que a taxa de desemprego é maior entre pardos e negros, que só conseguem trabalho em funções inferiores de menor prestígio.

Essa ocorrência é marcante até entre afrodescendentes que possuem uma maior escolaridade, pois submetem-se a ficar em cargos menores, abrindo mão de exercer sua profissão superior, por causa da necessidade de sobreviver. Por vezes, empregam-se em um nível elementar para garantir o sustento e o diploma fica guardado.

⁴ Disponível em: <<http://www.cifraclub.com.br/reginaldo-rossi/recife-minha-cidade/>>

⁵ Fonte: Jornal folha de Pernambuco, Caderno de Economia, p.2, quarta-feira 19 de novembro de 2014.

As identidades formadas já não são as mesmas do passado, pois já existem inúmeros espaços em prol dos afrodescendente e da sua cultura que são reconhecidos internacional e legalmente. Contudo, os impactos da heurística que permitiu a exposição da história dos africanos nas terras pernambucanas, é uma contribuição que focaliza os instrumentos culturais que antecederam a abordagem da Temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na escola, como um princípio legal.

Nas últimas quatro décadas do século XX, sobretudo, emergem indivíduos por sua cultura e seu acesso à escola e estes são oriundos da população afrodescendente. São conhecidos e renomados escritores e pensadores que alegam estes fatos. Entre um grande contingente de autores, Faria Filho (2004, p.141) escreve:

[...] vários sujeitos da educação vêm sendo valorizados em suas ações cotidianas, o que se explicita no aumento de interesse pelas trajetórias de vida e profissão e no engajamento que observa em análises organizadas em torno de questões de gênero, raça e geração.

Diante disso, apenas se confirma o que está acontecendo neste instante, onde estão concentradas enormes alusões à situação do negro e de seus descendentes, tornando conclusiva a existência, e o favorecimento de políticas públicas em favor dos excluídos. Mas, nem tudo é perfeito, havendo muito a fazer, para alcançar a todos os afrodescendentes, porque ainda persiste o que Pinto (1992, p.47) afirma que:

A história da educação, por sua vez também vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais seu engajamento em campanhas de alfabetização visando à população negra, ou mesmo suas propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do aluno.

Essencialmente em Pernambuco, a renovação é uma necessidade muito importante, porém, é necessário um novo modo de conscientização, como parte determinante das mudanças sociais que os afrodescendentes precisam. Neste interim, Alves (2013, p.16) discorre sobre implantação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas municipais do Recife e, juntamente com o papel da gestão escolar, afirma que:

A escola vive um dilema entre o papel que tem desempenhado na manutenção do racismo institucional e a função de protagonista na promoção de uma educação antirracista. Ao caminhar com a possível construção de uma educação para a promoção da igualdade racial buscando superar as contradições, a escola precisa descortinar o mito da democracia racial que tenta ocultar as diferenças, mascarando as desigualdades raciais.

Todos os olhares convergem para a mesma direção, mas, somente o aparato intelectual produzido com as pesquisas e os atores no dia-a-dia da escola não conseguem, sozinhos, mudar o sistema. Portanto, é insistentemente invocado o apoio e o respaldo do governo estadual, ao tratar da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. Toda essa versão reporta ao que Feldmann (2009, p.31) acredita existir como uma função social confirmando:

Na realidade, o aumento dos socialmente excluídos impõe à escola a necessidade de preparar de fato os alunos para a inserção crítica e conscienciosa no mundo do trabalho, pois, sem recursos culturais, as chances de inserção diminuem tremendamente e as possibilidades de transformação da realidade econômica dada praticamente se anulam.

A escritora supracitada delinea os esforços escolares e descarta a utopia segundo a qual tudo está correndo bem, o que não é a tática correta. Correto seria direcionar as ações para uma formação que desenvolva, nos alunos, um raciocínio crítico e consciente em relação a sua vida social. Dessa maneira, o poder público deveria fazer o que é moralmente condizente com os valores e as normas que permeiam eticamente o proceder correto para consertar essa situação. Enquanto os dirigentes dos órgãos competentes ficam analisando as verbas para investir na sociedade, a Universidade Federal de Pernambuco, com o intuito de debater as questões sobre o racismo e o preconceito existentes, procurou, através da TV Universitária de Pernambuco, apresentar um Projeto chamado “Tem preto na tela”. Para esse acontecimento se realizar, foi lançado um edital de Audiovisual da Funcultura 2013/2014 que teve como vencedor Guitinho, da comunidade do Xambá em Olinda, o programa apresentado por ele foi planejado com 24 episódios.

É especialmente no estado de Pernambuco que em alguns momentos a atenção é voltada para as reportagens, como a publicada no Jornal Folha de Pernambuco, em uma matéria do dia 06 de janeiro de 2015, quando traduziu a intolerância racial que é refletida em índices por região; afirmando que Pernambuco é elencado como o segundo a trazer os maiores índices de homicídios contra jovens negros. Estes assassinatos chegam a 11,5%, na maioria, quando tratam de jovens negros do que de jovens brancos. Os dados abordados permitem visualizar a amplitude do que se tem pela frente e a direção do que evitaria se tais sequelas fossem inibidas pela educação. Contudo, isto só seria possível, se houvesse formas de manter e de proporcionar, para os jovens negros, as condições mínimas para que pudessem permanecer na instituição escolar. Todavia, a partir das duas últimas décadas, a temática das pesquisas sobre a questão da identidade do negro no território pernambucano foi bastante amplificada, como em todo o país, porque vem sendo realizadas discussões e análises sobre os

documentos da política pública na área da educação. Nesses momentos, os órgãos competentes pontuam em suas pautas o que pretendem fazer para afastar a pobreza dos recursos destinados à população afrodescendente, tanto quanto a maior autonomia na definição de temas e métodos, para estudar essa grande parte dos brasileiros. Além do tratamento dedicado à vinculação em relação à realidade sócio-educacional que originou no estado pernambucano diversos livros.

Enfim, muita coisa boa já foi implantada, porém, ainda existe um enorme trajeto a seguir e o resultado talvez leve algum tempo para ser concretizado. A solução é mais determinantemente política, do que verdadeiramente social. Para as mudanças chegarem com a prioridade necessária, é preciso a interferência da cúpula que foi eleita pelo voto dos pernambucanos (as) e que precisam mostrar trabalho neste sentido. É, portanto, fundamental preservar o legado existente de âmbito imaterial para as populações vindouras. Definido proposta e posições de cunho efetivo que facilite o reconhecimento do legado existente.

3.1.1 A cultura como um processo de interação social

A palavra cultura tem significação abrangente; quando relacionada ao homem, se diz de tudo que ele criou e é diferente de um povo para o outro. Diversas fontes concordam que a cultura de Pernambuco é muito rica e diversificada e uma dessas afirmações vem de Siebert (2001, p.87). É importante salientar os escritos de Furlani (1988, p.12) que elencam uma diversidade de palavras usadas para sinalizar um pouco do intento e da amplitude acerca do conceito de cultura e faz a seguinte referência:

[...] criar cultural ocorre quando ideias, valores, crenças estão sendo questionados, pois o ideário que servia de referencial para a postura humana revela-se inconsistente frente aos problemas criados por uma nova realidade. No atual momento histórico e crítico que afeta não só o Brasil e o Terceiro Mundo, mas também toda a cultura do mundo contemporâneo, busca-se substituir os sentidos de alguns valores por outros que contribuam para a construção de uma sociedade democrática.

Para exemplificar, esses saberes históricos são utilizados pelos movimentos sociais nas lutas pelos direitos, como uma forma tática muito atuante. Hoje, está presente, em diversos acontecimentos que respaldam as posições ultrapassadas e apontadas de alguns, e nos vários escritos que alertam sobre os episódios de racismos, desvalorização e outros fatores negativos em pleno século XXI que permanecem vivos, pois foram perpetuados através dos anos. Também é considerável o que Foucault (2002, p.14) preconiza quando

utilizar seus escritos notavelmente, passando a ser instrumento propício para reunir a busca dos conhecimentos e das memórias, as quais permitem transladar que: “O desaparecimento dos suplícios é, pois o espetáculo que se elimina; mas é também o domínio sobre o corpo que se extingue” (FOUCAULT, 2002, p.14). Perante várias ocasiões, a citação de Foucault pode fazer uma conexão com o sofrimento dos que foram escravizados no estado pernambucano, por ser um local conhecido pela ativa e rica cultura popular, sendo o berço de manifestações tradicionais e artísticas, sobretudo pela maneira com a qual os artistas lançam suas produções de corpo e alma desde o período colonial. Muitas vezes eram imputados, aos escravos, suplícios corporais pela prática de certos cultos praticados. Por exemplo, eram castigados os escravos que insistiam em praticar a luta da capoeira. Ademais, fica evidente que o passado se perpetua e interfere no presente. Assim, são as redações que deixam clara a visão patrimonial dos ancestrais que fizeram a história da população pernambucana. Uma dessas dissertações é a de Oliveira (1971, p.11) que detalhou um histórico espólio:

Pernambuco (somente Pernambuco, não há falar nem mesmo em seus vizinhos mais próximos) possui uma música e uma dança camavalecas que são coisa sua, original que se criou no meio do povo, quase espontaneamente, e se cristalizou depois, como traço marcante de sua fisionomia urbana. Urbana, sim. Até mais justo dizer o Recife, do que Pernambuco. Porque foi, de fato, no Recife que isso tudo aconteceu, no Recife dos fins do século XIX, começos deste que a música foi aparecendo, conduzindo a dança, ou a dança foi tomando corpo, sugerindo a música.

A afirmação é realmente verídica, uma vez que foi a partir da região metropolitana do Recife que houve o surgimento do frevo, da capoeira e do passo, os quais iniciaram estes percursos oriundos dos movimentos populacionais que foram confirmados por uma dança inspirada na música. Portanto, se é assim, a música do passo ou o passo da dança, qual aconteceu primeiro? Fica impossível dizer. Ademais, se entende que um não fica sem o outro, são inseparáveis. Quanto ao conceito da palavra frevo, é por corruptela, originário de ferver; a efervescência da multidão no carnaval. O relato diz que, em 1888, antes da abolição já saíam às ruas o “Bloco das Pás de Carvão” que tinham como representantes os carvoeiros e os estivadores que trabalhavam no cais do porto de Recife. Foi assim que, em 1889 o “Bloco das Pás de Carvão” se transforma no Clube das Pás. Após a abolição da escravatura os varredores de rua da cidade do Recife aproveitaram o carnaval do ano seguinte 1890 e criam o Clube “Vassourinhas” para comemorar a liberdade (OLIVEIRA, 1971, p.15; REVISTA CONTINENTE, 2003, p.14). São muitas músicas em forma de frevo canção que

resultam em in memoráveis versões do carnaval da Veneza Brasileira, como é chamada Recife, e entre tantas, a de Luiz Bandeira é uma delas e diz:

É de fazer chorar quando o dia amanhece e obriga o frevo a acabar,
Oh! Quarta-feira ingrata, [...]
Quem é de fato bom pernambucano [...]
Quando cai no frevo [...] ⁶

E, nessa impactante folia do frevo, as representações dos símbolos afro-brasileiros se fazem presentes desde o ritmo da musicalidade aos mais tenros detalhes (FALCÃO, 2007, p.128). A cada festejo, o frevo comparece exaltado e exaltando as multidões no maior Bloco Carnavalesco do mundo, “O Galo da Madrugada” que desfila pelas ruas da capital pernambucana levando, consigo o ritmo do passo. Essa imensidão de direções que aponta o frevo, o qual também é útil na didática para inclusão de crianças e jovens especiais, acontece na Escola Municipal de Frevo Maestro Fernando Borges, no Bairro da Encruzilhada, Zona Norte do Recife que é a única instituição escolar pública municipal do mundo a desenvolver esse trabalho⁷. Finalmente, sobrevivendo há mais de 100 anos, e sendo considerado patrimônio imaterial brasileiro, sua força pujante herança de suas raízes africanas atua e influencia como um instrumento que acelera o ritmo das pulsações dos corações.

3.1.2 Aspecto peculiar do Recife: o passado e o presente

Na Região Metropolitana de Recife, de acordo com Cárdenas (1981, p.15-16) na parte central da cidade, está localizado o Bairro de Santo Antônio, berço de um acervo cultural aberto ao público de consideráveis dimensões, e que comporta uma imensidão de eventos de origem Afro-Brasileira. Em primeiro lugar, o passado da Rua Larga do Rosário, no bairro de Santo Antônio se torna parte do presente, é onde está localizada a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (MEDEIROS, 2005, p.27), que foi construída no ano de 1630 pela Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, uma associação formada por escravos negros. Ressalta-se que os africanos trazidos como escravos para o Brasil pertenciam a variadas tribos ou nações que eram distintas do continente africano, essas pessoas eram trazidas de: Angola; Benguela; Cambinda; Moçambique; Congo; Cassanges; entre outros locais (SILVA, 2008, p.22). Cada um desses locais tinha a sua própria língua ou dialeto, e os

⁶ Fonte: Revista Continente, 2003, p.20.

⁷ Fonte: Jornal do Comércio, cidades, p.2. Recife, 1º de março de 2015.

costumes que eram representados pelo conselho de anciãos traduziam as festas que foram introduzidas com os negros nas terras brasileiras. Todavia, havia os rituais sagrados e religiosos específicos, por exemplo, os ritos de Xangô, as festas dos mortos e as festas dos reis magos. Particularmente no Congo, os negros possuíam muitos privilégios, como o de eleger o seu rei e usar o idioma pátrio, o Muchino riá Congo, além disso, tinham o poder de reinar sobre as outras pessoas das demais nações da África, independentemente do fato de serem elas crioulas, africanas, livres ou escravas. Assim, o primeiro compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi autorizar a coroação de um rei do Congo, em uma festa específica que está registrada como tendo acontecido no dia 8 de maio de 1711 para garantir a sobrevivência e amenizar os efeitos devastadores da dor da escravidão decorrente do exílio cruel, causado tanto por estar longe da terra natal, quanto pela permanência distante dos familiares e amigos. Devido a todas essas privações, os escravos trataram de se incorporar ao novo habitat; procurando harmonizar os seus ritos ancestrais da melhor forma possível adaptando-os aos preceitos dos detentores do poder.

Portanto, tudo era organizado através de agremiações religiosas que representavam um elo importante naquela época (SILVA, 2008, pp.27-28) em que se expandiram as tradições africanas em Pernambuco. E foi através das quais que os negros perceberam uma maneira de conciliar suas expressões com as necessidades de defesa e proteção, juntamente com os seus desejos de liberdade, de caridade ao próximo, tendo como exemplo, a solidariedade humana, tudo isso, sem sofrer as represálias dos senhores e feitores. Então, as festas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos eram constituídas por danças e batuques que não faziam parte da liturgia católica. Sendo assim, os rituais manifestados por esses irmãos chegaram, até, a ser proibidos pela Santa Inquisição.

A contribuição da Irmandade é conservada por um sentido de coroação presente na África, com seus ritmos e suas procissões, marcadas pelo maracatu, porém, mantendo os arqueiros à frente e dois cordões de damas de honra, juntando aos símbolos religiosos, as bonecas enfeitadas, os jacarés, os gatos, os dignitários e, finalmente, o rei e a rainha do Congo, seguidos por músicos, o que se perpetuou (SILVA, 2008, pp.27-28, p.28). Por isso, no primeiro domingo de outubro de 1645, segundo os registros de alguns autores, neste local, houve um festejo no qual estava presente Henrique Dias, que festejou com os seus irmãos negros na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, com todas as pompas de sua padroeira.

Além do mais, estão registrados, nos livros da Irmandade que até o ano de 1888, todos os coroamentos que se fizeram dos reis e rainhas da Angola, do Congo e de Cambinda,

aconteceram mediante as coroações originárias do maracatu (GUILLEN, 2013, p.16-17). O que deixou para o folclore nordestino uma das mais consistentes, belas e expressivas manifestações.

No período do Brasil colonial, a despeito da condição miserável dos seus integrantes, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos não media esforços para construir templos tão ricos quanto aqueles erigidos pela nobreza. Fosse através do fornecimento de mão-de-obra gratuita ou fosse através da aquisição de materiais com custo próprio. Eram muito organizados; para isto, existia a administração e o planejamento que ficavam relatados nas escrituras feitas pelos vários tesoureiros que, ao longo dos séculos expunham os montantes de todo o registro financeiro e de tudo o que acontecia com o orçamento. Uma vez que os irmãos pagavam os débitos através da confecção de doces que eram vendidos, alguns dos registros deixados demonstram claramente os fins de cada venda desses produtos.

No entanto, o sistema religioso da Irmandade se modificou após o advento da República que passou a receber pessoas de qualquer cor, com direito a voto e a julgamento, bem como possuíam o poder de modificar as festas religiosas e o sistema administrativo. Desse modo, a Irmandade dos Homens Pretos passa a se enquadrar nas conjunturas e cânones vigentes nas irmandades católicas e outras ordens religiosas.

Todavia, no início do século XX, ocorreu um incidente desagradável entre as irmandades de São Benedito e a Ordem Terceira de São Francisco. O resultado foi que os irmãos pretos começaram a notar o desprezo dos outros irmãos da Ordem Terceira e ainda uma série de exigências descabidas que se faziam por parte desses últimos, os homens brancos, ricos e de destaque.

Finalmente, no dia 29 de setembro de 1907, após uma assembleia geral para tratar da decorrência deste desprezo, os irmãos pretos de São Benedito decidiram sair em procissão e sozinhos carregavam o andor com a imagem do seu padroeiro e venerado santo preto. Desta forma, abandonaram a Igreja da Ordem Terceira e pediram guarida no templo dos irmãos de Nossa Senhora do Rosário, ficando assim até os dias atuais.

A segunda tradição é mais recente e faz parte do presente, é conduzida pelos afrodescendentes, chamada de “Terça Negra”, é realizada no Pátio de São Pedro, estando próxima de diversos sobrados, os quais são utilizados para acomodar os ateliês, os bares e os restaurantes. A “Terça Negra” foi criada com o objetivo de resguardar a cultura negra, despertando o sentimento de resgate das raízes afro, além de revelar novas atrações para o espaço musical local. Contando com o apoio do Núcleo da Cultura Afro-Brasileira, localizado

no Pátio de São Pedro que, para celebrar o Dia da Consciência Negra, por exemplo, enalteceu as expressões de matriz africana fazendo ver no palco o dançar no ritmo do coco, do afoxé, da jurema, da sambada do Mestre Reizinho e da Tribo de Raiz da Bomba do Hemetério. Nesse espaço que se fixou o evento, sempre são apresentadas variadas atrações culturais, como shows e festas nas noites da terça-feira, é onde a cultura negra volta a tomar conta da cena. É quando acontece mais uma edição que conta com a realização da Prefeitura do Recife, através da Secretaria de Cultura e Fundação de Cultura da Cidade do Recife, o Movimento Negro Unificado participa também da promoção de todos os desfechos. Os eventos são iniciados a partir das 20h, quando são abertos ao público. Em cada semana, há apresentações diferentes na “Terça Negra”, e podem-se citar: o grupo Escravo & Improviso PE, o Coco do Santiago e o Afoxê Omimlê Ogunjá.

Em outro dia, houve uma sequência com o Afoxé Oxum Pandá louvando a orixá da riqueza e da fertilidade, Oxum, através do toque e da dança. Já nesta mesma ocasião, às 22h a vez do grupo Voz Nagô formado por cantoras negras do Recife chegou. Para encerrar, a banda musical Tronco de Jurema apresentou a mistura de instrumentos elétricos, como o baixo e a guitarra, aos cantos da jurema, culto sagrado indígena, também influenciado pelas religiões vindas da África. Durante toda a noite, um telão projetou o resultado do ensaio fotográfico “Negra, mostra tua beleza negra”. Este projeto foi pensado como uma ação permanente de valorização da mulher negra, através de rodas de diálogos, debates e ações artísticas e políticas. Dez mulheres da Região Metropolitana do Recife participaram da experiência, onde se procurou evidenciar a beleza de mulheres negras, comuns que afirmam sua cor, segurança e feminilidade no modo de vestir, nos cabelos crespos e nas posturas perante a sociedade.

E o fato de elencar a mulher negra, condiz com Machado et al (2011, p.181) quando trata: “Ao longo da história, os estudos sobre a mulher e a literatura têm se constituído como algo fundamentalmente interdisciplinar (talvez até transdisciplinar), visto que agregam conceitos e teorias [...]”. É esta interação que a Terça Negra faz ao se relacionar com diversas áreas, inclusive com a educação.

Destacam-se os debates que ocorrem na “Terça Negra” (às 16h) e “o Papo Som” que é uma conversa referente à música, ambas realizadas no Núcleo de Cultura Afro-brasileira, na Casa 34, no Pátio de São Pedro, onde as conversas são conduzidas a partir de um ritmo ou uma manifestação cultural, trazendo temas como o Reggae no Recife. Também são convidados personagens como Ademir da Hora, integrante do grupo Favela Reggae (SILVA, 2008, p.84) que é produtor cultural e militante do Movimento Negro Unificado, para falar

sobre a transformação da cena do reggae na cidade do Recife, nos últimos 20 anos. Também nesse momento a entrada é franca para o público interessado.

Por fim, durante todo o mês de novembro, as Secretarias de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e de Cultura do Recife vêm desenvolvendo uma série de atividades no intuito de incentivar e dar maior visibilidade para as temáticas que permeiam a promoção da igualdade social e dos direitos humanos.

3.2 EM PERNAMBUCO: O PALCO É DO FOLCLORE MULTICULTURAL

É incontestável a variedade cultural deixada pelos negros no Estado de Pernambuco, e se torna um tanto quanto difícil descrever todas. Mas, algumas são destaques em outdoors, propagandas de lojas, shoppings centers, bailes carnavalescos, em outros locais do Brasil, são conhecidas até mesmo no exterior. Neste patamar está o maracatu rural, a ciranda e a dança do coco.

Não é só na região metropolitana que se desenvolveu o maracatu, na zona da mata pernambucana também está a presença exótica do caboclo de lança do maracatu rural (MEDEIRO, 2005, p.17; CÁRDENAS, 1981, p.28; REVISTA CONTINENTE, 2007, p.10) chamado de batuque solto, segundo as fontes consultadas. Existindo certa contradição sobre quando este folguedo apareceu pela primeira vez, para a Revista Continente sua aparição data da década de 30 do século 19, no carnaval do Recife; e a autora Medeiros diz que seu surgimento remonta ao início do século XX na Zona da Mata de Pernambuco. Assim, descrevem que foi nos canaviais que houve a constituição do maracatu rural, sendo o resultado do descontentamento e da rebeldia dos negros canavieiros.

Quanto à ciranda – que é uma dança de roda –, em todas as festas folclóricas do Recife se pressupõe que estava presente desde 1961, pois os cirandeiros, ao ritmo do som de um bombo, cantam suas músicas acompanhadas da batida, e usam uma indumentária própria. A mais conhecida cirandeira de Pernambuco é Lia da Ilha de Itamaracá (FUNDARPE, 2005, p.9).

A dança do coco é realizada com os pares se apresentando em roda e na cadência dos cantos especiais, deslizam em passadas ritmadas por um sapateado forte. Os dançadores cantando trocam umbigadas com seus pares e as moças sincronizam o feito com os homens do par vizinho, fazendo uma troca. A famosa representante desta tradição é Selma do Coco que produziu um CD com a música “A rolinha” (FUNDARPE, p.18).

A referência de Almeida (2013, p.16-17) para o samba de coco das comunidades afrodescendentes de Castainho e Atoleiros, situados nos municípios de Garanhuns e Caetés, no agreste de Pernambuco, sendo esta região uma parcela do antigo quilombo dos Palmares. Neste cenário de identidades populares da cultura pernambucana, a presença de Chico Science introduziu o Mangue Beat no segmento dos maracatus-nação que, de acordo com Guillen (2013, p.21), foi a batida do maracatu que permitiu a conexão musical de uma parabólica firmada na lama, entre o local e o global.

No contexto panorâmico pernambucano, as manifestações da cultura popular ainda enfrentam dificuldades para garantir sua continuidade. É uma situação que passa os integrantes das sambadas de coco que persistem na Região Metropolitana do Recife e é, na comunidade de Guadalupe em Olinda⁸, o local em que se desenvolve a dança do coco de umbigada, intitulado de samba matriz. Tem como representante deste movimento a Mãe Beth de Oxum e os participantes deste evento cobram dos gestores públicos o apoio para manter esta representação de resistência e afirmação. Existindo há mais de 20 anos, em 2004 tornou-se um local voltado para a cultura interativa, tem um cine clube, um centro de tecnologia, uma rádio comunitária direcionada para a cultura popular, além de cursos que se realizam com o sentido de profissionalizar, mantendo 150 jovens afro-brasileiros que recebem aporte financeiro de uma bolsa para participarem destas atividades.

Reconhecendo que a preservação dos bens culturais é um procedimento também governamental, nem sempre os governos assumem essa responsabilidade. Todavia, há o reconhecimento dos valores culturais brasileiros internacionalmente, como é o caso da capoeira, que desde 2008 já era patrimônio brasileiro. Em 2014, foi reconhecida como patrimônio Cultura Imaterial da Humanidade, além de estar em Pernambuco e no Brasil inteiro, é praticada em mais de 160 países.

Em Pernambuco a presença da capoeira é uma marca registrada, não apenas nos festejos e no carnaval, mas nas rodas de rua e nos recintos fechados. Grandes mestres fizeram a história da capoeiragem no solo pernambucano, podendo citar Silva (2008, p.40) que destaca os seguintes nomes: Jovino dos Coelhos, Nicolau do Poço e o mais famoso Nascimento Grande. E nas décadas de 60 e 70 surgem outros, como: Marcos Coca-Cola, Meia-Noite, Zumbi Bahia, e vários outros (Idem, p.42).

A personalidade do capoeirista é vista por um ângulo negativo e por um prisma positivo. De um lado, Oliveira (1971, p.73) fala do conceito negativo do capoeira, dizendo:

⁸ Fonte: Jornal Folha de Pernambuco, Programa, cultura, p.6, domingo 03 de maio de 2015

“A ideia que geralmente se tem, do capoeira, não depõe a seu favor: desordeiro, malandro, assassino, sempre às voltas com a polícia, sempre temível e temido”. Do outro, Freyre (1998, p.510-511) descreve a influência dos pretos carregadores de açúcar dos armazéns em Pernambuco, os quais formavam corporações próprias e outras forças de atuações positivas, afirmado que:

Impedidos de usar armas de fogo, espadas, bengalas de estoque – armas de fidalgos, de senhores brancos – os escravos – principalmente os negros de ganho e carregadores de fardos que parecem ter constituído no Rio de Janeiro como no Recife, junto com os ferradores, os ferreiros, os serralheiros e os maquinistas, a aristocracia guerreira da massa cativa – tornaram-se peritos, junto com cabras livres e moleques de rua, uns no manejo de facas e navalhas e, principalmente, nas cabeçadas, no rabo-de-arraia e nas rasteiras da capoeiragem; outros, no feitiço, na mandinga, no veneno misterioso que alejava e matava brancos. A arte da capoeiragem mais de uma vez lhes permitiu suprir a falta de armas de fogo com movimentos de corpo que eram quase movimentos de dança. Dançando, esses bailarinos da capoeiragem enfrentavam com pés ligeiros, pequenos, delicados, às vezes quase de moça e, como os das baianas, geralmente calçados de chinelos orientalmente enfeitados, [...]

E todo esse processo citado pelos autores sobre a capoeira, o resultado culminou na escola pernambucana, e de acordo com Silva (2015, p.65) a capoeira na instituição escolar tem a compreensão da inclusão que se realiza quando: “O sentido de se trabalhar a capoeira na escola é discutir as questões pertinentes à condição de vida histórica e social do negro em nossa sociedade, isso faz com que a escola defina seu papel político”. Por isso, a especificidade deste tema é imensa, porque não só a autora referida acima, mas outros diversos estudiosos do assunto comungam com uma concepção positiva sobre os fatos e fatores desta inclusão realizada pelo ensino da capoeira em Unidades Escolares, não só em Pernambuco como em todo o Brasil.

Afinal, nem só de frevo vive Pernambuco, mas sua cultura é tão vasta que não pode ser retratada em um único capítulo, então, foi preciso fazer um resumo conciso e consistente de algumas manifestações culturais que são elencadas como prioridades.

4 A FUNDAMENTAÇÃO DO PROCESSO INVESTIGATIVO CIENTÍFICO

4.1 ASPECTOS GERAIS DA METODOLOGIA DA PESQUISA

A investigação científica foi realizada com uma abordagem qualitativa na perspectiva participante, que se caracteriza por um fato social com base empírica que é concebida e realizada em estrita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual o pesquisador é participante representativo da situação ou do problema e está envolvido de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENTE, 1986, p.14 apud DEMO, 2006, p.25).

Entretanto, este estudo não foi realizado com o pensamento de transformar a realidade ou de fazer qualquer interferência no local, mas, apenas, colaborar com o esclarecimento de modo fidedigno.

Nesses termos, Minayo et al (1994, p.14-15) afirmam que o objeto das Ciências Sociais está relacionado à história de uma determinada sociedade, cujo presente está relacionado com o passado, pois, havendo: “Na investigação social a relação entre pesquisador e seu campo de estudo, como um vínculo que estabelece definitivamente. [...] Por fim, é necessário afirmar que o objeto das Ciências é essencialmente qualitativo.” (MINAYO et al 1994, p.14-15). A autora vai mais além, quando especifica as ciências sociais e sua consciência histórica, dizendo:

Noutras palavras, não é apenas o investigador que dá sentido a seu trabalho intelectual, mas os seres humanos, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade às suas ações e às suas construções, na medida em que as estruturas sociais nada mais são que ações objetivas. O nível de consciência histórica das Ciências sociais está referenciado ao nível de consciência social.

Em terceiro lugar, é preciso ressaltar que nas Ciências sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto [...] (MINAYO et al 1994, p.14-15).

Assim, baseado no que foi exposto, explica-se que a relação entre a pesquisadora e o objeto de estudo é efetivado devido a sua profissão de docente, pedagoga e também por ser Afrodescendente. Quanto às definições dos conceitos e das categorias de análises que compõem a metodologia, tem-se que são formadas a partir da aglutinação de dados convergentes, seguindo as recomendações de Guba e Lincoln (1981, p.57).

Portanto, o empirismo esteve relacionado ao conhecimento construído e às condições em que ele se encontra ligado ao cultural, num processo dialético entre a prática e a teoria.

Pretende-se, pois, apresentar a versão real do que se passa cotidianamente no âmbito da instituição escolar.

4.2 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA INVESTIGAÇÃO

A presente pesquisa teve, como objetivo geral, analisar o processo de formação profissional e as percepções pedagógicas dos docentes que lecionam os componentes curriculares de Artes, Literatura e História frente à temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” na Escola de Referência em Ensino Médio da Rede Estadual de Pernambuco.

Os objetivos específicos da pesquisa foram os seguintes: a) Pesquisar se os docentes espontaneamente introduziram a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” na sua prática em sala de aula; b) Identificar a utilização da Lei nº 10.639/03 no currículo oficial na Escola de Referência em Ensino Médio Semi-Integral da Rede Estadual de Pernambuco; c) Obter informações sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola de Referência em Ensino Médio Semi-Integral da Rede Estadual de Pernambuco com a finalidade de reflexão a respeito de subsídios que estejam direcionados à formação dos docentes e à temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”.

4.3 DEFINIÇÕES DAS CATEGORIAS DE ANÁLISES

Os conceitos e as atitudes foram possíveis de serem identificados graças ao emprego dos instrumentos usados na pesquisa que permitiram todas as verificações dentro de uma realidade social, da qual fazem parte os integrantes da pesquisa de campo, tendo em vista que as definições já existentes e as produzidas neste estudo, e são parte do levantamento das circunstâncias sobre o cotidiano de uma Unidade Escolar Semi-Integral.

Constam como considerações vinculadas aos aspectos gerais, pressupostos básicos que gradativamente se delineiam no decorrer dos vários eventos e seus respectivos temas destacados pelos professores e que se relacionam. Para a construção do presente trabalho dissertativo, partiu-se das ações idealizadas e planejadas para a divulgação do pensamento pedagógico dos professores.

As contribuições derivadas dos participantes deste estudo são extensas e foram exaustivamente relacionadas como pressupostos analisáveis e são amplamente integrantes da metodologia desta investigação científica.

Os instrumentos usados para chegar às definições e os conceitos levantados e que também fazem parte do material histórico e bibliográfico, serviram para compor os capítulos anteriores a este, e configuram-se, também, neste e nos demais.

Contudo, a entrevista, contribuiu como uma das categorias de análise muito importante, pois permitiu o entendimento da formação do professorado e os relatos desses. Tudo isto foi primordial para saber o andamento do trabalho educativo com a Temática “História e Cultura Afro-Brasileira” em uma Escola de Referência.

Entre as perguntas feitas no ato das entrevistas, estão: Quais livros leram? O poder público oferece ou ofereceu formação continuada para os docentes sobre a referida temática? Há interação entre o grande grupo com equilíbrio para trabalhar a temática, tanto em sala de aula quanto entre os professores e com os vários seguimentos da Unidade Escolar? Os docentes na prática pedagógica efetivam as relações étnico-raciais?

Perante o exposto, é interessante frisar que, embora a entrevista se constitua, juntamente com o questionário, as fontes enriquecedoras sobre a realidade investigada, vale ressaltar o relato oral que foi também uma possibilidade de conhecimento da complexidade da realidade da Escola Semi-integral, porque forneceu uma grande expressividade referente ao cotidiano dos docentes em variadas ocasiões.

Conclui-se, assim, que as entrevistas parcialmente estruturadas e realizadas ao longo da investigação instigaram a busca por fontes relevantes de interesse sobre o tema e que embasam a presente pesquisa.

É interessante frisar que, embora a entrevista se constitua juntamente com o questionário as principais fontes investigativas e que o relato oral foi também uma possibilidade de conhecimento fortemente expressado pelos docentes em variadas ocasiões. Conclui-se, assim, que as entrevistas parcialmente estruturadas e realizadas ao longo da investigação, em busca de constituir uma fonte relevante de interesse.

Da mesma forma, os questionários foram tratados seguindo as recomendações de Oliveira (2003, p.50) com a sugestão: “A elaboração das questões deve estar fundamentada no problema formulado, na hipótese e teoria pertinentes ao tema pesquisado, devendo estar em relação direta com a realidade da pessoa que vai responder o questionário”. Assim, foram elaboradas perguntas abertas que permitiram respostas livres; e perguntas fechadas que delimitaram as respostas sobre o assunto investigado.

Enfim, tanto serviu de base para o conhecimento real à entrevista, como o questionário que garantiram a melhor visão para identificar as informações que foram elaboradas durante a aplicação desses instrumentos de levantamento de dados. E, por isso, foram de imensa

relevância para o planejamento dos diálogos que resultaram nas explicações descritas nas laudas deste estudo, tornando fidedignas as informações elaboradas a respeito do contexto deste complexo e panorâmico ambiente escolar.

4.3.1 Usando a multi/trans e interdisciplinaridade na metodologia da pesquisa

Três palavras fizeram parte desta metodologia: multidisciplinaridade; transdisciplinaridade e interdisciplinaridade; elas configuram, individualmente ou em conjunto, as referentes possibilidades que ligadas à *praxis*, transformam os efeitos dos ensinamentos que se tornam permanentes na vida dos educandos, porque a Escola é um espaço de imensa importância social, pois tudo o que acontece exteriormente é inserido neste ambiente. Estes pontos foram amplamente levados em considerações no decorrer da pesquisa de campo e na catalogação das informações.

Ressalta-se, também, nas definições de Vigotski (1998, p.6-7), que em seus estudos toma por base a conjunção social/histórica/cultural, uma abordagem abrangente que envolve fatores determinantes para o desenvolvimento das pessoas.

Certamente esta disposição não é levada em consideração à luz dos olhos de alguns na instituição educativa. E o motivo que determina este fator é a falta de formação continuada dos que trabalham com a educação. Sobre este aspecto, Pereira (2007, p.83) fala da “escola da vida” e entrever na escola oficial o ponto de partida para:

Reconhecer as tensões existentes entre a “escola do governo” e a “escola da vida” implica uma etapa de um empreendimento mais amplo que deve pensar a escola como decorrência da vida, portanto, como lugar de atitudes que superam as circunstâncias da cena política para atender às expectativas maiores da sociedade organizada. A escola da vida é a escola das pessoas interessadas na formulação de propostas humanistas que impeçam os governos de tomar medidas contrárias à justiça social.

A contribuição da escola oficial e dos que nela trabalham, e por vezes poderiam propagar o exposto. Priorizando o que está escrito no Plano Nacional de Educação, em suas metas, tão explícitas para o tratamento com a demanda afrodescendente.

Finalmente, cabe aqui lembrar os esquemas de trabalho que a escola elege por prioridade e, em especial, os que dependem da postura de alguns educadores que não primam em fazer a diferença na vida do seu aluno que é, de modo geral, atuante.

4.4 OS ENFOQUES SOBRE: OS PROFESSORES E O DIRETOR DA ESCOLA NO CONTEXTO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO REALIZADA

Para fundamentar a proposta deste tema, foi preciso investigar o universo cultural do corpo docente no que tange ao interesse significativo de sua formação profissional, como também conhecer as suas percepções pedagógicas de acordo com o componente curricular que leciona. Em especial, os docentes que ministram as aulas no ensino médio de referência, nas turmas de 1º, 2º e 3º ano, e no ensino médio regular/EJA. Esses docentes demonstraram muito interesse em compartilhar suas maneiras de trabalhar, o que resultou em esforços para chegar neste fim, determinando o direcionamento dos fatos investigados.

De um lado, delineando que a quantidade de professores que está descrita compreende o grupo que ensina na parte da escola que efetiva o ensino médio de referência e, do outro, está o grupo que leciona na mesma escola, mas, com o ensino médio regular/EJA. Torna-se necessária a participação do diretor da escola, na atualidade, porque existem detalhes que somente ele poderia repassar. Estando na direção da escola por volta de 03 (três) anos e para ficar à frente da gestão dessa Unidade Escolar, participou da seleção estadual de gestores escolares que a Secretaria de Educação Estadual promoveu junto à Universidade de Pernambuco.

Por isso, é importante salientar que a proposta aqui discutida não visa a excluir outras etnias, mas, priorizar a percepção docente relacionada à Temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. A pesquisa pretende contribuir com a reflexão a respeito dos saberes e das experiências pedagógicas para a educação inclusiva⁹.

Todos os requisitos encontrados no campo da investigação serviram para fortalecer os argumentos contidos nas laudas encontradas no capítulo 5 desta dissertação. As informações foram dignamente descritas, sem qualquer distinção, elencadas através dos dados coletados *in loco*, na referida instituição educacional, onde houve o recolhimento dos pressupostos necessários para focar os pontos-chaves do tema central da pesquisa.

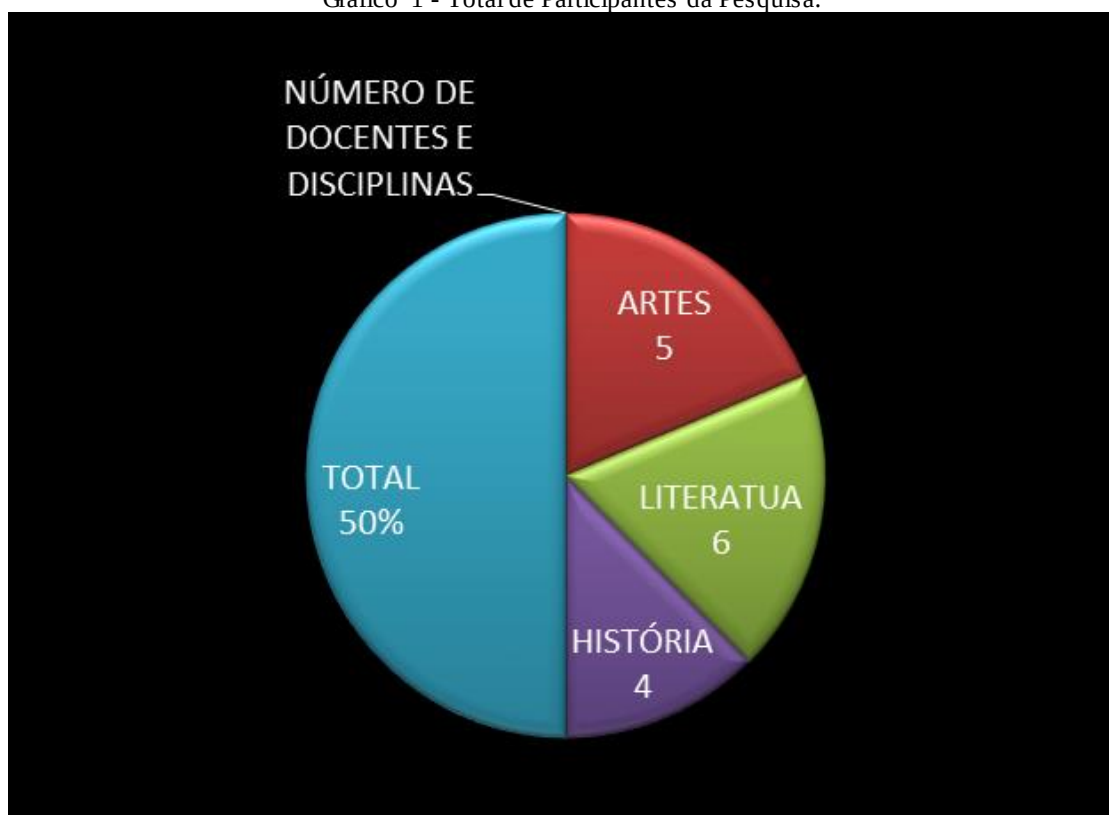
Para Oliveira (2003, p.45) a metodologia é um processo que utiliza diferentes métodos como meio de chegar à coleta de informações, e esses requisitos serão dados significativos para o pesquisador, entendendo que a metodologia engloba todos os passos realizados para a construção do trabalho científico. Esse trabalho vai desde a escolha do procedimento para

⁹ Que Tardif (2002, p.36-37) afirma está presente quando acontece a proposta dos professores, esta é acatada, e estas propõem suas ideias sobre o currículo e os componentes curriculares (disciplinas), e principalmente falam a respeito de sua formação profissional.

obtenção de dados; perpassando pela identificação do(s) método(s), técnica(s) materiais, instrumentos de pesquisa, definição da amostra/universo, até a categorização e análise dos dados.

O estabelecimento de uma relação com os participantes somente foi possível, depois de esta pesquisadora estar presente na escola, e, no instante em que ocorreram as entrevistas, por meio da aplicação do questionário. O gráfico 1 segue como parte relevante, pois permite visualizar que 50% do total de professores da escola investigada trabalham com artes, literatura e história, observe-se:

Gráfico 1 - Total de Participantes da Pesquisa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De um total de 30 professores lotados na Unidade Escolar, a metade – 15 docentes – lecionam os componentes curriculares de artes, literatura e história, dentro do que estabelece a Lei nº 10.639/03. Juntando este total de professores com o diretor escolar, temos o montante de 16 profissionais.

Assim, foram aplicados 16 questionários¹⁰, destes, 15 para os professores, outro elaborado e dirigido unicamente para o diretor escolar, e as perguntas direcionadas para a administração, a gestão e o projeto político pedagógico. Lembrando que o gestor da escola,

¹⁰ Que estão contidos no apêndice desta dissertação.

também é um professor que assumiu a função de gestor. Esses profissionais são os que lecionam os componentes curriculares no universo investigado. Assim, a investigativa é formada por propostas que são vistas quanto aos aspectos positivos e negativos, em relação às ações de inclusão.

Isto é percebido nos relatos descritivos no momento da entrevista e do questionário, quando os docentes, ao responderem as perguntas, expressaram seus entendimentos a respeito do que estabelece a Lei nº 10.639/03. Porém, os professores responderam o questionário feito pela pesquisadora de maneira expressiva e participante. Na ocasião, cada participante, espontaneamente, concordou em expor seu modo de pensar a respeito do processo ensino aprendizagem e as condições existentes.

Também o professorado esteve de acordo em responder a pergunta livre, todo esse procedimento consta no planejamento concebido para os professores(as) que lecionam os componentes curriculares de: história; literatura e artes; e que deixaram as marcas de suas opiniões a respeito da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. Azevedo (2004, p.33) revela uma face notória da escola, a qual exhibe o passado que não foi apagado, em fase de uma história que ocorreu ao longo dos tempos, e faz a citação:

É verdade, o fantasma de Gilberto Freyre anda perigosamente às soltas a infernizar as vidas daqueles que só conseguem discernir preto e branco entre as muitas cores com que a população brasileira insiste em se colorir. Acastanhada, agalegada, alva-escura, azul-marinho, bem-clara, bem-morena, branca-queimada, cor-de-café, cor-de-canela, cor-de-rosa, cor-firma, jambo, laranja, melada, meio-morena, morena-bem-chegada, rosa, roxa, sarará, trigueira, verde... estas são algumas das cores saborosas com que se tingiram os entrevistados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 1976.

Assim, a escola pública, é uma enorme reflexão de cores que refletiu o caminho deste estudo, em que a educação e a diversidade se encontram. Encontra-se, pois, nas palavras de Demo (2006, p.16) uma explicação para os constantes dilemas dos saberes, afirmando que: “Não só para ter, sobretudo para ser, é mister saber. [...] Sem recair jamais no elogio da ignorância – até porque seria coisa de esperto – cabe reconhecer que conhecimento é processo diário, como a própria educação que não começa nem acaba”.

A constatação do autor é bem clara e privilegia a construção do conhecimento ao longo de toda a vida, e esta alusão vale para o aprendizado humano que nunca deixa de acontecer. Assim, os pontos e contrapontos apresentados são resultantes também das entrevistas realizadas que influenciaram a fundamentação das análises desenvolvidas nas laudas desta dissertação. Esse procedimento facilitou o conhecimento e o aprofundamento

acerca dos saberes da formação profissional dos professores e dos componentes curriculares de artes, literatura e história, suas percepções e o cotidiano pedagógico da escola de referência, além de facilitar a estruturação dos fatos sociais, históricos e processuais que constroem o ideário e as trajetórias dessas pessoas no campo de pesquisa.

É adequado lembrar Arroyo (2004, p.10) que eleva as trajetórias e os tempos de alunos e mestres, dentro da premissa de que houve mudanças e diz que são imagens quebradas, devido a muitos motivos que definem o processo de ensino e aprendizagem. Pois, os diversos textos que nortearam a fundamentação teórica, apresentada de modo relevante, numa dinâmica intelectual instantânea, são coerentes com a historicidade, servindo como suporte para um entendimento mais eficaz sobre o método qualitativo.

Os dados qualitativos ou categóricos foram utilizados para determinar a quantidade de professores investigados na Escola de Referência em Ensino Médio Semi-Integral da Rede Estadual de Pernambuco, e para a análise das variáveis referentes à qualidade do que foi informado, lembrando que a opção pela qualidade das informações em cada unidade observacional foi assumida respeitando todos os tipos de enfoques relacionados ao tema desta investigação científica. A designação não é somente uma ênfase à grandeza quantitativa, mas, por vezes, escolheu-se como designar cada categoria com um número, porém, isso em nada altera a natureza da variável. A análise estatística desses tipos de dados resumiu-se, por isso, à contagem do número de indivíduos em cada categoria e ao cálculo das respectivas percentagens, por exemplo.

Para que fosse possível tentar visualizar a formação do profissional e as suas percepções docentes, tendo em vista que foram escolhidos somente os professores que lecionam Artes, Literatura e História e atuam como facilitadores da aprendizagem de todos os alunos de modo inclusivo em sala de aula, dentro da prerrogativa de uma relação com a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. Verificando esta questão de forma inter/intra/transdisciplinaridade, de acordo com a exposição que o professorado fazia em seus diálogos durante a investigação.

A metodologia adotada neste estudo é coerente porque se adaptou aos fatos reais, assinalando os indícios do formato do corpo docente encontrado *in loco*. No decorrer do percurso da análise das informações, ficou evidente a constatação de que todos os profissionais possuem diferentes características relativas à sua formação. Portanto, após entender o que é exigido e imposto aos professores da Escola Semi-integral, chegou-se a uma conclusão que traduz a linha de trabalho que cada docente segue em classe, e que é muito peculiar a cada um.

Dessa maneira, foram detalhadas as conformidades e as eventualidades que decorrem do que foi descrito pelos docentes a respeito de seus planos de aulas, que são planejados em torno do processo de ensino e aprendizagem. Nota-se que os professores não estão satisfeitos com o rumo que a sua formação se encontra e isso traz implicações fortemente percebidas no ambiente escolar. O profissional da educação no ensino médio da escola integral tem certa autonomia, e o gestor procura manter um bom nível de trabalho com eles.

É dessa forma que se descortinam os acontecimentos educacionais, em meio a uma realidade antagônica que não contempla a todos e a todas num processo educativo mal formulado, porém, devendo considerar os valores deste instante. Além do que estando longe de prevalecer uma escola inclusiva, o afrodescendente através de sua cultura, monta um jeito de estudar, mesmo havendo tantas proibições e exclusões que persistem em pleno século XXI.

No entanto, este é o panorama que tem uma imensidão de possíveis desdobramentos, dispostos nas dimensões do espaço escolar. Um emaranhado de ideias em busca de um ideal comum, embora nem todos queiram comungar com as mesmas estratégias que deveriam estar inclusas no ideário de sala de aula, principalmente quando se trata de um espaço onde o tempo de estudo é integral.

Este modo de pensar o ensino de maneira integral remonta à época de Rui Barbosa (BARBOSA, 1947, p.35), no final do segundo império, quando esta personalidade discursava seus planos educacionais para a nação brasileira e ostentava a intenção de que as escolas funcionassem em período integral. Este tipo de escolarização integralista é um ponto positivo, no entanto, muitas coisas devem ser avaliadas e reestruturadas para que esta idealização de escola se fortaleça e contribua para uma educação de qualidade.

Algo além do que se tem agora precisa ser feito e, para que esta escola e as demais de referência alcancem o esperado pela sociedade, é relevante o investimento em cultura, diversidade e principalmente no professor e demais funcionários da educação, porque são eles que trabalham com a camada mais necessitada que são as pessoas oriundas das mais variadas etnias, e principalmente o povo que um dia sofreu e sofre injustiça: os descendentes de escravos, os negros e os afrodescendentes.

Por fim, o que foi exposto nesta pesquisa qualitativa (SANTOS FILHO, 2007, p.43) é a compreensão direta sobre a atividade docente sem qualquer inferência. As significações são da escola pública pernambucana, e não se fala em escola da África, mas, de uma instituição que perpetua uma roupagem tradicionalista do século XIX. Como se não bastasse, o professorado não se sente fortalecido no domínio da tecnologia. Por vezes, não se

vislumbram diálogos atrativos nessa escola que se encontra na vida real daquelas pessoas que precisam de compensações e que a escola não proporciona integralmente.

5 A ANÁLISE DOS DADOS NO CAMPO DA PESQUISA

5.1 O ENSINO E A APRENDIZAGEM DO CONTEÚDO QUE ESTABELECE A LEI Nº 10.639/03

Nos dias atuais, quando se denuncia que a educação pública está estagnada e que, apesar disto continua a ser oferecida à sociedade, surge o seguinte questionamento: A escola é pensada para quê e para quem? Por que as propostas estão pautadas, na maioria das vezes, nos moldes apregoados ainda no século XIX? Pois, nesse período, a elite detentora do poder ditava as regras e normas que deveriam padronizar a instrução pública. Então se indaga: Por que se tem um ensino e uma aprendizagem longe da realidade de hoje? É difícil responder a esta e a tantas outras interrogações sem elaborar um grande discurso de teor social.

Ativamente, alguns autores chamam de preconceito velado o que se passa no interior das escolas. Ou seja, alguns dos que exercem suas atividades nas escolas insistem em não conscientizar-se, ingenuamente, ou falsamente, de fatores sociais que são claramente revelados. E Wieviorka (2007, p.65) nomeia tal contexto de “A segregação”, dizendo:

O termo segregação é ambíguo, já que designa tanto um processo quanto seu resultado. Aplica-se, além disso, a diversas realidades: étnica, racial e principalmente social. A segregação racial é, pois, ao mesmo tempo um processo e seu resultado: mantém um grupo a distância, localizado em espaços próprios que lhe são reservados, enclaves, guetos, territórios de um tipo ou de outro. Essa separação geográfica completa-se ocasionalmente com medidas de circulação restritas. Pode alcançar até a interdição de penetrar em certos espaços ou abandonar aqueles que lhes são reservados. A segregação racial não se confunde necessariamente com exploração ou a discriminação. Pode mesmo, por vezes, apresentar-se como seu contrário – “separados e iguais”, reza uma fórmula racista utilizada principalmente pelos detentores do *apartheid* na África do Sul.

O que autor faz emergir com seus escritos é uma verdade que é explícita e ampla, tendo grande abrangência no mundo atual que não faz parte somente da África, mas que é um dos problemas da Escola de Referência Pernambucana. É um fato camuflado, porque acontece de forma velada para os olhos de um não entendedor e é tão sucinto que mantém um grande grupo de estudantes desvinculados da visão de conhecimentos importantes que estão vigentes e que integram uma legislação.

Mesmo após 12 anos da promulgação da Lei nº 10.639/03, as pesquisas informam que existem muitas pessoas que não conhecem e que não têm informações sobre o que versa este aparato legal de inclusão curricular e entre os que não têm conhecimento a respeito do

assunto, estão os professores e demais trabalhadores da educação, como também, os que fazem parte da comunidade escolar: pais e alunos, por exemplo.

Esses acontecimentos não são da responsabilidade dos professores, porque a preocupação central deles é com o desenvolvimento de um trabalho previamente planejado. Tem-se como prioridade uma programação modelada, em que o aluno só tem consciência do que é desenvolvido dentro da proposta curricular da disciplina, de acordo com as unidades que constam no ano letivo e que são determinadas pelo governo do estado.

Os procedimentos utilizados pelos docentes envolvem os conteúdos propostos pela grade curricular da Secretaria de Educação, no entanto, não se pode perder de vista o parco material que se tem no momento para executarem seu trabalho. Neste contexto, as aulas devem alcançar metas, pois este é o efeito desejado pelo sistema estadual de educação.

Quanto à formação do ser humano, não se tem a precisão para considerar: a força, a capacidade, os limites e as possibilidades de equilíbrio, deixando uma carência nesta movimentação. Isso ocorre constantemente, porque todos os esforços são em prol de atingir o objetivo desejado pelo poder político. É uma educação que não é voltada para a harmonia bio-motora, sobretudo, permitindo aos professores e aos estudantes expressarem seus sentimentos, com o corpo, a mente e os sentidos.

Pereira et al (2009, p.168), ao discorrer sobre o currículo que chega na escola de forma imposta, pois, o professorado não contribui com sua construção, lembra o que afirmam alguns professores: “QUANDO FECHO A MINHA PORTA, NINGUÉM MAIS MANDA NO QUE FAÇO”. Mas, na realidade, a autonomia que o docente pensa ter, não passa de uma ilusão de ótica, um lamentável engano.

As relações de poder que emanam no espaço da escola é tradicionalmente uma herança histórica. O currículo imposto, não é aceito, mas tolerado, e diversas vezes pouco utilizado na íntegra. Veja-se o que lembra Saviani acerca de outro tipo de aula:

Exemplificando: um professor de história ou de matemática, de ciências ou estudos sociais, de comunicação e expressão ou de literatura brasileira, etc. têm cada um uma contribuição específica a dar, em vista da democratização da sociedade brasileira, do atendimento aos interesses das camadas populares, da transformação estrutural da sociedade. Tal contribuição consubstancia-se na instrumentalização, isto é, nas ferramentas de caráter histórico, matemático, científico, literário etc., cuja apropriação o professor seja capaz de compreender os vínculos da sua prática com a prática social. (SAVIANI, 2009, p.72).

Diante deste exposto e levando para a realidade que foi encontrada, entende-se que os profissionais agem de acordo com o que têm em mãos e tentam, de todas as formas possíveis,

incorporar a melhor maneira de ensinar, apesar de enfrentarem adversidades oriundas do sistema. Obrigatoriamente, entretanto, precisam lecionar com os conteúdos que apenas são encontrados e valorizados somente no currículo definido pela rede estadual que impõe as normas e as regras de procedimentos. Esses significados não diferem do que era prescrito antes da Lei nº 10.639/03. Todavia, com o resultado da coleta de dados, permitiu-se reconhecer o quadro atual do professorado que não é condizente com uma suscetível formação, devido a 03 condições de impedimento para o educador e que aparecem como limitações, dentro de suas possibilidades, em adquirir maiores esclarecimentos para sua *praxis*. São elas:

- a) As condições financeiras, delineadas pelos baixos salários;
- b) O tempo, do qual geralmente não dispõem, pois os profissionais estão sempre em sala de aula, e principalmente, em uma escola de regime semi-integral ou integral que é mais uma implicação, porque não conseguem espaços nos horários, para pôr em prática tais iniciativas, com ênfase de formação. Devido a tal contexto, são impossibilitados pelo tempo exclusivo na escola, segundo o que foi confessado pelos professores.
- c) A última questão está atrelada ao próprio Sistema que introduz, no currículo, as legislações vigentes – como é o caso da Lei nº 10.639/03, por exemplo, sem, no entanto, oportunizar a formação continuada para o trabalho docente em sala de aula, englobando toda a demanda escolar. Em suma, a enorme dúvida persistente entre os profissionais da educação é a seguinte: Escola de tempo integral para quem? Para o professor? Ou para atender às especificidades do alunado? É o que fica na cabeça dos docentes e estas são interrogações permanentes. Contudo, a relevância dada aos perfis das identidades dos alunos negros ou afrodescendentes é mínima, ou quase nenhuma ou mesmo não existe, por diversos motivos; consistindo em uma reação de indiferença, por não atender à maioria dos envolvidos, dentro do quadro da clientela matriculada. Muitas são as ocasiões em que a política de inclusão que está contida no discurso oficial é incinerada em um vale de reclamações e prevalece a perca da iniciativa que visa a melhorar as condições do aprendizado dos estudantes.

Na realidade, o que está escrito nas leis e que se espalha nos discursos, não é bem o que se vê realmente na prática do dia-a-dia da Escola de Referência da Rede Estadual. Um enorme abismo existe entre estes ângulos, que é o âmago da questão educacional neste momento. Nesse sentido, esta também é a função social e histórica da ação docente que orienta o trabalho com os alunos. Cada dimensão do currículo oficial, ou seja, os componentes

de artes, literatura e história deveriam estar articulados, pelo menos entre si; e se fosse possível a existência dessa articulação com as outras dimensões curriculares, como: as matérias de exatas, por exemplo, traria para a sociedade uma síntese da evocação que um olhar pedagógico pode fazer. Para se ter uma ideia das repostas do quesito 11, contido no questionário aplicado no momento da investigação que sugeriu hipoteticamente aos professores que delineassem como utilizariam a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” na organização de uma aula para uma turma do ensino médio, esta solicitação chegou à seguinte conclusão:

Figura 01 - A organização definida pelos professores e professoras a respeito do norte direcionado para a temática versada na Lei nº 10.639/03.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com o observado na figura 01, pode-se verificar que alguns professores trabalham com a temática da Lei nº 10.639/03 apenas no dia da abolição da escravidão; outros somente no dia da consciência negra; e uns na semana do folclore, existindo docentes que nunca trabalham com o que está versado legalmente. Estas foram algumas das repostas

expressas pelos professores dos componentes curriculares que são citadas na íntegra da legalidade, sendo de fato o quanto fazem ideia do que é versado pela Lei nº 10.639/03. Assim, fazendo uma analogia entre a vida real do negro e a sua nota que é 10 por tudo que faz fora do mundo escolar, porém, na escola seu valor não é tanto. Então, para Carraher et al (2011, p.196-197) que descreve este processo como:

A repercussão dos fatores cuja ação se desenrola independentemente do que ocorre na sala de aula (a desnutrição das crianças, a carência de vagas na escola, as dificuldades de transporte, a necessidade de ingresso precoce das crianças no mundo do trabalho, as distorções na formação de professores, a precariedade das condições de ensino, etc.) sobre os acontecimentos dentro da sala de aula parecia tão forte que qualquer esforço para resolver problemas da educação brasileira a partir da própria sala de aula parecia fadado ao insucesso.

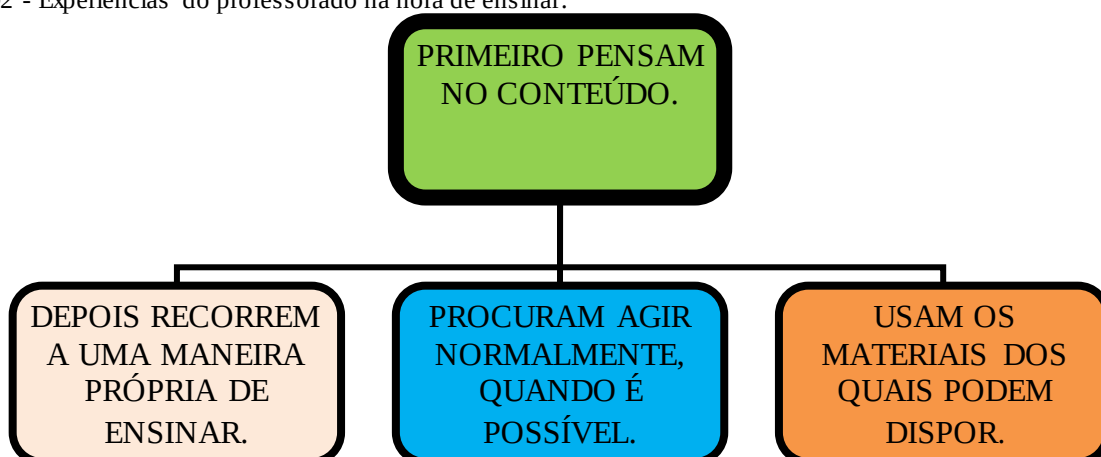
E, relacionando os postulados descritos na citação, analogicamente se é conduzido para a Escola de Referência da Rede Estadual, observando que a referida obra é um espelho do que é encontrado na escolaridade do afrodescendente, pois, em meio a tantos afazeres, a percepção a respeito desta demanda torna-se um processo que precisa ser estimulado pela área pedagógica da educação de Pernambuco. Então, a prática do docente não é vista pelo âmbito da relevância social que é uma problemática complexa e abrangente. Os conteúdos de cada disciplina estão desvinculados do que emana a proposta da Lei nº 10.639/03, e remete-se, novamente, a Saviani (2009, p.72), que opina: “Então, ou se pensa que os conteúdos valem por si mesmos sem necessidade de referi-los à prática social em que se inserem, ou se acredita que os conteúdos específicos não têm importância [...]”. Ademais, o norte captado no contexto das entrelinhas é que os ensinamentos e a aprendizagem dos alunos é consequência da forma arcaica de se pensar o ensino, a qual é enxergada pela escola e está relacionada aos conteúdos por si, estando condizente com o escrito de Saviani citado acima. E, indo mais adiante, a prática docente necessita ser uma *praxis* pedagógica que possibilite, aos professores, enfrentarem as adversidades e as complexidades da escola. Para Silva (2013, p.25), que discorre sobre a Lei nº 10.639/03 com suas imagens e confissões, enaltece que:

O advento da Lei nº 10.639/2003 – que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana e altera a Lei nº 9394/1996 de diretrizes e Base da Educação Nacional em seus artigos 26 e 27 – bem como a percepção da resistência à inclusão dessa discussão no interior da escola sobre as relações étnico-raciais na contemporaneidade.

O exposto pela autora a respeito da lei é consistente, pois a questão não é apenas ostentar essa legislação, mas destacar a produção interativa de quem trabalha com os saberes. Por isso, ao se discutir acerca da Escola de Ensino Médio Semi-Integral do Estado de

Pernambuco propõe-se que se preparem os estudantes para a universidade, como promotora de saber que deveria proporcionar a introdução em seu currículo como fonte norteadora para diversas direções, está centrada mais em metas que não são capazes de contribuir para efetivar o rompimento das dificuldades escolares. Contudo, esse processo escolar não é um projeto que está baseado num todo, onde haja a possibilidade de orientar os alunos para o ato cultural, que passe a ser permeável, porque não existe cultura impermeável devido aos desafios ditados pelas dificuldades que fazem parte das relações entre as pessoas. Sabe-se, ainda, que a escola não está alheia a toda esta influência. Por um lado, a educação na instituição, também é atingida por esses subterfúgios e, de outro, a escola não está à parte do que acontece na comunidade em que se encontra inserida, tampouco, fica livre do assédio da mídia e nem da corriqueira transformação que existe na vida mundial. É visível o que os profissionais pesquisados sentem a respeito de suas experiências no trabalho com a educação. Não querendo ocultar com isso a verdadeira realidade dos fatos. Dizer que no momento em que ocorreu a investigação foi um dos parâmetros primordiais para situar a conexão entre a relação existente na escola enquanto questão curricular e a Lei nº 10.639/03. O ensino ministrado pelos professores que lecionam com os componentes curriculares de arte, história e literatura da Escola de Referência Semi-integral necessitam de condições para o ensino-aprendizagem da lei citada que está em vigor; sendo orientadora da temática que deveria nortear a prática educativa na sala de aula da escola pesquisa. Alguns fatores são princípios de ênfases que ficaram visíveis através das respostas expressas durante as entrevistas que indicam os rumos da orientação e do planejamento das aulas. Sendo assim, o professorado segue um direcionamento mental e prático que serve para orientação e colabora com sua atividade em sala de aula, podendo ser exemplificado como ilustra a figura 02, a seguir:

Figura 02 - Experiências do professorado na hora de ensinar.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

A figura 02 demonstra que, em princípio, o professorado deixa transparecer que é necessário ter uma ideia esclarecedora do que se vai ensinar e ao mesmo tempo, esclarecem:

Temos que aprender a lidar com as diversas situações que aparecem no decorrer das aulas, e são muitas, vai além do que pode-se imaginar, e para alguém que não está em contato com esse mundo que apresenta essa educação, é imaginável perceber como tudo isso acontece. Pois é preciso permanecer um longo tempo in loco, para visualizar a percepção dos fatos e fatores que determinam as situações neste cotidiano.

Por vezes, há professores que concluem: “Necessito e procuro um apoio e um auxílio pedagógico, porém não encontro”. Este é um dos requisitos destacados das falas do professorado, dizem ser um componente necessário; e este subsídio não é encontrado por diversas vezes. Enfim, o corpo docente na Escola de Referência em Ensino Médio Semi-Integral elenca: “A formação, é um momento pedagógico enaltecedor de suma importância necessário para a eficácia do ensino e da aprendizagem ministrados por todos”. No decorrer do tempo os professores dizem: “Ficamos atentos a tudo e a todos, porque se algum(a) aluno(a) fizer alguma demonstração de desrespeito ou a respeito das questões étnico racial procuramos verdadeiramente, agir com clareza e dizer o que é corretamente importante”. Porém, não exemplificam o que é corretamente importante neste contexto.

Quanto aos recursos áudios-visuais e de multimídia que deveriam estar sendo empregados com grande valia no aprendizado dos conteúdos, por oferecem oportunidades valiosas de uma boa leitura de imagens, estes aparelhos estão na maioria danificados e quando existem alguns funcionando não existem em quantidade suficiente para todos os docentes realizarem um trabalho proveitoso. Os fatos demonstram que muito se precisa fazer para que a docência consiga equiparar-se a uma profissão de notória mudança social, tendo em vista que a pressão é grande para cumprir o que está proposto no currículo oficial e o primeiro pensamento do docente é o conteúdo a ser ensinado e não são os estudantes.

Diante das evidências, a tarefa governamental é começar seu olhar pelo fornecimento de elementos básicos para o trabalho do professor em classe. Que poderia ocorrer de forma única, para cada comunidade, levando em consideração onde a escola está inserida, porque cada local tem suas peculiaridades e apenas os habitantes desses locais podem delinear uma linha de como este avanço deve ser planejado. Então entra a questão democrática da escola que deve ser tratada entre todos, isto é, professores, pais, alunos, gestor da escola e demais funcionários da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

5.1.1 O processo avaliativo desenvolvido pelos docentes que lecionam os componentes de Artes, Literatura e História

O princípio adotado no processo de avaliação que vai ser citado foi colhido in loco e tem o objetivo de acompanhar em classe o nível de aprendizagem da turma do ensino médio semi-integral, na realidade, está bem próximo de ser comparado com as mesmas etapas do ensino médio regular/EJA que é utilizado para avaliar o estudante em sala de aula. Na verdade o grande desafio para os docentes da Educação Integral é achar a chave para um trabalho voltado para a diversidade dos alunos em classe. Paralelamente ao que fazem na atualidade da Escola de Referência, é impreterivelmente importante, uma proposta que esteja didaticamente compactuada com uma metodologia avaliativa direcionada também para o que está definido na Lei nº 10.639/03.

Cabe aqui ressaltar alguns passos decorridos da visão avaliativa encontrada que podem ser resumidos em 03 etapas, dentro do que se tem por avaliar e está pautada em um formato destacado que condiz com:

Quadro 01 - Para quê? Por quê? E Como Avaliar?

Avaliar para que?	Para medir o comportamento do(a) aluno(a), no início das aulas, de maneira a diagnosticar o conhecimento e as atitudes dos estudantes; podendo ser mensurados dentro da forma teórica e prática.
Por que avaliar?	Porque durante o processo de ensino e de aprendizagem ocorrem mudanças capazes de comprovar o conhecimento do estudante. O processo avaliativo pode ser em forma de testes e outros que permitem saber se surtiu efeito nos discentes o que o professor lecionou. E se realiza através das aulas e do conteúdo programático teórico e prático. Percebida pela socialização e o entrosamento do grupo, quer seja individualmente ou nos relacionamentos em duplas (provas, trabalhos, pesquisas, etc...).
Como Avaliar?	Verificando o produto da aprendizagem, pois, quando um aluno vai fazer as provas das unidades, para passar de um ano letivo para outro, exemplificando que isto é traduzido através da percepção do professor sobre o estudante, e permite perceber se o estudante atingiu as notas estipuladas para este fim.

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Mas, de certa forma, a avaliação na escola transparece como uma descrição que é baseada numa proposta de passar de ano, onde o(a) aluno(a) tem que aprender, isto é, decorar conteúdos para as provas, inclusive, os erros não são considerados como ponto de repensar a dinâmica do processo. Existindo a compreensão por parte da docência, a respeito de alguns estudantes que afirmam fazer progressos mais rápidos, a despeito de outros. E o pensamento genérico, deixa claro que alguns alunos não possuem a mesma facilidade de assimilação; por isso, os docentes utilizam métodos diferenciados para cada grupo e alegaram uma sequência de explicações. Em determinados momentos, até procuram usar os aparelhos tecnológicos disponíveis, para ajudar no aprendizado dos estudantes. Em outro instante, visualizam um

modo de atrair o alunado e transformar a rotina em uma possibilidade maior de atenção e participação da demanda estudantil. É importante o uso de toda a didática que permita a avaliação positiva, porém, uma vez que leve em consideração a trajetória do aluno e de certa forma não oprimam sua condição social. Todo o esforço é pouco, são necessários desempenhos dinâmicos desenvolvidos para serem eficazes e coerentes com a proposta da interação curricular que a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” esta tratando. Hoffmann (1991, p.67), uma renomada escritora de obras direcionadas para o processo da avaliação escolar como um mito, faz a seguinte afirmação em seus postulados, segundo uma visão reflexiva:

O que pretendo introduzir neste texto é a perspectiva da ação avaliativa como uma das mediações pela qual se encorajaria a reorganização do saber. Ação, movimento, provocação, na tentativa de reciprocidade intelectual entre os elementos da ação educativa.

Professor e aluno buscando coordenar seus pontos de vista, trocando ideias, reorganizando-as.

Logo, o conceito de avaliação em ação, seguindo os conselhos da autora não pode ser estático e nem ter caráter sensitivo e classificatório e tão somente, prestar para atingir metas governamentais, deixando de lado o alunado. Por fim, fica longe de se imaginar que nestas condições o respaldo referente ao povo negro, fosse uma fonte íntegra de saberes. Está longe a cogitação de uma forma de repensar este contexto de avaliação, pois é preciso aprimorar uma mediação de conteúdos que facilite a exploração do que estabelece a Lei nº 10.639/03. Contudo, a prática cotidiana é apenas visada para o currículo proposto determinado oficialmente para o ensino e a aprendizagem, num cotidiano em que a avaliação é um processo de classificação e veta quaisquer outros tipos de iniciativas.

5.2 OS DOCENTES E OS COMPONENTES CURRICULARES

Os componentes curriculares são direcionados para desenvolver os saberes intelectuais dentro do âmbito formal. Existindo um formato que certamente traduz a maneira informal de convenção do saber, em uma perspectiva continuada de diálogos que, apesar de não estar atrelados a congregar verdadeiramente o discurso moderno, o qual é aberto a todas as demandas. Na realidade, de acordo com alguns renomados autores, é vivenciado na prática do cotidiano, na vivência natural da sala de aula. Infelizmente, o que predomina é a corporificação de não evidenciar o propósito da Lei nº 10.639/03, a qual é também um meio de disseminação do rico tesouro cultural Pernambucano, e que fica sem nenhuma direção

formadora. Aparentemente, a referida lei é vista como um texto apenas dito em público, com a finalidade de não condizer com a prática. O que mais ocorre na sociedade, dentro e fora dos portões da escola, é um não conhecimento desta legislação. Por não ser levada como um modelo real e que continua de forma incorreta na escola pública por estar agregada a um plano político, próximo de permanecer esquecido. E, para um maior entendimento do quadro encontrado no campo da pesquisa, se faz necessário definir o quantitativo de professores e dos componentes curriculares que determinaram a investigação. Para melhor entendimento, segue a exposição comparativa:

Quadro 02 - Comparativo entre os professores do ensino médio de referência e os professores do ensino médio regular/EJA

ENSINO MÉDIO DE REFERÊNCIA		ENSINO MÉDIO REGULAR/EJA	
DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE PROFESSORES	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE PROFESSORES
ARTES	3	ARTES	2
LITERATURA	3	LITERATURA	3
HISTÓRIA	2	HISTÓRIA	2
TOTAL	8	TOTAL	7

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Este quadro comparativo demonstra que está incluso, neste universo escolar, um professor de História que está fazendo uma Especialização sobre História da África, em uma instituição de ensino superior particular. Vale esclarecer que os professores que lecionam as disciplinas de Artes e de Literatura, não fizeram seus cursos superiores em nenhuma dessas matérias, são todos formados em Língua Portuguesa e complementam sua carga horária, lecionando nestes dois componentes curriculares de Literatura e Artes.

Portanto, não há professores graduados em Artes e nem em Literatura na escola pesquisada. Esta observação prevalece, porque existem estimativas que apontam para um déficit de profissionais e a solução encontrada é inserir, em sala de aula, um professor com graduação em áreas de conhecimentos afins.

Para se conseguir uma boa formação profissional e enveredar por um caminho de pesquisas e práticas docentes, é necessário que o profissional da educação tenha muita força de vontade, pois são elencados diversos motivos que dificultam um melhor rendimento pedagógico dos docentes. O que não contribui para o professorado progredir no desempenho em classe é evidente e incontestável, porque, segundo Pinheiro (2012, p.163), ao delinear sua concepção, afirma:

A história da educação não tem sido um campo privilegiado para a problematização e tratamento das questões relativas a população negra. No entanto, trata-se de uma

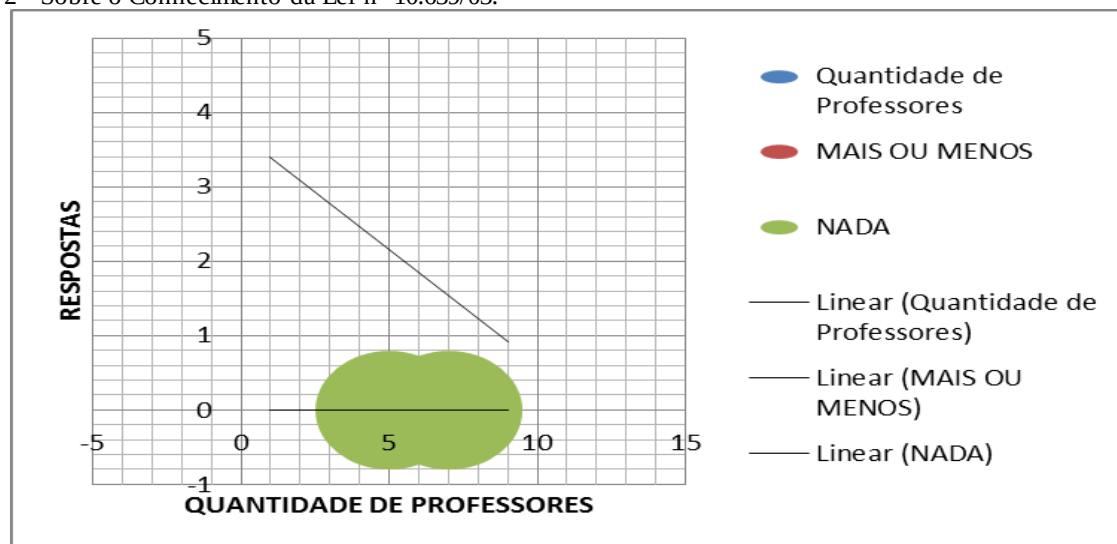
disciplina matricial na formação de professores e na difusão de representações sobre o processo de constituição da educação no Brasil. O reconhecimento desta condição é imprescindível para a compreensão do padrão de entendimento que se estabeleceu na historiografia educacional brasileira, cuja principal característica é a promoção da invisibilidade dos negros. Isto se manifesta através de uma afirmação equivocada, mas recorrente e corriqueira, de que, no Brasil, os negros não frequentam escola.

A citação acima versa sobre uma das verdades do ensino e dita as mensagens encontradas com frequência. Porém, um profissional devidamente capacitado pode deflagrar uma dinâmica que engloba todos, em sala de aula, diante da diversidade existente. Procurando incluir os conteúdos de maneira democrática, fazendo jus a uma pedagogia politicamente correta e que, atualmente, urge serem empreendidas mudanças concretas.

5.2.1 A formação profissional dos docentes

Toda a diferença se faz quando estes profissionais respondem a uma das perguntas do questionário que visa saber o conhecimento que possuem sobre a Lei nº 10.639/03. As respostas fazem parte do gráfico 01 abaixo, o qual demonstra que existem professores que nada sabem da referida legislação. Sendo este fator um forte impedimento para a concretização da temática versada pela lei, observe:

Gráfico 2 - Sobre o Conhecimento da Lei nº 10.639/03.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

É evidente o fato que especifica o cenário educativo onde o negro e os demais alunos devem ser olhados de maneira igualitária perante o que respalda a lei. Essa proposta legal não pode ser evidenciada, simplesmente porque a maioria dos professores pesquisados, dizem que: nada sabem a respeito da Lei nº 10.639/03, mas, especificam que: “gostariam de

aprender. Por isso, não conseguem organizar um planejamento para difundir em classe o referido assunto que é relativo à sua disciplina”. Todavia, o grande culpado, totalmente, não é o docente, mas, o sistema de ensino da rede estadual que se tornou o opressor. Os alunos e professores são os oprimidos, assim, é a ótica freireana.

Este impasse leva a considerar também a relação professor-aluno que é evidenciada quando se faz uma alusão com os pressupostos de Gusdorf (1995, p.3) segundo o qual: “A relação mestre-discípulo surge-nos, pois, como uma dimensão fundamental do mundo humano”. Existindo um papel ativo na ação do professor que não deve estar apenas reduzida à transmissão monológica do saber, muito menos, atrelada aos programas, métodos, técnicas e conteúdos que são selecionados para a memorização de fatos e de informações.

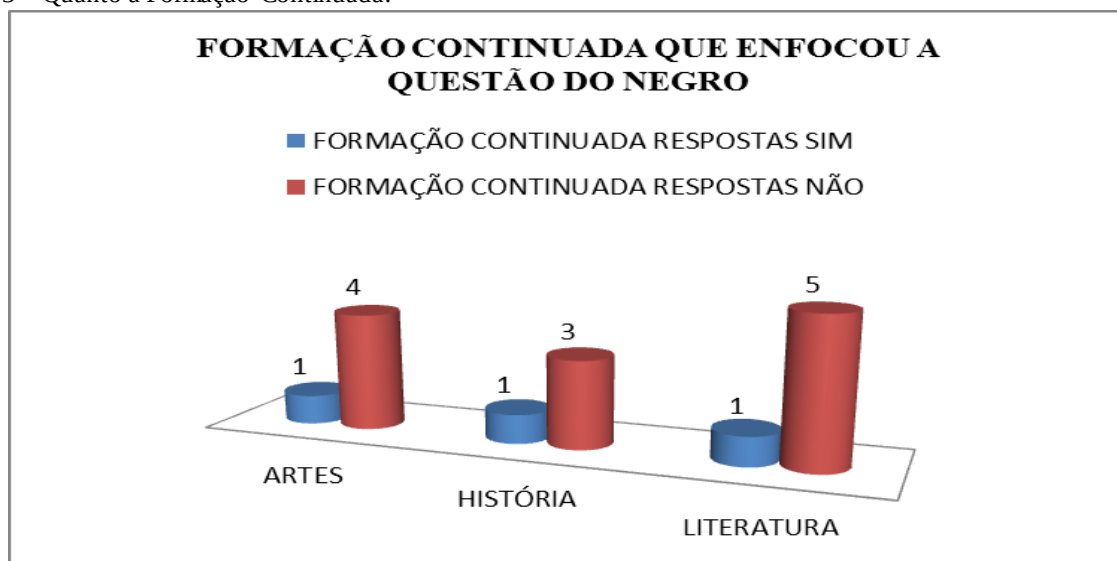
Porém, segundo o autor, o passo principal que os educadores da escola precisam expandir é o lema que fala em libertar pelo diálogo, pela presença, pela relação pessoal, pelo testemunho. Neste âmbito, os professores agirão como intercessores e mediadores e darão forma aos valores, indo ao encontro do aluno, desmascarando uma identidade que a si mesmos ignoravam e permitindo que a sua personalidade passe a ser o ato. Se escolherem ficar nessa mesmice, arcarão com uma pedagogia defazada.

Voltando para o referencial teórico da obra de Gusdorf, sobretudo, quando fala de Professores “para quê”? Para uma pedagogia da pedagogia. Mas, com relação à escola estadual, a realidade é: Para os professores ficarem a se lastimar? Lembrando que o processo educativo é intersubjetivo, pois exige que o professor ajude o estudante num processo libertador, além de atuar como uma figura mediadora no esquema do ensino-aprendizagem.

É importante ressaltar a coragem dos docentes que admitiram não saber nada sobre a referida legislação, destacando a sinceridade com a qual se expressaram, ao comunicar que estavam dispostos a terem uma capacitação sobre esses conhecimentos que os levassem a um melhor entendimento de como utilizar a legislação em classe, visando a uma possível compreensão da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. Esse raciocínio serviria para que pudessem trabalhar com segurança na presença dos alunos do Ensino Médio na Escola de Referência.

Por fim, nesse emaranhado de currículos e programas em que se encontra a educação estadual, envolvida e envolvente numa trama que vai além da imaginação e que requer uma lógica refinada para entender que na rede estadual há um marasmo de lamentações e reclamações por várias causas e uma delas é a falta de formação continuada para o exercício da função que pode ser visualizada no gráfico 3, como uma representação deste assunto. Veja:

Gráfico 3 – Quanto à Formação Continuada.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com o exposto, apenas 03 (três) professores responderam afirmativamente que tiveram formação continuada, mas disseram que, naquele momento, não foi abordada a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”, tratada nos moldes da Lei nº 10.639/03. O professor que pensa em atuar ou atua na escola pública estadual é aquela personalidade que faz a diferença; que apesar de todos os desafios, procura transformar seus ensinamentos em mágica. Diante de todas as premissas elucidadas, são apresentadas algumas considerações sobre esta tarefa de professor; que é ao mesmo tempo, árdua e bela, em sua essência, e que representa o eixo que sustenta o fazer do professorado. Fica evidente, pois, que não aconteceu uma forma de subsidiar pedagogicamente e didaticamente os professores para inserirem no contexto de sala de aula esta proposta. Entrementes, a versão de Demo (1997, p.45) retrata os avanços apresentados pela Lei nº 9394/96 – que representou um potencial positivo para os docentes:

Uma lei não se destina a estabelecer novos paradigmas acadêmicos e científicos, mas, refletindo a realidade histórica, deve incluir o ritmo dos tempos. Nesse particular, a LDB favorece grandes avanços, porque – seguindo também progressos notáveis nas teorias e práticas da aprendizagem – trata o professor como o eixo central da qualidade da educação.

Infelizmente, já faz muito tempo que a docência está decepcionada com as legislações que dizem defender o magistério, principalmente porque se traduziram em símbolo de exigências e nada favorecem a categoria realmente. Os documentos limitam-se, somente, a papéis. A situação dos professores a partir da LDBEN citada por Demo, não melhorou muito,

porém, não representou suficientemente a qualidade de vida desses profissionais da educação, principalmente os que permanecem em sala de aula da Educação Básica.

Isto só acontece porque os baixíssimos proventos recebidos por estes profissionais são vergonhosamente vistos pela sociedade que não está alheia ao que acontece com a categoria de professores. Mas, sobre a carreira dos professores, é conveniente ressaltar os estudos de Stano (2001, p.32) que procura legitimar os papéis sociais, ou seja, o espaço do labor, e os relaciona com a Escola de Referência em Ensino Médio Semi-Integral ao esclarecer que: “[...] O indivíduo, ao se perceber marginal de um determinado espaço profissional, pode vir a se sentir estranho diante de uma identidade outrora significativa, porque vivida e exercida no locus do trabalho [...]”.

Assim, o professorado de Pernambuco está se configurando, e a autora ressalva, estranhamente, que se encontram persistentes a uma não-identidade explícita simbolicamente, por causa da insistência em ficar atrelados ao referencial de identificação do mundo escolar de referência.

Contudo, o ensino de agora não se diferencia do que estava sendo aplicado há aproximadamente 20 anos, porque não consegue fazer, nem das escolas integrais, um local aparelhado com materiais didáticos digitais e interativos em uma ampla escala de incentivos que passem a suprir as necessidades de todos os professores e alunos.

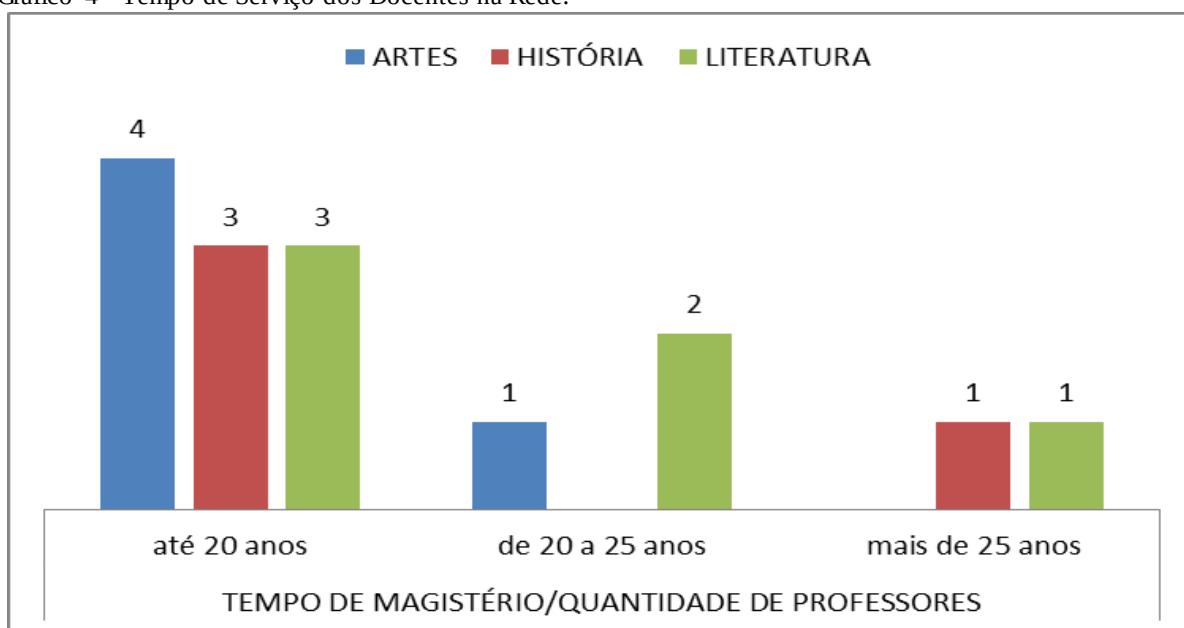
Os desafios da era digital exigem, muitas vezes, que seja repensada a maneira de ensinar e de introduzir os novos atrativos na sala de aula, mas, para utilizá-los, na maioria dos casos, os professores não tiveram capacitações para manusear as ferramentas digitais, como é o caso do computador.

Então, os estudantes que procuram, no espaço escolar, as múltiplas alternativas de aprendizado e distrações, ficam desestimulados com o processo tradicional, pois buscam, na escola, cada vez mais as soluções para suas situações sociais que muitas vezes não são as melhores.

Nem o recinto educativo se enquadra no sentido correto da solução dos problemas do alunado e as dificuldades nas classes se traduzem em indisciplinas. Tudo isso traz implicações ao atual momento da educação pernambucana.

As fontes que estudam o tempo de atividade docente no magistério apontam que essas grandes diferenças estão ligadas ao fator funcional que deixam os professores atuarem por um longo tempo, sem que haja investimentos na melhoria do exercício da função desses profissionais da escola pública. O Gráfico 04 expõe o tempo de permanência no magistério dos professores da rede oficial de ensino estadual. Preste atenção:

Gráfico 4 - Tempo de Serviço dos Docentes na Rede.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Pelo exposto no gráfico, a grande porcentagem é de professores com 20 anos de atividade e, apesar desse tempo, eles confirmam a falta de capacitação para exercer a profissão. Também é visualizado que há profissionais com mais de 25 anos de serviço público no magistério e que, por diversas razões, não requerem a aposentadoria. Assim, com a falta de interesse político que envolva a situação do professorado, fica explicitamente imaginável que esta profissão não seja igualada às outras profissões, como: médico, advogado, ator, etc que são remuneradas e bem apreciadas pela opinião pública. Estas outras carreiras que de forma alguma recebem o nome de coitadinhos, como fazem com os professores, ao contrário, a maioria nem doutorado fizeram, mas, o médico e o advogado, no entanto, são tratados por doutores. Em relação aos professores, estes profissionais precisam estudar bastante e para serem admitidos numa universidade pública federal só entram quando já concluíram o doutorado, o que não é exigido para médicos e advogados; estes, quando concorrem a uma vaga acadêmica numa universidade pública, o título de doutor não é exigido, muitas vezes somente a graduação basta. Cada vez mais, o professorado da Rede Estadual de Pernambuco, permanece longos anos de suas vidas a serviço do estado. Ficam trabalhando mesmo quando já têm tempo de aposentar-se, e isso ocorre por causa do salário, pois, a aposentadoria também representa perda de gratificações, férias e diminuição da remuneração. As tomadas de decisões tantas vezes desvinculadas do que deveria ser colocado como importante, e essa concepção é vista por Santos Filho (2007, p.8) que diz ser algo corriqueiro, pois:

O jogo de perdas e ganhos que tanto umas como outras opções acarretam, assim como as possíveis influências dos modismos e os encantos e desencantos das diversas abordagens, vem alimentando a controvérsia que fica presa, quando não a “reducionismos técnicos”, a preconceitos ideológicos.

Mesmo sabendo que o professor é um profissional de suma importância para o desenvolvimento da sociedade e é claro que o potencial dos professores é positivo, negativas são as propostas dos políticos. Portanto, os professores devem ser competentes na arte de ensinar, mesmo enfrentando os desafios dessa carreira. Apesar de tudo, ou de quase tudo parecer desfavorável a seu favor, os docentes não podem levar ainda o que admite os postulados de Perrenoud quando enumera as competências para ensinar e principalmente a 10ª, em especial, que eleva a administração da própria formação pelo professor, salientando que:

As instituições de formação inicial e contínua precisam de referenciais para orientar seus programas, e os inspetores servem-se deles para avaliar os professores em exercício e pedir-lhes contas. Não visto aqui um emprego específico do referencial adotado. Ele apenas oferece um pretexto e um fio condutor para construir uma representação coerente do ofício de professor e de sua evolução (PERRENOUD, 2000, p.12).

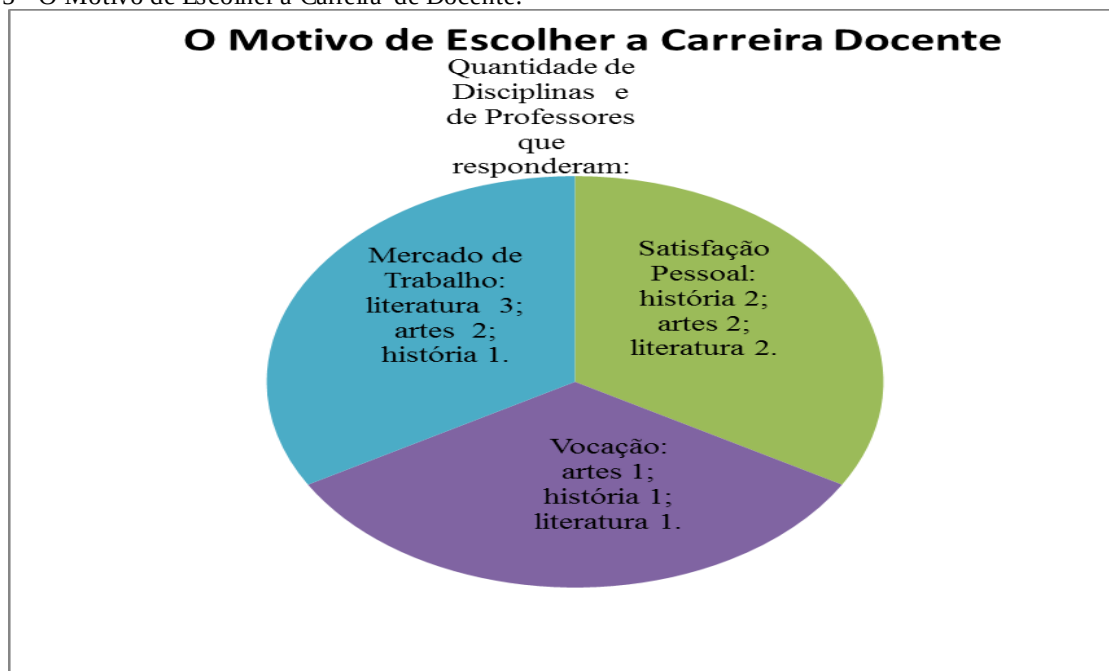
Pelo que foi evidenciado nas linhas expressas acima, e fazendo uma analogia com os professores pernambucanos que precisam de formação, em todos os momentos de sua carreira, pois é muito importante assegurar o esclarecimento desse fato, e ao mesmo tempo proporcionar o entedimento a respeito da Lei nº 10.639/03 que versa sobre a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial, isto é um acontecimento histórico, oriundo do sistema educativo. No entanto, ainda não há um esquema que facilite o correto dentro das propostas vigentes, porque esta situação já foi vivenciada em épocas passadas, em um momento em que houve a ocorrência da injeção de vários métodos quase simultaneamente em um espaço de tempo curto, sem quaisquer orientações, e não procuraram introduzir, na pedagogia do professor em sala de aula, qualquer respaldo para que ele pudesse nortear o ensino-aprendizagem; esses pressupostos aconteceram sem nenhuma capacitação ou formação que permitisse, aos docentes, quaisquer direcionamentos.

Hoje, acontece da mesma forma no Estado de Pernambuco em relação à Lei nº 10.639/03. É importante que as leis sejam bastante divulgadas, principalmente, quando são direcionadas para a educação. Porém, nem esses instrumentos legais que foram impostos para modificar a prática docente forneceram algum respaldo favorável para esta nova visão de conteúdos inclusivos. Então, a tática antiga está sendo aplicada, vista por várias vezes na história da educação do país, o que está se repetindo com a Lei nº 10.639/03. Enquanto

permanecer a inadequação de tratamento para as causas do professorado, continuará a haver prejuízos para um trabalhador que já passa por imposições, é submetido a uma sobrecarga de trabalho muito intensa em sala de aula e por vezes adoece como decorrência da estafa e do estresse.

Vale lembrar uma reportagem¹¹ realizada pela mídia, na qual se pode perceber também esta verdade sobre a real situação dos docentes. É ouvindo as palavras e os diálogos que se compreendem os dilemas dos professores, pois lecionar é uma *praxis* que não sobrevive sem talento, porque requer muitas habilidades e pode admitir uma comparação com qualquer arte ou artista renomado. Sendo que, em sala de aula, quem representa a arte é o professor, o palco do saber pertence a ele; quando se trata de saber o motivo que incentivou o corpo docente a escolher esta carreira, três critérios foram elencados e que delineam a posição de todos os participantes da investigação para determinar o motivo chave de sua escolha na área de educação. São eles: mercado de trabalho; satisfação pessoal e vocação. Para conferir os resultados da pergunta de número 02 do questionário, foram evidenciadas as respostas no gráfico 5, que definiu o quantitativo de professores e disciplinas, juntamente com as posições proferidas pelos entrevistados, mostrando que:

Gráfico 5 - O Motivo de Escolher a Carreira de Docente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

¹¹ Fonte: Jornal Folha de Pernambuco, Economia, p.2, domingo 12 de abril de 2015.

Através da análise dos dados contidos nas respostas do questionário e quanto à pergunta de número 02 (: Qual o motivo que lhe incentivou a dedicar-se à educação?) pode-se perceber o seguinte: 06 professores disseram que a sua escolha teve como fator relevante a satisfação pessoal; outros 06 afirmaram que escolheram a profissão pela questão do mercado de trabalho e apenas 03 explicaram que esta carreira no magistério, fazia parte de sua vocação, pois, desde criança sonhavam com esta atividade profissional.

Não é difícil imaginar que muitos dos profissionais que estão no magistério hoje, optaram por estar na profissão, realmente pela satisfação pessoal. E também por haver uma possibilidade de esta carreira oferecer um ingresso supostamente imediato no campo de trabalho.

Porém, com o passar dos anos e devido a todos os fragmentos da vida numa escola que não é nada fácil, os professores verificam que poderiam ter enveredado por outra graduação em uma área distinta, mesmo aqueles que dizem ter vocação para a docência.

Averiguam um arrependimento que transparece externamente em suas atitudes, alinhando certa frustração. Assim sendo, já comunicam abertamente que o fato da vocação, como motivo que determinou sua escolha, passou, e o que conseguem expressar hoje é um distanciamento frio e determinista pelas causas educacionais. Afinal, o estado de apatia é eminente de um modo inegável.

Dentro desse sentido, é conveniente relembrar o piso salarial que foi divulgado neste ano de 2015, é uma vitória, porém, não apenas porque este exista, mas se faz necessário que este proporcione condições para o professorado sobreviver.

Correto seria que um professor com mais de 20 anos de magistério percebesse um salário justo pelo seu tempo de serviço. Contudo, o que se observa são professores da rede estadual que nem recebem este piso e se encontram há longos anos na docência. Este quadro permanece porque os professores ficam com receio da diminuição dos proventos com a aposentadoria.

Enfim, o respaldo legal de todo esse contexto na realidade não tem o menor significado, mesmo que todos os caminhos apontem para uma solução urgente que depende de uma política séria e contextualizada com a realidade da Escola de Referência, para nortear o currículo, a formação docente com capacitações sobre os respaldos legais existentes, como é o caso da Lei nº 10.639/03, quem sabe tudo isso fará uma grande diferença no dia-a-dia dos docentes que lecionam na Rede Estadual de Educação?

5.3 IDIOSSINCRASIAS EXISTENTES SOBRE A LEI Nº 10.639/03 NA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO SEMI-INTEGRAL DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

5.3.1 As percepções dos docentes de artes

O componente curricular de Artes é um campo fértil de objetos e situações que podem colaborar com os trabalhos que tratam da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. Sobre o referido assunto, o Professor Munanga (2001, p.160) destaca estas questões como Africanidades, e caracteriza:

Artes Plásticas – Como bem pondera a professora Loris¹² nos trabalhos com argila, papier-mâché pode-se, por exemplo, aprender sobre como criar máscaras de inspiração africana¹³, além de Picasso, Modigliani, identificando a influência daquelas sobre estas. Em atividades com pintura, ensina Vera Triumpho¹⁴, é possível conhecer a origem, significados e técnicas do batique. Enfim, muitas ideias certamente surgirão do estudo da valiosa obra organizada por Emanuel Araújo (1988), A Mão Afro-Brasileira – significado da contribuição Artística e Histórica.

O autor elege uma abrangente concepção do contexto que se pode lecionar com o componente curricular de artes. É importante lembrar que a arte é uma fonte de apreciação, em que todos sentem prazer e interesse em conhecer, leva mensagens, enquanto completa a gama de saberes, inspira as pessoas a aprenderem novas lições com as outras pessoas ou coisas, além de ser um fator de reconstrução histórica de uma época passada, num presente com características diferentes. Entretanto, na realidade este quadro é outro, pois, essa imensidão de significados, dentro do conceito da escola de referência, não se encontra compactuada na prática docente, com seus alunos em classe. Resume-se apenas a uma abordagem simbólica, em alguma data comemorativa, dedicada ao povo negro. Não há garantias que denote a preservação do trabalho que o professorado deveria fazer com a Lei nº 10.639/03, como uma ponte social e nem procuram uma forma de subsidiar o trabalho docente. Esse sistema educativo estadual não prioriza investimentos na socialização dos aspectos da referida legislação, protagonizando capacitações com todos os professores

¹²Citada por Munanga - Professora Loris do Rocio E. Gruginki de Educação Artística, na rede pública de Santa Catarina.

¹³Citado por Munanga - Neste sentido, consultar, por exemplo: MONTI. Franco. As Máscaras Africanas. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

¹⁴Citada por Munanga - TRIUMPHO Vera Regina S., professora aposentada da rede pública; educadora junto a grupos populares; militante do Movimento Negro; Agente da Pastoral Negra.

participantes das turmas do ensino médio semi-integral. Não foi apontado nenhum material didático que pudesse servir de subterfúgios na utilização para o ensino de artes na escola.

Estas são algumas questões que não mascaram o que realmente acontece quando se está à frente dessa matéria escolar que é um contexto imperativo confirmado no ensino de arte construído na escola do estado. Ademais, compactua o não reconhecimento da arte que foi construída e é referida aos negros e muito menos reconhecem seu valor como prática educativa. Por exemplo, o professor do componente curricular de arte, tendo suporte de uma capacitação, poderia agir como o artista que modela sua obra de artes, isto é que deve ser capaz de discorrer sobre as disposições criativas do aluno e incentivar seu desempenho ao conviver cotidianamente com a diversidade.

Falta orientação para que os docentes cultivem seu próprio estilo de ver as artes de forma crítica e construtiva nos termos da Lei nº 10.639/03. Ao mesmo tempo, insistindo no pensamento de que cada um deve ser claro e coerente com o compromisso ético e humano, constata-se que, dentro da comunidade na qual a escola está inserida, também são encontradas outras tantas comunidades que fazem parte da circunvizinhança. Em tais locais, existem confrontos e conflitos e outros tantos anseios que deflagram situações desafiadoras para o professorado que poderia aproveitar as manifestações deflagradas para contribuir com a arte na instituição educacional. Alguns trabalhos realizados poderiam servir de modelo para serem desenvolvidos na escola de referência que tem um grande privilégio do tempo do professor e do aluno na instituição escolar.

Valendo ressaltar uma reportagem sobre a pesquisadora Françaço¹⁵; ela descreve que sua investigação resultou no levantamento das obras do holandês Maurício de Nassau, e a pesquisa informou que esse personagem histórico colecionava até os ornamentos de nações africanas. Esta é uma história de curiosidade que também educa e daria uma ótima aula de artes na perspectiva afro-brasileira. É certo que nestas escutas de professores e professoras da disciplina de artes nenhum mencionou trabalhar com a música que também é uma arte. Os negros aqui em Pernambuco deixaram uma grande manifestação musical. Também é do conhecimento que muitos jovens, principalmente, os que estão cursando o ensino médio, ouvem bastante música. Em diversos casos há certa reclamação por parte do professorado ao encontrar um aluno escutando música em plena sala de aula. Essa atitude do aluno que escuta música em classe poderia ser revertida pelo professor em prol do trabalho com a disciplina, revertendo o olhar negativo que traduz indisciplina e levando para a atitude positiva de

¹⁵ Fonte: Jornal folha de Pernambuco, Programa, p.6, domingo 30 novembro de 2014.

aproveitar a situação para contribuir com a aula. Assim, encerrando o mundo da musicalidade existente em Pernambuco.

É relevante expor outra matéria¹⁶ do Jornal Folha de Pernambuco que traz o seguinte: A bossa negra de Diogo e Hamilton, a raiz negra do samba, pincelada com características do choro e do jazz, então, esta matéria daria um início incentivador para uma aula de artes. E quando Machado et al (2011, p.130-131) lembra que as obras de arte, por exemplo, são construções da histórica sexualidade e fala da negra Tarsila do Amaral, e tantas outras histórias, afirma que: “Os artefatos culturais pesquisados produziram e veicularam representações de gênero e de sexualidade possibilitando construir aprendizados relativos aos modos de viver [...]”(MACHADO et al, 2011, p.130-131). Afinal, tanto a arte como a música são colocações do que se poderia realizar e enveredar na temática da Lei nº 10.639/03, contudo, outras linhas de seguimentos podem entrar neste componente curricular. Portanto, a arte afro-brasileira é o resultado de um esforço sistemático que pode ser usado com habilidades específicas podem cumprir diversas funções sociais.

Não é, pois, difícil inserir este conteúdo em classe, mas deve acontecer de forma crítica e construtiva com significações verdadeiras. Todos os caminhos merecem atenção, pois é através deles que se pode alcançar a demanda matriculada na escola pública, e que faz a diferença no desenvolvimento da nação, valendo enaltecer que, nas comunidades em torno da escola, existe uma riqueza enorme que pode ser aproveitada para direcionar uma aula de arte.

5.3.2 As percepções dos docentes de literatura

O professorado tem se esforçado para contribuir com uma versão melhor das aulas de literatura, pelo exposto. No entanto, não há uma proposta concreta que adentre na recomendação legal da Lei nº 10.639/2003, porque está longe a introdução dos procedimentos pedagógicos favoráveis, como possibilidade de acarretar o conhecimento dos estudantes sobre a vasta literatura que faz referência aos negros.

Porém, ainda persistem práticas inadequadas e irrelevantes que podem ter suas origens firmadas na falta de capacitação e que contradizem as mais recentes concepções sobre o assunto. Tudo isso está exposto nos diálogos no instante da coleta dos dados. Então, convém lembrar o que Antunes (2003, p.10) afirma sobre a questão em pauta como um caminho para: “Não perder de vista que o problema da escola transcende em muito a escola, seja pela

¹⁶ Fonte: Jornal folha de Pernambuco, Programa, p.3, sexta-feira 28 de novembro de 2014.

discussão crítica de suas próprias práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas”.

Isto não quer dizer que os professores são meros aplicadores e repetidores do que a Lei nº 10.639/03 causa no ensino de literatura, pelo fato de os professores da Escola de Referência não terem conhecimento dela, e nem um direcionamento curricular desses conteúdos, porque os subsídios necessários para a prática docente não foram oferecidos.

Mas, falta ainda uma política educacional consistente em Pernambuco que facilite aos docentes encontrarem novas trilhas com inquietude e permanentemente não se sintam inconformados com as práticas atuais, deixando de lado os fundamentos tradicionais que insistentemente teimam em persistir.

Neste panorama, são identificadas algumas imposições em torno do trabalho com a literatura afro-brasileira, dentre elas, está o desconhecimento das obras literárias, pois são datadas dos Séculos XVIII, XIX e XX. Diante de tantas controvérsias e embates sobre a situação que mostram as evidências no cotidiano do ensino deste componente curricular. Tudo o que foi descrito leva ao parecer de Pereira (2007, p.185-186) que demonstra alguns pontos de reflexão:

Temos, portanto, uma situação ambivalente já que, por um lado, reconhece-se a necessidade de afirmar a identidade de um segmento étnico e social (os Afrodescendentes) e, por outro, a preocupação em não restringir a criação literária a um só leitmotiv, qual seja, os assuntos relativos aos afrodescendentes.

A expressividade do que foi descrito pelo autor é coerente e, ao tratar da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” não deixar margem a dúvidas, pois as aulas de literatura transpareceram pouco eficazes, por não terem a consistência da mediação dada pela Lei nº 10.639/03, e este fato é confirmado pela catalogação das informações no campo de pesquisa, concluindo que o aprendizado do aluno está relacionado à percepção que o docente faz do currículo oficial do Estado de Pernambuco.

Esse currículo não está adequado efetivamente às condições do trabalho com o lúdico e prazeroso mundo da herança africana, na finalidade maior emanada pela Lei nº 10.639/03. O que deixa a desejar é a questão formativa desses professores, ademais, fazem alusão que a aprendizagem dos conteúdos se dá na interação e em sua prática, sempre auxiliam os alunos para que compreendam:

- a) A aprendizagem é realizada pelo aluno, sendo o profissional docente, o mediador;
- b) O prazer e a contrariedade são igualmente sentidos na motivação do aluno; c) Os

professores são unânimes, quando dizem que o interesse do aluno é primordial para conseguir progresso e é independente de cor; d) Não é preciso velocidade no início do ano letivo, pois, às vezes, a aprendizagem de literatura é lenta, devido às dificuldades do passado escolar dos alunos; e) E com o tempo a agilidade intelectual é evidenciada e o domínio do aprendizado pelo alunado é alcançado. (BRASIL, 2003, [s.p]).

Em algumas colocações aparecem uma espécie de ressentimentos explícitos e em outras vezes implícitos, assumidos ou não, e que têm muito a ver com uma incapacidade de discorrer a respeito das origens negras.

Afinal, na escola, é preciso repensar ou remodelar e reorganizar o pensar que vai favorecer o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira como uma verdadeira fonte curricular, pois está longe do que é almejado e cada vez mais, deve ser um procedimento padrão.

Então, há várias formas de ensinar os feitos literários, uma dessas, chama a atenção por sua maneira de perceber os gêneros, a sexualidade e a cultura, é o que ressalta Machado et al (2011, p.126) dizendo: “Selecionei algumas obras para evidenciar muitos temas possíveis de discussão de gênero e sexualidade imbricados também em outros mercados sociais tais como classe social e etnia: sedução, gravidez, beleza, relacionamentos amorosos, corpos,[...]”.

De acordo com o exposto, é possível trabalhar a história e a cultura afro-brasileira na literatura, e o estado de Pernambuco é um local privilegiado, pois, tem uma vasta amplitude literária oriunda das manifestações culturais negras e afrodescendentes, e ainda conta com o aguçado interesse dos jovens do ensino médio pelos temas que o autor selecionou.

Enfim, a literatura sobre o negro está em toda a parte, só não presta atenção aqueles(as) que não querem ou não se interessam em saber como fazer esse trabalho em classe, ou porque não receberam orientações, como é o caso dos professores da rede estadual.

Não é preciso muito esforço por parte do governo, e nem investir alto em uma capacitação, basta apenas, fornecer os subsídios capazes de direcionar o professorado para expressar a verdadeira face do que entendem e necessitam, e o investimento que for feito, será revertido para a qualidade do ensino preconizado pela Lei nº. 10.639/03.

Afinal, entende-se que esse feito trará satisfação para todos, pois a voz de quem faz a atividade é muito importante para uma melhoria da qualidade educacional. Mas, a qualidade educativa só pode ser alcançada com êxito se todos que estão à frente da escola estiverem satisfeitos. Com a compreensão do que ocorre na educação, farão seu trabalho em consonância com as Políticas Públicas para a área de educação.

5.3.3 As percepções dos docentes de história

O ensino de história deveria não ser baseado apenas em livros, métodos e conteúdos, mas o destaque deveria estar em construir, paralelamente, o conhecimento histórico dos alunos, especialmente dos afrodescendentes, em meio à diversidade que se encontra na sala de aula, com os seus distintos frequentadores, oriundos de uma população típica de pernambucanos. Sem deixar de contar com pessoas vindas de outros estados que formam a demanda matriculada na Escola de Referência. Segundo a visão de Hipólide (2009, p.15) que é uma defensora do ensino de história, e ressalta que a nova história deve: “[...] a história é uma ciência que estuda o presente das diferentes sociedades e abre um diálogo com as que viveram no passado, com a finalidade de analisar as mais diferentes maneiras de viver da humanidade em diversos tempos e espaços”. Na verdade, este pré-requisito é visível na citação da autora, para delegar as especificidades desta disciplina que permanece alinhada entre o passado e o presente.

No campo de pesquisa desta dissertação, o exposto por Hipólide não está em consonância com os ensinamentos averiguados nas *praxis* dos mediadores deste componente curricular e há uma necessidade de ampliar, em sala de aula, as recomendações expostas na citação. Na realidade é elencar o foco mais importante do conjunto, isto é, os professores que deixam manifestar, em seus diálogos, que o cotidiano se processa igual a uma luta diária, porque a profissão docente é um meio de integrar-se à sociedade e é traduzida por merecimentos e desmerecimentos. Cultivar as tradições, no âmbito educativo, é um pesadelo, representa enfrentamento, resistência e intolerância, porém, as questões relacionadas à Temática “História e Cultura Afro-Brasileira” ficam apenas privilegiadas em datas como: Semana do Folclore, impreterivelmente; No dia da Abolição da Escravatura; No dia da Consciência Negra e não se faz outra relação com os dias comuns letivos e os saberes. Nas datas em que deve ser exposto algo sobre o povo negro, a metodologia empregada pelos docentes está vinculada somente a mandar os alunos pesquisarem sobre o legado africano, dentre eles: a religião; a culinária; as danças; a economia e demais contribuições de um povo que passou pela grande diáspora. No entanto, o professorado complementa: “Eu, quando comecei a trabalhar na educação, senti que havia bastante discriminação contra os negros, agora, dizem que isto já passou”. Será mesmo que passou?

Na escola, o planejamento das aulas de história está voltado para uma metodologia livresca, e um dos livros usados por um docente que leciona nos 03 anos do ensino médio semi-integral, por exemplo, a obra de: Faria et al. Estudos de História. 1ª ed. – São Paulo:

FTD, 2010 – (Coleção Estudos de História que compreende os volumes – 1, 2 e 3). Apesar de que, em um dos capítulos de um livro desta obra, o autor aborda a história da África, mas não condiz com a proposta equivalente para o ensino preconizado pela Lei nº 10.639/03, portanto, esta edição fica a desejar em termos atuais, para os que lecionam história. Portanto, nada comunga para o sucesso do que estabelece a Lei nº 10.639/03, pois o professorado ainda utiliza, em sala de aula, os livros que são alheios à realidade de Pernambuco. Não condiz com a reciprocidade do pensamento que deve ser instigado no alunado, nem tampouco estão em conformidade com a Temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, além de não enveredar no cotidiano dos estudantes. Esta questão resulta nos pressupostos de Hipólido (2009, p.14) que descreve a fundamentação metodológica positivista para as aulas de história, estabelecendo que:

O método positivista foi confrontado pela primeira vez pelo materialismo histórico desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels na segunda metade do século XIX. De acordo com eles, um determinado fato histórico traz em si contradições, dando origem a um novo fato, e assim se dá o processo histórico, chamado por esses autores de processo dialético.

Por sua vez, o que está faltando em classe é a dialética positiva conforme a citação acima pontua, como uma fonte para trabalhar os conteúdos didaticamente. Porém, estes e outros argumentos podem ser uma possibilidade, pois a didática necessária para o aprendizado da história hoje, requer o emprego da Lei nº 10.639/03 e está dependendo, essencialmente, de uma revisão estadual do currículo que viabilize as condições propícias para a formação continuada. É o que permitirá, aos professores, enaltecerem um ponto importantíssimo de sua expressividade. Mesmo que o professorado responsável em ensinar o componente curricular de história, persista dizendo que fazem uma ponte entre a história africana com a vinda dos africanos para o Brasil, isto ainda é muito pouco. Afinal, o que chama a atenção, é o fato de não haver nenhuma manifestação que indique a relação das aulas de história com a questão dos afrodescendentes. O entendimento que prevalece aponta apenas para os conteúdos inseridos no currículo oficial, como uma prioridade para a aprendizagem. Ainda que haja uma imensa propaganda divulgada por meios comunicativos de massa, para demonstrar a “gama de incentivos” que hipoteticamente o governo procura publicar na mídia, como as ações não coerentes que nada comungam com a realidade da demanda escolar, contudo, servindo para respaldar seus feitos na área de educação. O que é mais agravante para o professorado e para o aluno, é a obsessão governamental por metas que nunca poderão ser atingidas plenamente. Não é somente com uma política que proporciona o entendimento público sobre uma

educação escolar bem sucedida. Pois, se baseia em alguns pontos-chaves incoerentes que não contribuem com o conhecimento da Lei nº 10.639/03 no ambiente escolar de referência semi-integral. Mas, quer demonstrar o intuito de alcançar a liderança na corrida para o apogeu político, pois na verdade a farsa das políticas do governo não coincide com o que se depara in loco. Assim, procurando respaldo intelectual diante da intensa complexidade que forma o conjunto de pessoas envolvidas direta e indiretamente no contexto escolar, ressaltamos as palavras de Pereira (2007, p.18) a respeito da diversidade cultural nas escolas:

O documento de Pluralidade Cultural trata da diversidade étnica e cultural, plural em sua identidade: é índio, afrodescendente, imigrante, é urbano, sertanejo, caipira, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuem para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminações e exclusões.

Como vimos na descrição do autor, há uma vasta documentação que pode subsidiar os conceitos docentes e dessa maneira ajudar a respaldar suas atividades pedagógicas, na escola. Eminentemente, não entram na rotina do professorado esses respaldos, os quais enfaticamente afirmam não terem tempo para novas leituras, nem tampouco, na maioria dos casos, conseguem ter acesso a livros, por não haver muitas condições financeiras e ao requisitar novos livros através da Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco dificilmente são atendidos. Na escola, há uma tentativa de integração, diante da diversidade existente, mas, muitos entraves impedem este processo.

Cabe aqui lembrar que estes momentos, nos quais se constroem cartazes e outros tantos feitos, são ímpares e ocorrem vez por outra. É uma linguagem que expressa um incentivo, mesmo que momentâneo. Diferentes perguntas são elaboradas pelos docentes participantes da pesquisa, tais como: A escola é integral para quem? Ou mesmo, para que? Para o aluno? Que é visto como possibilidades de metas ou para o professorado que serve como ferramenta de estímulo para alcançar metas governamentais? Que metas são estas que ficam alheias? E na verdade essas metas são inexistentes para reconhecer no cotidiano da escola de referência as dificuldades existentes. Será que na verdade o governo está mascarando a face real da vivência na escola para a opinião pública? Para quem não conhece os fatos, pode-se pensar que está tudo certo. Contudo, nesse meio de lástimas pela desvalorização de uma categoria de servidores públicos, são corretas as palavras que traduzem a possibilidade de pensar que esses questionamentos, condizem com a proporção do argumento que diz: ninguém nasce com preconceito, ou nenhuma pessoa é preconceituosa por natureza, ou torna-se preconceituoso diante das situações vividas na interação social? Com o nascimento, os seres humanos não

concebem nenhuma noção de preconceito que é germinada através da vivência pela qual são introduzidos certos modos de pensar sobre pessoas e coisas. Isso perpassa também ao longo da vida escolar e a escola se transforma em um ambiente muito propício às divagações que explicitamente ou implicitamente corroboram para promover diversas situações que não contribuem para desenvolver a idealização das identidades. Todavia, em nenhum momento ocorreu a categorização dos dados no local da pesquisa. Foi exposto que se realizou em uma aula planejada para falar de personagens negros da história de Pernambuco, ou mesmo resgatar alguma situação de um(a) aluno(a) que fosse participante de alguma manifestação do folclore do estado. Dessa maneira, fica explicado que se deixam passar oportunidades nas quais se poderiam conhecer os detalhes enriquecedores que a tradição pode resgatar. Essas posições são tomadas por que há uma resistência em enfrentar a dualidade promovida pelo sistema que publicou a Lei nº 10639/03 e não favoreceu seu conhecimento e sua efetivação. Porque mesmo dentro da escola investigada não houve condições de promover o resgate naturalmente do legado afro-brasileiro que foi construído em Pernambuco durante todos os anos. Por fim, é preciso destacar-se que um escritor angolano de Pernambuco, de nome Agualusa, participou de uma matéria jornalística¹⁷, que apresentou o livro por ele escrito, em cujo teor menciona-se o seguinte trecho: “E foi um negro de Angola, Henrique Dias, quem derrotou o exército da Holanda no Brasil restabelecendo o domínio de Portugal. Ele ainda participou do resgate de Luanda que caíra em mãos holandesas”. Então é por esses e outros motivos que a história de um personagem como Henrique Dias pode instigar o ensino da disciplina de história na escola de referência, sendo um bom exemplo para partilhar conhecimentos.

5.3.4 As percepções dos docentes sobre o Educador de Apoio

Sem dúvidas, chamou a atenção o entendimento sobre o Educador de Apoio que é também chamado de coordenador pedagógico e outras denominações, tal qual: auxiliar de disciplina – é o que mais fazem – resolver os desentendimentos entre os estudantes e fiscalizar os corredores da escola, até mesmo, o papel de gestor e de outros profissionais da administração escolar torna-se um procedimento corriqueiro para os Educadores de Apoio. É impressionante a versatilidade dessa função que é tão precisa e nem por isso tudo que faz é considerada pelo poder público.

¹⁷ Fonte: Jornal Folha de Pernambuco, Programa – Literatura, p.4, segunda – feira 30 de março de 2015.

São submetidos a cumprir, à risca, todos os pretextos e todas as tarefas que lhes são impostas. No entanto, este personagem seria de muita valia, para zelar e fazer acontecer a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” no espaço escolar. Além de poderem mobilizar as condições de acesso dos professores e idealizar uma formação continuada. Devido à sua função, favoreceria ainda o norteamento dos subsídios pedagógicos necessários para convocar uma formação de professores sobre a Lei nº 10.639/03 e permanecer como mediador neste contexto.

Contudo, o que esses profissionais poderiam desempenhar, fica fora do foco porque, em diversas vezes, o planejamento da área pedagógica não acontece, pois tornam-se assessores, em alguns casos, dos gestores escolares, por diversos motivos. Convém ressaltar, o fato de esse profissional não receber nenhuma gratificação por estar nessa posição que ocupa na administração da escola (salvo, um pequeníssimo número de privilegiados que conseguiram melhorar o salário, com uma gratificação). Enquanto a grande maioria que também são professores e executam esta função de Educador de Apoio porque concorreram a uma seleção interna realizada pela Secretaria de Educação do Governo de Pernambuco para exercer esta função, e nada recebem a mais, para fazerem este propósito que deveria ser o norte pedagógico, o qual não é realmente constatado. Por isso, somente o salário de professor, e sua força de vontade não são suficientes para o Educador de Apoio ser a liderança pedagógica frente à comunidade de professores da escola.

É considerável ressaltar que houve muita desistência dos que estavam neste ofício, pelas árduas situações enfrentadas no ambiente de trabalho que lhes proporcionaram desgaste e desmotivação. A discussão é intrigante e traz questionamentos de mudanças na instituição pública de ensino e nas posturas de seus profissionais. A pedagoga e docente Feldmann (2009, p.71) expressa sua colocação sobre estes fatos, quanto trata da complexidade e multidimensionalidade da proposta de formação, dizendo:

Formar professores com qualidade social e compromisso político de transformação tem se mostrado um grande desafio às pessoas que compreendem a educação como um bem universal, como um espaço público, como um direito humano e social na construção da identidade e no exercício de cidadania.

O que expõe a autora é muito pertinente com a vivência observada que não apresenta este fim. Logo, cabe a quem é de direito repensar e reorganizar a questão funcional do Educador de Apoio, em todos os parâmetros possíveis de melhoria profissional. Para que isso aconteça estes devem deixar de lado as incumbências que não são suas e sim, são impostas e

não podem deixar de realizar, porque a recusa transforma-se em perseguições. Algo precisa ser feito, para que possam, efetivamente, dinamizar seu tempo no espaço da docência especificamente, com uma pedagogia que possibilite a formação dos professores. Isso é interessante para que dignamente o Educador de Apoio seja reconhecido por seus afazeres que devem ficar destacados na escola como um dos referenciais de qualidade.

Dentro das bases de interesses das políticas do governo para a educação que seria a palavra principal, o ponto chave que traria para todos do sistema educativo olhares abrangentes, seria a visualização de todas as categorias que fazem parte do quadro de profissionais da educação estadual para garantir-lhe melhorias significativas. Todavia, para esta visão acontecer seria de muito valor uma verdadeira mudança de paradigmas no pensamento de Escola de Referência que teria de ser uma das pautas prioritárias. Todavia, os governantes em seus mandatos precisam somar e contribuir para a veracidade do que manteria este modelo educacional verídico.

A mera imagem do diretor escolar, tão somente, não tem todas as condições para gerenciar uma instituição de ensino sozinho e é nessa figura que o governo faz mais investimentos em capacitações com muitas regalias. Prevalece, pois, essa política de apoio ao gestor, deixando de lado os demais profissionais necessários para esta melhoria acontecer. Por vezes, contratam-se pessoas sob o regime de contratação celetista para ocuparem cargos comissionados que deveriam, na verdade, ser exercidos pelos próprios estatutários, pois, são efetivos e fazem parte do quadro de funcionários públicos estaduais. É preciso reverter o saldo negativo existente no panorâmico setor educativo, para que a tal qualidade seja verdadeiramente implantada.

Em suma, a função do Educador de Apoio precisa ser revista com urgência, em todos os sentidos, principalmente, a questão salarial dessa função que deve constar entre os itens de melhoria, como a de todos os profissionais da educação. Diante desses impasses relativos às condições de trabalho na rede estadual de educação pernambucana, a conclusão é que os maiores prejudicados são realmente os alunos que necessitam estudar nesse órgão público de ensino.

5.3.5 As percepções dos docentes a respeito do Gestor Escolar

Em relação ao Gestor da Escola, o que transparece nos enfoques dos docentes é uma posição de mutualismo, onde o professor apoia a gestão, desde que esta não interfira em seus planos dentro da instituição escolar semi-integral. E o Gestor Escolar ameniza a vida do(a)

professor(a) desde que estes que lhe concedam apoio. Se esse ponto for contemplado, a situação está regular, mas, se em algum momento essa trégua for danificada, então, o equilíbrio entre as partes fica rompido. Porém, nada se faz de concreto para tornar evidente a Lei nº 10.639/03, nem formular um plano de capacitação para a escola sobre o que versa a Temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nos componentes curriculares de Arte, Literatura e História.

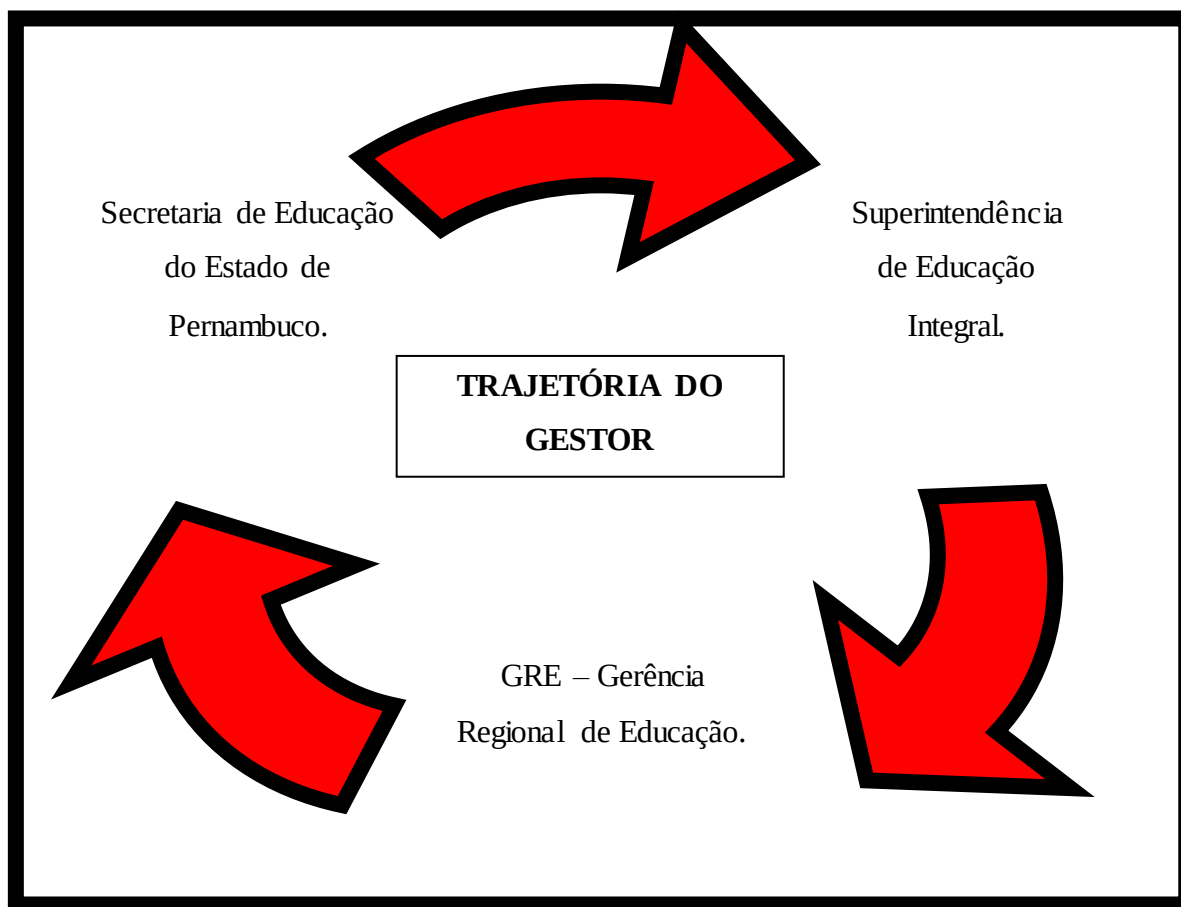
Mesmo diante do fato de que alguns professores – ou uma grande maioria que não se envolve com os intentos da direção –, preferem não tomar partido em qualquer entrave que ocorra – e chegam, até, a submeter-se a realizar tarefas e abnegações que não são suas –, aceitam a situação para que isso não origine desentendimentos com a pessoa que está gerindo a escola. As causas de tais fatos são diversas, uns afirmam que já estão adaptados àquele local e que passaram por várias direções na escola e tiveram que aguentar as atitudes muitas vezes excêntricas dos(as) diretores(as). Também há aqueles que, por maiores conveniências, são mais próximos do(a) atual gestor(a) e confessam que, para enfrentar uma direção escolar é preciso ter pulso firme, para não incorrer em péssimas situações; preconizam o apoio ao atual Gestor Escolar, pois sabem que certamente estão sendo agraciados por favores que o diretor pode facilitar.

É a política da escola, a política do governo, a política da boa convivência que quando se juntam não escapa ninguém. Até o porteiro entra nesse impasse, pois estando localizado na unidade escolar, mesmo sendo empregado de empresa particular sofre nas mãos desse emaranhado de discórdia.

Existindo os que dizem que: o diretor de escola, quando está na função esquece que seu cargo é de professor, está ocupando apenas um cargo de tempo provisório e que poderá voltar a exercer a atividade em sala de aula a qualquer momento, mesmo tendo sido eleito por votação e participado da seleção para gestor da escola estadual. Elucidam alguns professores sobre as informações repassadas pelo gestor, quando expressa para o corpo docente a necessidade de sua presença constante na Secretaria de Educação, na GRE – Gerência Regional de Educação e/ou mesmo, na Superintendência de Educação Integral, para fazer parte de reuniões e ou resolver pendências. Este é um ponto de descontentamento expresso pelos docentes

Segundo o exposto no momento das entrevistas, é esse o trajeto que faz o gestor permanentemente. Esta é uma trajetória constante de acordo com as informações e para uma representação de maneira sucinta foi delineado a figura 03 abaixo, que mostra este percurso. Observe:

Figura 03 - Trajetória do gestor da Escola de Referência.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Este trajeto percorrido continuamente é visto como negativo por parte dos docentes. Essas frequentes idas e vindas do gestor, segundo os docentes, deixa a escola descoberta e sem a presença dele para resolver os problemas emergentes. Os professores ainda salientam que para: “o Gestor Escolar e os demais servidores que são encarregados também da parte burocrática na escola constantes recebem convites para reuniões, como as formações anuais da matrícula, ou mesmo as capacitações referentes a assuntos peculiares da administração escolar”. Como exemplo, os professores falam que os Analistas Educacionais mensalmente se deslocam para a GRE com a finalidade de comunicar e debater sobre seus feitos na escola. Todavia, em nenhum momento deste percurso descrito pelo corpo docente da Escola de Referência Semi-Integral apontou para algum evento que o gestor tenha participado, do qual tratou a Lei nº 10.639/03. Mas, para os professores, tais reuniões orientadoras quase nunca existem e definem o motivo alegado pela Secretaria de Educação, dizendo que: “Se o professor não estiver na sala de aula à escola deixa de funcionar, não tendo ainda como substituir os professores, nem quando eles precisam gozar um direito, como a licença prêmio que é um mérito do funcionalismo público pernambucano”. São tantos os problemas ao longo

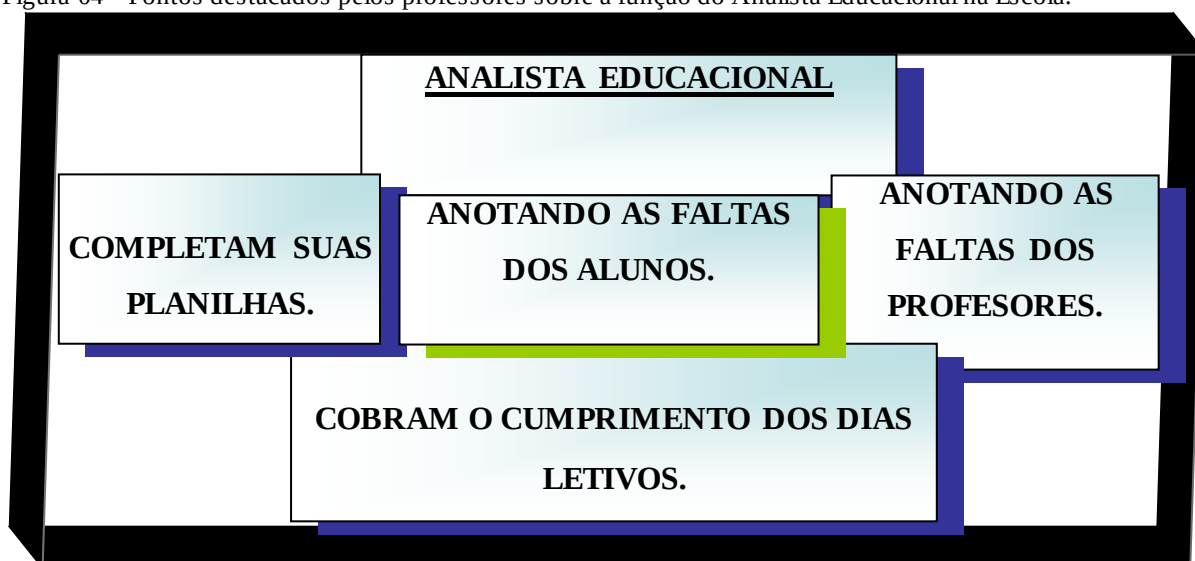
da carreira no magistério estadual que, no fim, os professores enfrentam as dificuldades para se aposentarem que é verificada porque não há respaldo efetivo para o pleito da aposentadoria em tempo hábil, devido à burocracia exigida que inclusive por vezes, alegam ter que esperar o tempo de chegada do outro professor que o substituirá. O professor, mesmo tendo direito a aposentar-se, não pode deixar as turmas sem aula, só podendo ocorrer o afastamento depois da chegada do substituto. Conclui-se que: o professor e o aluno são peças chaves da instituição escolar, pois sem eles não pode haver aula efetiva. Mas, sem o gestor, tudo funciona, porque ele não está em classe. Se o professor é indispensável para o Sistema Escolar, porque se pensa de cima para baixo? Estas e outras perguntas atormentam a mente dos profissionais. Consideram, pois, que o processo de ensinar e de aprender está no centro de toda educação; contudo, a política coloca os saberes docentes às margens, tornando um enigma, muito complicado para decifrar. Mas, as significações que são visualizadas por Machado et al (2011, p.131) decorrem como: “[...] Nesse processo experimenta-se o prazer de saber e produz-se o saber sobre o prazer nos espaços das instituições em que se promovem as significações. Estas significações são produzidas na arena política das/nas relações de poder [...]”. Esta é a pura verdade. A política impera no dia-a-dia da escola, muito mais intensa do que se pensa existir. Afinal, cada indivíduo se apegua de uma maneira à sua salvação, o que permite não sair de sua zona de conforto, nem que para ficar neste lugar tenha que usar de artimanhas mil.

É um verdadeiro bombardeio de causas e efeitos, e o poder fica do lado de quem sabe jogar. O melhor jogador é quem recebe o troféu, que é a direção da escola. A função de gestor é almejada por muitos professores que sonham em sentar na cadeira da administração escolar, porém, a pergunta é: Quando estiver gestor que erros cometerão? Será que irão agir igualmente ao gestor atual?

5.3.6 As percepções dos docentes com relação ao Analista Educacional

O Analista Educacional é o nome atual do técnico educacional, cuja nomenclatura foi atualizada pelo governo, porém, o salário continua o mesmo. Este personagem é, na percepção dos professores pesquisados, aquele que desempenha uma função de fiscal dentro da escola e tem a atribuição de levar as observações para a GRE – Gerência Regional de Educação. Elencaram os pontos de tal fiscalização que são compostos de acordo com o diagrama que segue:

Figura 04 - Pontos destacados pelos professores sobre a função do Analista Educacional na Escola.



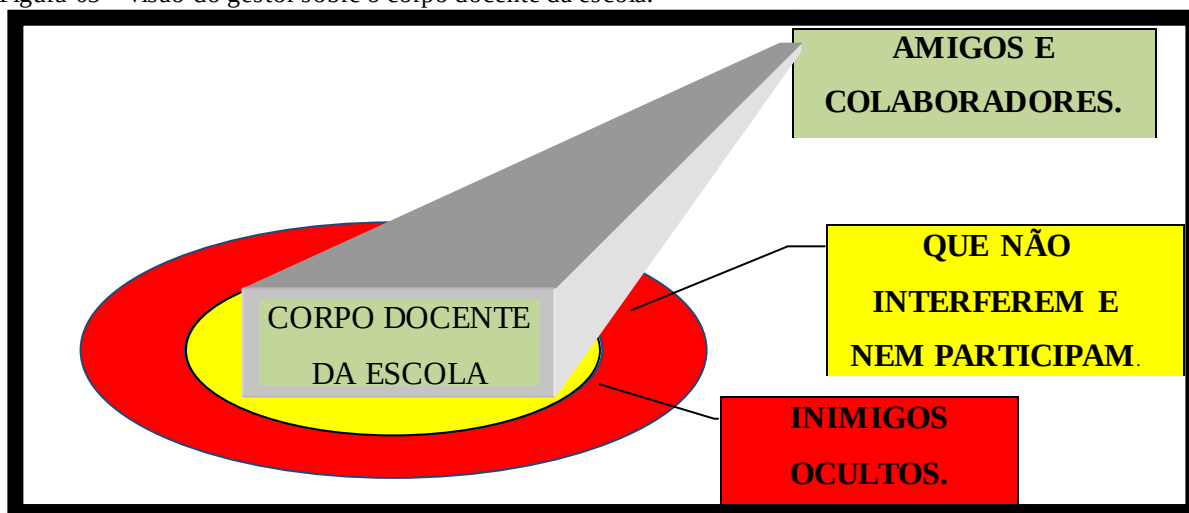
Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Então, tudo que está no diagrama 4 se explica dentro do seguinte sentido: O Analista Educacional analisa o quantitativo de faltas e presenças, tanto dos alunos quanto dos professores. Contudo, no caso dos professores que faltam ao trabalho, eles terão que fazer a reposição da(s) aula(s) não realizada(s), e essa forma de ação implantada, visa ao cumprimento dos dias letivos estipulados no calendário escolar da Rede Estadual de Educação que determina, para cada componente curricular, um número estipulado de aulas. Além do mais, toda essa exigência é embasada na garantia de não deixar o aluno sem seus horários de aulas. As informações coletadas sobre a escola é preenchida pelo Analista Educacional em planilhas, para posteriormente serem entregues à GRE. Com isso, há um controle para que os dias letivos sejam cumpridos na íntegra, o que é o objetivo primeiro a ser atingido. Enfim, em muitos casos, gera uma situação mal entendida entre o professorado e o(s) analista(s), talvez pelo fato de as atividades de um, serem assimétricas em relação às do outro, delineando as posições antagônicas, pelo fato de que o analista faz cobranças das metas e o professor produz as atividades que possibilitam a geração das metas, o que por vezes influencia a harmonia do ambiente escolar. Esses são os pontos que se entrecruzam e convergem para embates e debates que, no final de todo o contexto, não tem solução e continua assim, mexendo com o cotidiano da escola estadual. Diante disso, todos saem prejudicados, mas os professores e a população constituem a força que pode mudar esse quadro ditado pelos desmandes dos políticos. Portanto, apenas cobrar o cumprimento dos dias letivos, tão somente, não contribuirá para que a Lei nº 10.639/03 seja posta em prática no Sistema Estadual de Educação de Pernambuco.

5.3.7 As percepções do gestor sobre a prática dos docentes

Quanto às percepções do gestor sobre a prática dos docentes, em nenhum momento fez-se alusão ao cumprimento do que estabelece a Lei nº 10.639/03. A opinião do gestor da escola onde foi realizada a pesquisa apenas enfatiza uma questão comum a respeito de todos os professores, independentemente de serem próximos da gestão ou não. Assim, é preciso observar a figura 5 abaixo:

Figura 05 - Visão do gestor sobre o corpo docente da escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Observa-se, na figura 4, supra, uma representação acerca do pensamento do gestor a respeito do Corpo Docente da escola. Em seu discurso, o dirigente alega que definiu, em 03 dimensões, o total de professores que somam o corpo docente da escola de referência. Para exemplificar, o círculo grande (é o que representa todo o corpo docente da escola), e cada subdivisão representa um grupo de docentes. Na primeira parte da figura 4 está a principal aliança do gestor que fica no centro do diagrama, e é representada pela cor verde (que representa a esperança), contida no primeiro quadrado onde estão escritos amigos e colaboradores; são estes os que apoiam incondicionalmente tudo que o diretor fizer. Representam os docentes que frequentam todos os lugares com o gestor, dividindo todos os negócios e trocam todos os tipos de segredos, isto é, são os considerados íntimos. No segundo grupo, estão representados, pela cor amarela (atenção!) e estão apontados como os professores que não interferem e nem participam; são os tidos como neutros e requerem uma atenção especial, definindo-se como aqueles que dizem: “faz o teu que eu faço o meu”. Não são perigosos, mas o gestor fica em alerta. O terceiro grupo dos docentes, enumerados na fala do gestor, está representado com a cor vermelha no diagrama acima, e representa o perigo

(perigo eminente), e são denominados de inimigos ocultos. Estes, de acordo com o diretor, oferecem um alto risco. Em relação a eles, deve-se estar preparado para tudo. Ainda afirma o dirigente da escola que: “Querem mostrar uma imagem de bons samaritanos, porém, a verdade, é que não deixam passar uma vírgula em branco, sem mostrar o erro”. Estes, de acordo com o diretor, esperam qualquer deslize da parte deste para entregá-lo à GRE.

Portanto, existe um jogo antagônico de forças dentro da escola, uma política implícita por uma nuvem de sutilezas que são transparentes através dos discursos. Enfim, a política do gestor na Escola de Referência é a mesma do governo estadual e do governo federal, que estão em consonância com os postulados de Maquiavel segundo o qual é preciso: “Dividir para Reinar”, esta é a politicagem explícita que configura uma das causas da falta de simetria na educação.

5.4 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico de uma escola é algo relevante e, infelizmente, a realidade deste documento fica a desejar ou não acontece, tornando-o obsoleto e sem finalidades. Considerado por muito tempo como a peça fundamental que poderia salvar a instituição escolar, todavia, quando se pergunta por este na Escola de Referência que é tida como um modelo exemplar, na maioria das vezes, a resposta é que não existe, e, quando a escola possui, está defasado, desatualizado no tempo e no espaço. Na Revista de Administração Educacional da Universidade Federal de Pernambuco, encontram-se dois artigos (SANTIAGO, 1997, p.69 apud SILVA, 1997, p.75) que enfatizam as práticas da gestão participativa como possibilidade de distribuição dos instrumentos culturais, embasados no Projeto Político Pedagógico. E, nestas análises a fundamentação é feita em duas palavras: político e pedagógico. A versão do Projeto Político Pedagógico, que foi encontrada no campo de pesquisa, é datada de vários anos e, portanto, encontra-se em descompasso de tempo, pois, já transcorreram mais de 03 (três) anos de sua elaboração. Tal Projeto enquadrava-se a uma realidade distinta da atual e não aborda nada sobre a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, muito menos, deixa pistas de que fosse uma contribuição para a formação continuada do professorado, e definitivamente desconsidera a existência da Lei 10.639/03.

Além do mais, deixa a desejar o modo como delimita a relação professor-aluno que não se revela, primordialmente, como o fundamento base do que acontece no estabelecimento de ensino. E não trava uma relação entre os professores e os alunos, uma vez que mantém uma linha de pensamento que não é reciprocamente correta com a teoria e a prática e nem fez

relacionamento com o saber constituído. Portanto, o que está presente na proposta documental da Secretaria de Educação em relação ao Projeto Político Pedagógico é um fato sem respaldo íntegro na Escola de Referência investigada. Mas, o que acontece na escola não segue a direção da institucionalização de uma aprendizagem versada no currículo da referida Lei nº 10639/03 na íntegra e nem consta como uma proposta do futuro Projeto Político Pedagógico.

Um dos desafios da Escola Estadual de Referência é tornar impreterivelmente possível uma forma de não debilitar ou mesmo não deixar de ter um Projeto Político Pedagógico, porque somente um planejamento cotidiano amplo pode ajudar uma instituição tão imprevisível a se firmar. A precisão de um documento tão necessário não pode ser apenas uma ocorrência de uma simples semana que antecede o ano escolar, onde se nota que apenas foi copiado o planejamento do ano passado e modificado com pequenas alterações para servir de base no ano que está em início. Esta é uma prática confirmada e concretamente verificada, até pela Secretaria de Educação de Pernambuco (REVISTA ..., 1997, p.75-76). No tocante ao entendimento pedagógico, Santiago (1990, p.15) já alertava, por volta de 1987 em sua investigação a respeito dos acontecimentos da Rede Educacional de Pernambuco, descrevendo que: “O Cenário-base onde o estudo se desenvolveu foi o estado de Pernambuco, particularmente [...]”. E este estudo partiu do microcosmo cotidiano das escolas identificando que: os professores eram pessimamente pagos e necessitavam de formação, havendo uma conjunção de fatores que prejudicavam os mais carentes (os alunos) que precisam do ensino estadual.

Por fim, depois de alguns anos, esta realidade visualizada pela autora, pouco mudou, está estática e necessita muito melhorar, porque a qualidade tão repassada para a mídia, só se revelará eminente, quando a problemática intrínseca à natureza destas escolas públicas, passar a fazer parte de uma verdadeira pedagogia transformadora que começa e termina pelo Projeto Político Pedagógico, numa ação de fazer e refazer visando ao melhor para todos.

5.5 EXPLORANDO AS CATEGORIAS DE ANÁLISE DO CURRÍCULO NA ESCOLA DE REFERÊNCIA PESQUISADA

Para Santiago (1997, p.69), a conceituação da palavra currículo tem sentido abrangente, porque ele é compreendido como uma construção social e, particularmente, quando é vivenciado através de situações de ensino que se corporificam nas e com as práticas pedagógicas do cotidiano escolar. Todavia, a escola e seus ensinamentos contribuem de certa maneira para ampliar as desigualdades sociais, afinal, todos os alunos já trazem experiências,

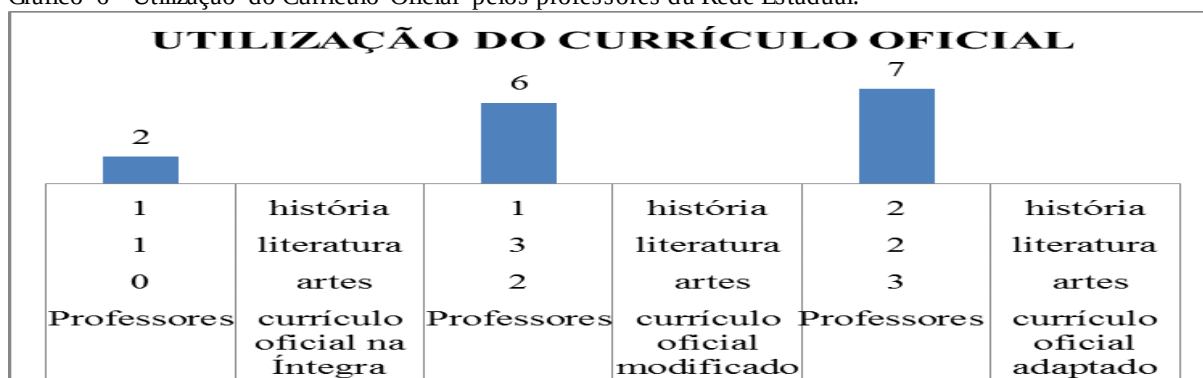
saberes, valores e crenças que ocorreram antes do convívio escolar. Enquanto o discurso exerce um grande significado, a prática do dia-a-dia transpassa uma realidade totalmente oposta à que está determinada legalmente. Para Pereira (2012, p.60), há uma série de condições para que haja avanços, sendo: “Considerações parciais: reflexões contínuas e descontínuas para pensar o ‘outro’ do currículo e os currículos ‘outros’”. Além disso, o que foi citado é um olhar atento para as evidências e são ainda encontrados os resquícios do século XIX, bastando observar algumas das atitudes e dos perfis. Foucault (1987, p.37), quando trata do suplício, diz que ele repousa na arte quantitativa do sofrimento:

Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar; a memória dos homens, em todo caso, guardará a lembrança da exposição, da roda, da tortura ou do sofrimento devidamente constatados.

Transportando este significado para a vida educacional, são evidentes as marcas que estão contidas em todos os lados, isto é, com enfoque na vida do docente e em suas dificuldades, evidentes na trajetória dos negros e seus descendentes, todos são as vítimas do martírio causado pelos descasos políticos. De um lado, fazem transparecer, na forma do tratamento dedicado às rotinas diárias, do outro, este castigo – representado pelo currículo oficial que é conciso nas palavras dos educadores ao fazerem referência à sua profissão. Diversos entraves inerentes à questão curricular em Pernambucana convergem para um esforço para compreender esta versão de currículo que, na concepção de Santiago (1990, p.38) é um planejado, afastado das opiniões e dos objetivos dos professores e não apresenta a pretensão da Secretaria de Educação em oferecer formação ao professor para lecionar com essa grade curricular. E ainda afirma: “Os currículos, totalmente obsoletos, mesmo dentro dos princípios que norteiam a LDB, exigem, daqueles que se ocupam dos problemas educacionais uma orientação diferente, situando a escola dentro da realidade brasileira [...] (SANTIAGO, 1990, p.38)”. Esta realidade informada pela autora, ainda se encontra evidente na Rede Estadual de Educação. É importante deixar claro que a investigação divulgada na obra da autora foi realizada nas últimas décadas do século XX, porém, até o exato momento, em pleno século XXI, ainda prevalece o mesmo entendimento, descrito sobre o currículo na escola do estado na época de realização da investigação de Santiago (1990). Foi diante dos esforços do professorado para cumprir o currículo oficial conforme o modelo ditado pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco e para suprir o exigido, que foram desenvolvidas táticas

particulares, como forma de trilhar os caminhos de suas aulas. Todavia, o ensino está ligado ao professorado tal qual a aprendizagem ao alunado. Mesmo não tendo uma completa harmonia, o modelo educativo ou a base teórica que lhe dá suporte deve ter uma simetria. Essas disposições produzem os novos conhecimentos e novas aprendizagens. É importante e imensamente recomendado que os estudantes desenvolvam suas competências; seus direcionamentos que são identificações importantes para cada um. A elaboração de bases consolidadas dentro de uma pedagogia de capacitação profissional para os professores tornaria mais fácil lidar com a abrangência das situações, as informações e as atitudes exigidas para se trabalhar com um currículo de tamanha amplitude que está explícito nas laudas da Lei nº 10.639/03, seria mais fácil alcançar a todos do ambiente escolar se as oportunidades esclarecedoras fossem proporcionais, abrangendo a todos(as). Então, as noções que os professores teriam com a realização de uma formação em serviço que complementaria a *praxis* docente através de capacitações continuadas, fariam toda a diferença na hora de planejar e organizar as atividades na escola, colocando em prática, tanto na sala de aula como nas demais situações do cotidiano escolar, a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Dessa maneira, a apreensão, a assimilação e a transformação advindas das motivações e dos interesses dos professores na ocasião do ensino e dos alunos na instigação de aprender sobre questões reais, como também a atenção e a compreensão, entre outros pressupostos almejados pelo corpo docente da escola investigada. Mas, existe envolvimento nesse panorama, uma sucessão de problemas advindos do sistema, e essa problemática é cheia de desafios que chega a ser assimétrica. Ao responderem os questionários, os professores interpretaram a pergunta de número 12¹⁸ que diz: De que forma você entende o currículo oficial e como procede para usá-lo em sala de aula? Da resposta a essa pergunta, resultou o seguinte gráfico:

Gráfico 6 - Utilização do Currículo Oficial pelos professores da Rede Estadual.

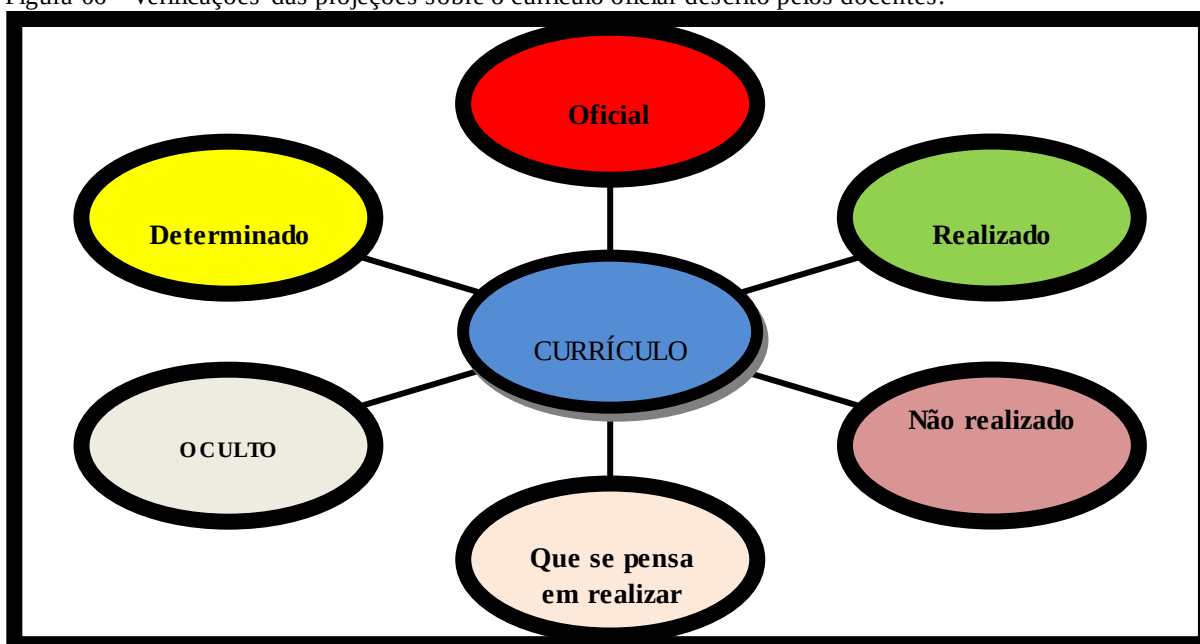


Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

¹⁸ Os questionários estão no Apêndice desta dissertação.

Os docentes trabalham com as múltiplas preocupações, relativas à sua prática didática, em tempos árduos, de preparo de aulas, de muita indisciplina dos alunos, com turmas imensas para corrigir provas e trabalhos, enfim, uma labuta estafante. O uso do currículo oficial é mantido na íntegra por poucos professores, como se pode perceber no gráfico 6 que mostra também algumas modificações realizadas por grupos de professores no conteúdo que é prescrito para o seu componente curricular. Alguns entrevistados confirmam essa mudança alegando que não houve como conduzir o formato curricular oficial devido aos impedimentos dos próprios estudantes em classe. A maioria do corpo docente diz adaptar o currículo oficial que é determinado para sua disciplina, fazendo o que podem em seus planejamentos para a realização e a utilização do currículo oficial. Então, pontuam com veracidade e convicção em seus esclarecimentos do que realmente fazem. O professorado da Escola de Referência destaca um desdobramento variado sobre o currículo definido pela Secretaria de Educação. Foi ainda comprovada pela investigação que verificou e considerou as respostas dos docentes para a pergunta de número 12 do questionário aplicado na pesquisa, e, na parte final do enunciado, pede para os professores participantes fazerem uma sucinta descrição do currículo, e consequentemente delineou estas conclusões condizentes sobre o assunto referente ao descrito. O que os docentes descreveram foi transformado em um diagrama colorido, no centro fica o currículo (esfera central na cor azul) e dele surgem diversas vertentes. Contemple o que é verificado na proposta abaixo:

Figura 06 - Verificações das projeções sobre o currículo oficial descrito pelos docentes.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Nesta figura, o currículo oficial é imposto aos professores, de modo que não lhes é permitido opinar sobre nada (a representação deste fato, no gráfico, está na cor vermelha). Porém, este currículo oficializado pela Secretaria de Educação do Estado tomou a seguinte condução: à esquerda (representado pela coloração amarela) vem o conteúdo determinado para as disciplinas, ou seja, elencado como prioridade. Depois, à direita, está o realizado (na cor verde), isto é, são os conteúdos do currículo oficial que os professores conseguem efetivamente lecionar para os alunos. Continuando, a outra forma de tratar o currículo que é chamada de currículo oculto (tom de cinza) que na versão dos docentes são certos fatos que surgem durante a aula de forma oculta e são expostos pelos(as) alunos(as), surgindo assim, uma necessidade de enveredar por um conteúdo diferente do que o professor havia planejado para a classe naquele dia. Todavia, os docentes ficam verdadeiramente em dificuldades, pois quando eles pensam em realizar tudo que manda a grade curricular, já findou o ano letivo. Essa situação faz com que o currículo que é imposto oficialmente não possa ser realizado e nem desenvolvido na íntegra, pois deu lugar para as diversas maneiras citadas de conceber o currículo para o ensino médio da Escola de Referência. Portanto, reforça o princípio de que toda a contradição e o que se pensa em realizar (cor rosa) dentro de um currículo ditador, não sendo possível realizar.

Enfim, findos os computáveis dias letivos e os conteúdos curriculares, ficam não realizados (tonalidade lilás). Por essa razão, o currículo preconizado na Lei nº 10.639/03 ainda não está sendo notado e percebido nesse contexto curricular institucional, em sua conformidade. Enquanto isso, ocultamente pode-se perceber algo dentro dessa perspectiva que é traduzida nos momentos de alguns eventos que a escola faz. Nesse sentido Santiago et al (2010, p.271), faz uma contribuição sobre a problemática racial em Pernambuco e no Brasil, dizendo haver muitas terminologias para identificar a identidade do negro, concluindo que:

[...] Ser negro não é um processo que encarna apenas a dor de vivenciar o preconceito e a discriminação racial. Ser negro é assumir-se negro, e assim é também conhecer o prazer de encontrar referências positivas sobre sua própria história; a alegria de descobrir-se pertencente a um grupo e sentir-se por ele acolhido; a dignidade de perceber-se como um ser humano único e plural, igual a qualquer outro na sua diferença, de forma que se é verdade que a população negra está exposta à violência racista cotidianamente, o que se torna um obstáculo para sua constituição identitária, também é verdade que uma parcela dessa população tem encontrado estratégias para se defender da violência por caminhos que tendem a afirmar sua identidade étno/racial.

Portanto, dentro do que está exposto acima, há uma imensa veracidade, porque a pesquisa realizada demonstra que todo o quadro descritivo persiste e não vai ser tão fácil

levantar uma nova roupagem em substituição à existente. E, voltando os olhares para a investigação de Santiago (1990, p.113-114) e sua análise a respeito da escola estadual de Pernambuco, tem-se que:

Na análise que realizamos sobre o tempo curricular; como instrumento de (des) serviço às camadas populares, constatamos que não é apenas a instituição escolar responsável, embora sejam nela gerados esses comportamentos nos alunos e professores.

A responsabilidade de distribuição e uso do “tempo” está também na estrutura educacional, onde o projeto pedagógico que toma corpo na escola com a relação professor-aluno começa a ser delineado. Esta delimitação tem início nos turnos de funcionamento, segue pelas práticas administrativo-burocráticas que coordenam e apoiam o trabalho para a escola e se instala nas relações pedagógicas na sala de aula.

As palavras formuladas pela escritora estão evidentes nos dias atuais, nos mínimos detalhes, e largamente identificadas quando se trata da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Torna-se necessário lembrar que é dialogando com a visão de Paulo Freire que instiga o fundamento básico de ensinar.

A proposta do diálogo evidenciado no ensino e na aprendizagem se faz presente na essência popular da educação. É justo afirmar que é preciso colocar em prática o pensamento de Freire (1996). Portanto, muito se fez, até este instante, mas muitas coisas precisam de consolidação e uma evolução consistente necessita de uma mudança imediata.

Por um lado, a escola tem como público alvo do processo educativo os jovens, uma vez que a ação direta da escola é um circuito de oportunidades para aqueles que precisam cursar o ensino médio. Do outro, para os que abandonaram os estudos, o ensino médio regular/EJA é uma oportunidade de continuidade. É que às vezes, também os professores não estão preparados para enfrentar as demandas e findam abandonando algumas Unidades Escolares e até o magistério.

Conclui-se que, para chegar a um nível de perfeição educativa que muitos desejam, talvez seja necessário o transcurso de alguns anos, porque a educação transforma-se de acordo com as políticas existentes e a gestão do poder público contribui, com grande ênfase, para esta evolução. Entende-se que a democratização do currículo e da aprendizagem escolar só poderá acontecer com a vicissitude da capacitação do professor, tendo em vista que as atividades do docente se realizam no meio de conflitos e confrontos, conscientes ou inconscientes, na escola do estado e não poderia deixar de haver o desenvolvimento de formas predominantes para subsidiar este profissional continuamente.

5.6 ALGUMAS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS CAUSADORAS DE POLÊMICAS NA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO

Diante de tantas polêmicas incontestáveis e de algumas críticas realistas inspiradas nas exigências para os profissionais do sistema de ensino estadual e outras tantas novidades, estes professores devem cumprir metas e, em troca recebem do poder público, um subsídio financeiro. É entendida esta forma de tratamento que parte do órgão competente responsável em desenvolver a educação, como sendo uma maneira sutil de driblar as corretas formas de distribuir os recursos financeiros originários para pagar o funcionalismo da Secretaria de Educação. Tudo isso é visto pelos professores da Escola de Referência como uma forma de mascarar as obrigações, restringindo-as a uma mera forma de acomodar os(as) professores(as), com um modelo estruturado de maneira perversa. Na linha da argumentação do governo que sempre procura formular metas para serem atingidas pelas escolas que são voltadas para certos indicadores que a própria escola elencou como prioridade. Aquelas unidades educacionais que atingirem o indicador (a meta) recebem um bônus em dinheiro no final do ano letivo que contempla todos os funcionários do governo estadual lotados na escola. Os valores são estipulados pelo governo e são variados, de acordo com o que a escola atingiu.

O debate propiciado sobre o assunto é muito longo e as estratégias partem dos dois âmbitos – governo e escola surgindo como forma de potencialização de ações educativas que não promovem a equidade. Ao contrário, não cria uma simetria, primeiramente por não haver articulação entre o governo representado pela Secretaria de Educação e os professores e, porque não concretiza capacitações para os profissionais de educação da Escola de Referência em Ensino Médio Semi-Integral sobre a Lei nº 10.639/03, e nem tampouco ousou valorizá-los. Estes são desafios históricos e culturais que tomam todo o centro da questão educativa. Portanto, as exigências cotidianas continuam e interferem no alcance de uma nova realidade, dificultando a realização do profissional, inclusive causando danos aos estudantes. Revela assim, o descompromisso social e acadêmico quando não propõe a continuidade e a ampliação das reflexões e discussões teórico-metodológicas relacionadas às problemáticas que se originam diante das políticas implantadas dentro dos gabinetes e que dizem respeito à vida dos docentes e dos estudantes na escola.

Ao ocuparem os espaços das salas de aulas em Pernambuco, os professores lidam com os sujeitos que procuram o ensino público estadual e convergem nas palavras de Machado et al (2011, p.10) que acredita ser: “[...] um emaranhado de relações permeadas por conflitos e

disputa de poder que não permite atribuir-lhes um discurso uníssono, nem um papel único, uma vez que a ambiguidade, [...]”. E, neste paradoxo, a concordância e o enfrentamento muitas vezes são armas utilizadas para se safar da incoerência de tantos desmandos. Então, o professor precisa ser muito competente, ou não consegue enfrentar todos os excessos e descasos que a desorganização do sistema causa na sua saúde física e mental. De acordo com as escutas durante a entrevista, vários casos de docentes em situação de depressão e outras doenças causadas pelo nível alto de estresse que acarretou a tomada de remédios controlados passados pelos médicos, inclusive para conter a ansiedade, até mesmo, chegando alguns a ficarem de licença médica para poder melhorar de tais sintomas.

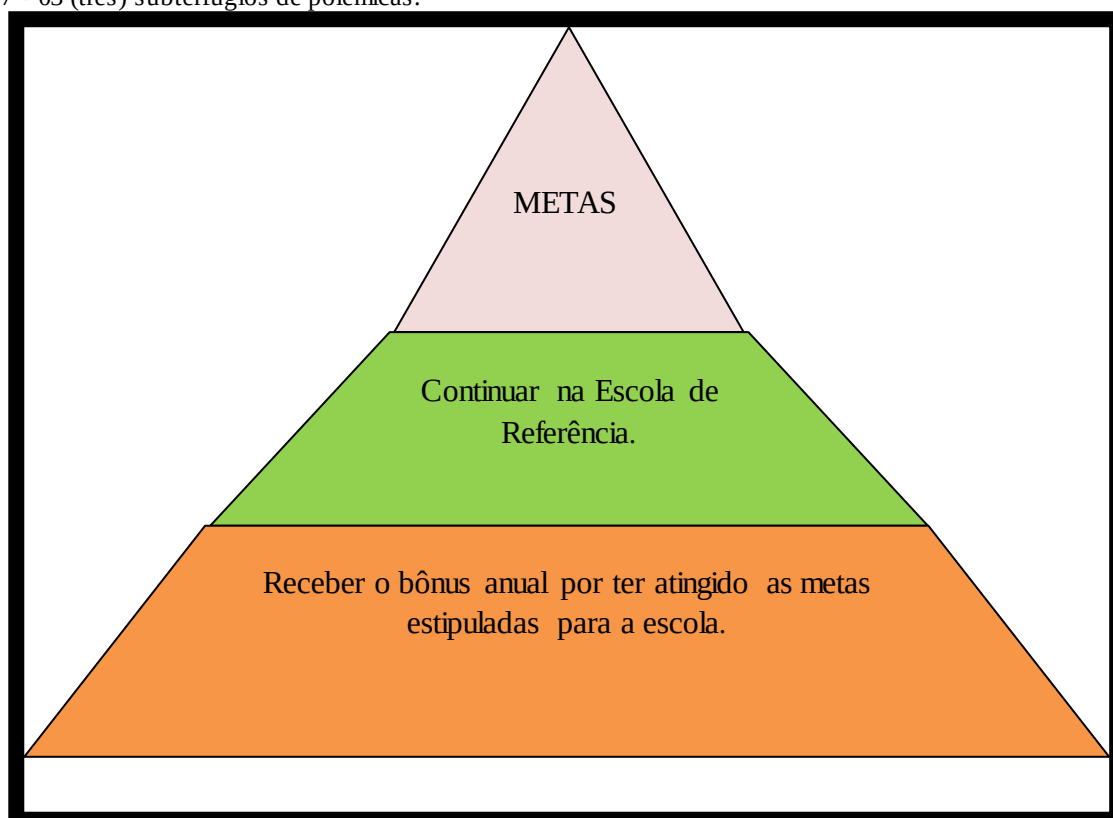
Os docentes esmeram-se na realização de tudo que fazem, com dedicação, para garantir uma boa ação educativa, pois precisam satisfazer as normas e regras prescritas. Uma vez estando numa escola de referência integral ou semi-integral torna mais forte os embates. É que, além de tudo, o recebimento da gratificação por estar lotado em qualquer uma dessas Escolas de Referências, faz com que o professorado suporte continuar sobrevivendo e fingindo que tudo está correto, fechando os olhos para o poder hegemônico e ditador do Sistema Estadual de Educação. Tudo isso, é constatado principalmente nos anos finais da carreira do magistério estadual. Na medida em que os profissionais se inserem na educação estadual e se expressam com a precisão que reflete os instrumentos e conteúdos da aprendizagem, o conceito de satisfação sobre a educação é demonstrado pelas oportunidades de avaliar com clareza os objetivos dessa expressividade que traduz uma linguagem simples, mas que orienta o foco da ação educacional.

Tantas polêmicas, conflitos e incertezas, são causadores de dúvidas e medos de não alcançar as metas, ou de não pertencer ao grupo que alcançou as metas, mas, indubitavelmente, deixam magoados os profissionais da educação que não são agraciados com esses prêmios, entre eles, estão os professores que almejam e planejam realizar algum tipo de sonho com o bônus financeiro e a permanência nas Escolas de Referências em Ensino Médio que oferecem as gratificações para os professores que lecionam nestes locais. É assim que os docentes lotados em escolas de referências vivem numa angústia infundável, derivada do sentimento de ser transferidos para outra escola regular, ou seja, uma para a qual não tenha direito a receber a gratificação. Enfim, é uma difícil questão de escolhas e, para estar nesta posição escolhida, o professor passa por momentos de grandes pelejas internas e externas. É proposital lembrar que o processo de ensino-aprendizado da escola não é ampliado devido aos embates que sucinta.

A ideologia e a realidade da educação estão sempre juntas e muitas vezes dissimulam os mecanismos de discriminação que é de toda ordem e com variados paradoxos, inseridos nas desigualdades entre as classes sociais que, na maioria dos casos, são reproduzidos pela ordem política e capitalista. Entre o discurso e a prática, existe um grande abismo que é desencadeado pela omissão – característica de um sistema educativo que se espelha na representação deixada pelas correntes dos detentores do poder de épocas passadas. Para evitar retrocessos é preciso lembrar: “A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blablabá e a prática, ativismos” (FREIRE, 1996, p.24).

As palavras de Freire são verdades incontestáveis, contudo, poucas vezes o Sistema atenta para uma interpretação tão relevante. Todavia, para um melhor entendimento e para facilitar o raciocínio lógico do que se expõe na perspectiva do pensamento dos professores sobre as polêmicas antigas na educação pernambucana, segue o que mostra a figura 06:

Figura 07 - 03 (três) subterfúgios de polêmicas.



Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Pelo exposto, nota-se que, para o governo conseguir alguma melhoria, quer seja de proporcionar um acréscimo salarial para os servidores da educação incluindo os professores, ou até mesmo para a educação ser vista como bem sucedida, acordos e barganhas são

realizados, visando a um apogeu educativo que, na verdade, não passa de uma farsa. Mas, nem só de dificuldades consiste a situação educativa de Pernambuco, uma pesquisa do INEP¹⁹ – Instituto Anísio Teixeira – revela que o índice de evasão no ensino médio em Pernambuco foi o menor do país no ano de 2013; e traz elogios ao professorado deste nível de ensino. O reconhecimento também foi explícito quanto ao índice de desenvolvimento da educação básica – IDEB do ensino médio de 3,6%. Segundo a informação²⁰ indica-se que Pernambuco ficou no 4º lugar no ranking dos estados brasileiros. Contudo, estas matérias não informam a origem dos alunos – se negros, pardos, brancos e, ou afrodescendentes, se vivem em lugares de risco e tantos outros dados que estão omitidos e que seriam de grande valia como subsídios para realmente identificar a posição que ocupavam os referidos estudantes e que, de fato, demonstrariam a real situação dessa demanda escolar no ensino médio do estado de Pernambuco. Em contrapartida, outra edição²¹ expõe que, no Brasil, 90% dos estudantes do ensino médio (neste caso, imagina-se que estão inclusos os afrodescendentes) terminam essa modalidade sem o aprendizado adequado de Matemática. Essa mesma situação acontece com a temática: “História e cultura Afro-brasileira”, porque não está sendo adequadamente trabalhada na escola.

Logo, levando em consideração os critérios do MEC para o ensino médio – que mostram os resultados das pesquisas em nível nacional – demonstra-se que não houve o alcance de nenhuma meta atingida em 2013 em nenhum dos estados do Brasil. Dessa maneira, fica impossível dizer que metas educativas foram alcançadas em Pernambuco, nem mesmo qual é o nível educacional no estado. De acordo com os dados do Ministério da Educação e Cultura, não ocorreu o que o governo anuncia nas redes de comunicação social a respeito do auge da educação integral pernambucana. Havendo professores defensores de uma reforma dos métodos de ensino, para incluir as novas tecnologias, a internet e todo o aporte virtual, esses docentes afirmam haver a necessidade de uma revisão curricular do que é ensinado na sala de aula. Portanto, relembram que: “O currículo é inchado, disperso, tem a ganância de fazer com que o aluno aprenda tudo, enquanto na verdade, ele não aprende nada”. Existindo ainda afirmações que os assuntos do currículo estão sobrepostos, isto é, impostos por outros e que os professores não podem opinar na formulação destes. Isso é desvantajoso para os professores e para os estudantes, porque desvirtua o que seria interessante aprender em certos momentos. Levantam-se mil dúvidas a respeito de: O quê para quem e para quê ensinar? Pois

¹⁹ Reportagem do Jornal folha de Pernambuco. Cotidiano, p.3, 19 de setembro de 2014.

²⁰ Idem, Cotidiano, p.4, 06 de setembro de 2014.

²¹ Fonte: Jornal folha de Pernambuco. Cotidiano, p.7, 28 de setembro de 2014.

se não há uma relação do aprendizado com a história de cada dia dos professores, dos estudantes e da educação e em virtude do currículo que se tem, não ficam, assim, evidentes as propostas da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”, a qual tem muito pouco levada a sério. Isso inclui diversos fatores que contribuem para esse fim. A Escola de Referência estadual não está retratando os fatos da vida real dos alunos, e nem os relacionam de certa maneira com a questão do negro na escola, tendo em vista que este povo sempre precisou trabalhar muito para sobreviver. Trabalham ao mesmo tempo em que estudam, na maior parte dos casos, conseqüentemente fica mais difícil seu acesso e permanência na instituição escolar, devido às dificuldades enfrentadas.

Enquanto os entes federados fazem propaganda sobre a expansão dos programas de incentivo ao ensino superior que o governo brasileiro vem oferecendo à população, comprova-se o aumento do índice de entrada nas faculdades e nas universidades, tanto nas públicas como nas privadas. A proximidade com o nível superior transforma-se ainda mais com as facilidades do: Pro-Uni, Reuni, Fies, entre outros, abrindo um campo vasto de possibilidades para a chegada e a permanência nas Instituições de Ensino Superior. Além do mais, em Pernambuco, há as várias versões da diversidade cultural amplamente exposta no panorama do povo, e que está por todo lado. Estes acontecimentos estão devidamente relacionados com o surgimento do multiculturalismo e da pluriculturalidade da movimentação popular. Segundo Souza (2005, p.248), em sua posição sobre o pluricultural e o multicultural, defende-se os que ficaram às margens da educação, abrangendo o assunto na linha popular (SOUZA, 2007, p.337), o que não é consistente ao separar a escola desta forma de perceber o todo, com vistas a dominar. Dever-se-iam estabelecer relações com as diferentes culturas. Nestes enfoques a aprendizagem se destaca pelo fato do conhecimento e da significação. Contudo, no real, a atenção para a carência do educando é deixada de lado, certamente pouco valorizada. Que se façam presentes as oportunidades de compreensão sobre o que versa o conjunto de dispositivos da Lei nº 10.639/03, deixando a desejar a culminância com um contato direto, rotineiro e contínuo com todos, o que favoreceria o aperfeiçoamento da pedagogia crítico construtiva na escola, tanto para os(as) alunos(as) afrodescendentes, quanto para os(as) professores(as) na Escola Estadual de Referência que, de certa maneira, ficam socialmente expostos aos riscos que rodeiam os arredores dos muros da instituição escolar.

Partindo de uma consolidação da base formadora e estrutural do professorado que tenta fazer acontecer “in loco” as práticas inclusivas, considerando a multiculturalidade das diversas informações trazidas com as experiências dos professores e especialmente de seus(as) alunos(as) não há uma negação total por parte dos educadores, e sim, permanece um

descrédito que pode ser voluntário e ou involuntário, sobre o que é a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. A imagem repassada pelo governo sobre a Escola de Referência em Ensino Médio Semi-Integral de Pernambuco é a que remunera os professores dignamente e as Unidades Escolas estão bem estruturadas, porém, este é um jogo desenvolvido pelos poderosos neoliberais que querem o sucateamento de toda a educação pública, e querem torná-la obsoleta, diante da população. Todo o aparato educacional e institucional construído pelos poderes: federal; estadual e municipal é relegado a um segundo plano. É preciso trazer toda esta retrospectiva histórica para embasamento teórico do que se tem agora. Vive-se, hoje, na era da informação e do conhecimento; em pleno século XXI, no entanto, o estado pernambucano ainda tem grande parte da população excluída do processo educacional. Os teóricos estudiosos da educação popular primam por manter pontos-chaves que fundamentam a ética, a política, a epistemologia, a metodologia e os fatores pedagógicos. Então, o Coletivo Colombiano da Educação Popular (2005, p.182), presume que os professores devem: “se renovar, aprofundar seus marcos conceituais, ter novos métodos, constituir um pensamento crítico e determinar as rotas pedagógicas de sistematização e multiplicação de aprendizagens significativas”. Estas definições, sugeridas na prática dos professores do estado de Pernambuco está longe da realização, devido aos imprevistos governamentais. Nos discursos dos professores, são elencados e considerados os fatores preponderantes para a educação pernambucana ser realmente de qualidade, as falas afirmam que ainda não está presente a compreensão que traduz o assunto, e fazem referência ao governo do estado, que nunca valorizou os profissionais da rede de educação estadual com igualdade. Quando a valorização do corpo docente deve ocorrer, mas, sem que os docentes precisem se “matar” para estarem lecionando em uma escola integral ou semi-integral? Porque recebem uma retificação salarial representada por estarem lotados nessas unidades escolares, este feito ajuda a melhorar os parcos proventos. Então, a realidade melhora bastante para essa categoria de servidores públicos estaduais no momento em que receberem seus pagamentos pelas horas trabalhadas em sala de aula corretamente, esta é uma das questões realmente ligadas à valorização do magistério da Rede Estadual.

Paira no ar uma política de punição por parte do governo contra os professores, que contemplam tal postura como um ato de desrespeito, pois pontualmente muitos são retirados de uma Escola de Referência por terem aderido a algum movimento grevista, por exemplo. Não fosse isto, ainda há certa sonegação de garantias, perpassando por uma remuneração indigna; um plano de cargos e carreira que viabilize as condições de trabalho adequado perpassando por uma formação inicial e continuada ao longo de todo o percurso funcional do

magistério e dos demais profissionais da educação. Sabendo que essas são as bases para a satisfação dos que trabalham no Sistema Educacional Estadual, que contribuem para a qualidade educacional e efetividade de uma gestão democrática no âmbito das Instituições escolares. No entanto, quando não há garantias deste mínimo de condições na íntegra, são deflagradas greves, como uma das tentativas por parte do SINTEPE de mobilizar a categoria de professores e todos os funcionários da educação em prol de melhores condições de trabalho e garantias de direitos adquiridos, como também lutando neste movimento para uma verdadeira educação de qualidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um complexo e desafiador panorama de Políticas Educacionais baseadas na concepção governamental, o processo de formação profissional e as percepções pedagógicas dos docentes investigados precisam ser reformulados à luz do que preconizam os dispositivos da Lei nº 10.639/03, tendo em vista que ainda não se conseguiu introduzir o que ela estabelece no cotidiano da sala de aula. Afora isto, deve-se considerar que as determinações legais citadas não constam, na íntegra, na proposta do currículo oficial.

Para as disposições legais serem difundidas a contento, o planejamento metodológico facilitou concretizar a investigação científica realizada, porque houve a utilização dos instrumentos de coleta dos dados realizada por meio dos questionários e pelas entrevistas que forneceram os pensamentos individuais e coletivos dos docentes, possibilitando a associação das ideias para a compreensão e reflexão filosófica do estudo, fixando o paradoxo do que é existente individualmente e partindo para uma dimensão coletiva. Ademais, a elaboração de uma pesquisa em Políticas Educacionais, fortemente embasada, é vista como um parâmetro primordial para a identidade da pesquisadora. No entanto, a equidade educacional tão desejada é uma quimera e, por isso, não se atingirá dentro do complexo mundo da educação, porque existe uma assimetria no Sistema Educacional de Pernambuco que não se restringe somente a qualquer enfoque, porém, é abrangente.

Constatou-se, porém, que, nas práticas e nos modelos construídos pela Escola de Referência Estadual, predomina uma cultura ainda pouco favorável entre seus membros que transparece na amplitude da atividade docente e pela ótica da escola pública estadual de ensino médio que poderia ser um projeto de integração, dirigido para a sociedade com as reformas e as reformulações das leis e do currículo.

Essa atitude seria verídica com as práticas curriculares legais, tentando realizar a inserção social, uma vez que tais experiências não ficam visíveis, e nem adquirem uma vivência cotidiana condescendente com um aprendizado que está longe de ser relacionado dentro do entendimento cultural pernambucano. Portanto, guardar o respeito às diferenças na sala de aula, deveria ser a primeira lição da democracia escolar. Então, é preciso que a Escola de Referência do Estado de Pernambuco esteja preparada para aceitar igualmente todos e todas, independentemente de cor, credo e classe social. A inclusão deve estar à frente da prática educativa. Também é necessário difundir o currículo com seus aportes significantes e seus princípios como uma base formadora para o docente. Porém, na *praxis* real, apenas se constata o esforço dos professores para fazer o melhor planejamento em classe. Além disso,

as constatações de renomados autores que discursam a respeito da discriminação pela cultura negra, em pleno século XXI que ainda é marcante, devido ao desconhecimento de seus valores, inclusive entre os professores. Isso faz com que os negros/afrodescendentes que integram a população mais interessada pelo reconhecimento de sua cultura, não aceitem o afastamento de suas raízes. O entendimento é o de que está faltando uma maneira nova de integrar os conteúdos para beneficiar toda a demanda de estudantes do ensino médio, isto mostra a mesma forma de agir que marcou o século XIX, quando o norte proposto para a instrução pública não era condizente para toda a população do país; e o mesmo está ocorrendo em pleno século XXI em relação à temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. A Lei nº 10.639/03 existe há aproximadamente 12 anos e ainda permanece no papel, pois, na prática do cotidiano do docente, está fora, na íntegra, do contexto na Escola de Referência. Neste panorama, os mais prejudicados são os estudantes afrodescendentes e também os demais educandos. Tendo em vista que é, através do conhecimento, que se possibilita conseguir as facilidades nas relações interpessoais, sendo uma oportunidade de transformar o pensamento das pessoas, para que percebam as situações dentro da lógica dos saberes.

Em suma, a luta em favor da liberdade não se esgotou, pois este momento não é ímpar, é sim, bastante vasto e a conclusão é que: “o combate não acabou”. Apenas lembrar que existe o dia da Consciência Negra, a Semana do folclore ou o Dia da Libertação dos Negros, como também o dia dos Professores, não é o fato mais importante. O que importa são as ações concretas, e os seres humanos definidos como o bem mais precioso, sem eles nada acontece verdadeiramente. Ao analisar os dados educacionais, percebe-se que o nível de escolaridade é muito baixo, nesta estimativa também estão os afrodescendentes. Falta, ainda, um modelo de interpretação eficaz para que sejam implementados os dispositivos da Lei nº 10.639/03, e nesse contexto, fica difícil construir uma formação educativa dirigida para todos os(as) alunos(as). Ou seja, o professorado precisa ter o conhecimento sobre o próprio objeto de trabalho.

As categorias complexas que determinam os problemas referentes às condições sociais que resultam no acesso, na permanência e na inclusão dos(as) alunos(as) na instituição escolar de Referência do Estado de Pernambuco também precisam de revisão. Essas evidências são igualmente relativas aos docentes que, por vezes, ficam desestimulados com as condições precárias de trabalho, a estrutura física da escola e os péssimos salários. Tudo isso se caracteriza como um impedimento dificultoso em certas situações.

Quanto à visão sobre os afrodescendentes, o destaque está na emergente concretização dos aportes legais que ficam longe de uma qualidade efetiva, é o que precisa melhorar muito.

Só assim, o preconceito racial e tantas outras formas de preconceitos que existem na educação serão eliminados com o passar dos anos, porque as análises dos dados coletados no campo da pesquisa demonstram que muitas situações necessitam melhorar.

Assim sendo, muita discussão e muito embate ficaram registrados em diversos momentos, delineados nas laudas dessa dissertação, e, para proporcionar um ensino com grandes propagações positivas que não é averiguada neste instante na Escola de Referência, teria que haver um grande esforço governamental. As declarações dos professores apontaram que eles precisam de novas perspectivas para seu trabalho, condizentes com as propriedades que levem a importância da fundamentação teórica metodológica que sinceramente carece de uma implantação urgente, através de capacitações e formações pedagógicas continuadas. Sobretudo, quando há uma intensa movimentação em torno de um slogan que diz: “Brasil, Pátria Educadora”.

Os movimentos sociais, dentre os quais os que defendem o movimento negro, pleiteiam a igualdade de direitos numa luta pelo fim da desigualdade e pela efetivação do reconhecimento das dívidas que foram deixadas para trás em favor do povo negro, de sua educação, da sua cultura e da sua história que muito se disseminou neste país, em todas as instâncias. Reitera-se que o Projeto Político Pedagógico – que foi encontrado na Escola de Referência pesquisada -, muito poderia contribuir para expressar as múltiplas formas e a afirmação das tradições Afro-Brasileiras em Pernambuco, por ser um dos elementos que romperiam as barreiras existentes e facilitaria a concretização da escola democrática ao possibilitar o planejamento de uma nova escola pública. Ao analisar este documento, que é muito importante para o andamento de uma unidade escolar, vê-se que o existente não condiz com o modelo correto e atualizado que deveria ser encontrado. O que consta neste documento não é o desejo de propor a inclusão, alimentando as trocas de conhecimentos, sem ficar fora da teoria. O Projeto Político Pedagógico que foi mantido não tem o aporte contextualizado ao ambiente da Instituição de Ensino, não aborda os pontos curriculares e formativos de maneira abrangente, nem respeita as legislações orientadoras das Políticas Educacionais vigentes, por isso, não condiz em nada com a Lei nº 10.639/03.

O resultado que daí decorre aponta para a necessidade de uma continuidade indispensável na movimentação dos que estão lotados na Escola de Referência, pois, somente a boa vontade oriunda do trabalho realizado atualmente não é o fator causador da responsabilidade que precisa ser despertada. É preciso proporcionar uma orientação para a solidariedade que integre o conjunto de um projeto favorecedor da cidadania, indispensável para tratar a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. Isso é o que poderia envolver

permanentes trocas de entendimentos, com os quais haveria o estabelecimento dos consensos e o reconhecimento de que as atitudes incertas de alguns não compactuam com as intenções corretas dos demais. É necessário efetivar a *praxis* do docente, numa direção voltada para o rumo da humanização crítica, no pensamento ético-político de um saber apropriado que tenha como ponto principal o desempenho educacional voltado para as legislações e as tornem evidentes nas situações determinantes, as quais são vivenciadas pela educação no âmbito escolar como méritos e competências desta área.

Diversos textos expostos neste trabalho configuram as citações que pretendem esclarecer como ocorreu e ocorrem as políticas de modo geral, servindo como suporte ao entendimento eficaz sobre o legado existente, o que possibilita ganhos de conhecimentos para uma melhor compreensão a respeito da relação da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” relacionada com a formação profissional do docente. Isto leva ao entendimento deste contexto, em que o poder de impasses observados no local da pesquisa foram expostos como desafios nesta investigação, em que foram feitas múltiplas verificações úteis e esclarecedoras.

Assim, a educação escolarizada deveria ser a porta voz dos alunos, negros e não negros que anseiam por uma oportunidade de estudar numa escola que lhes ajudem a fugir desta estimativa que mostra o lado globalizante da política educacional que concebe os alunos apenas como parte das metas a serem atingidas, ou como um meio para angariar maiores incentivos governamentais. As sociedades, de maneira geral, e também em Pernambuco, são conservadoras, tradicionais e preocupadas com a religiosidade. No final, a pedagogia não é a parte claramente vislumbrada da educação e a aprendizagem só tem significação se os métodos e técnicas empregadas para a formação do professor (o ensino) e ou o aluno (a aprendizagem) estiverem em consonância. O país enfrenta uma grande movimentação que enfoca os pontos negativos da educação de hoje. Esta crise educacional não só se encontra em Pernambuco, mas em sete outras unidades federativas. Esta obra dissertativa elaborada no âmbito de um período grevista, em que uma imensa campanha sindical lutava para não deixar que houvesse mais perdas salariais para a categoria de professores estaduais. O salário é um objetivo que interfere significativamente na vida de qualquer profissional, principalmente para o professorado da rede de ensino estadual que já é, historicamente, uma classe trabalhadora menos favorecida e desvalorizada financeiramente pelas políticas dos governos pernambucanos.

Em meio às controvérsias e entendimentos aleatórios, o governo do estado conseguiu reverter uma forma de conceder o reajuste apenas para os proventos dos professores que não

tinham o nível superior, deixando os demais que possuem graduação e as pós-graduações (especialização, mestrado e doutorado), ficaram excluídos, nessa política governamental de sonegação dos proventos determinados pela lei do piso salarial. Então, a elaboração desta pesquisa não foi por acaso, ela está fortemente equilibrada e embasada por múltiplos entendimentos sobre a questão educacional, ou porque não dizer: a “ciência da educação” que é vista como um dos pilares primordiais para descrever a imagem do magistério e sua vida cotidiana na Escola de Referência.

Desta forma, o propósito desta dissertação é dar lugar às expectativas da categoria de professores, e também do alunado, enveredando na real vivência dos demais trabalhadores em educação, os quais, através de movimentos sociais enfrentam as adversidades para verem a educação deslancar. É necessário afirmar que, por mais carente que seja a escola pública, ainda é o melhor local para se estudar e exercer o ensino com liberdade, porque é lá que o professor aprende a utilizar as ferramentas que tem em mãos e levar os saberes para o aluno, os quais promoverão as inegáveis e irrefutáveis mudanças de paradigmas no âmbito da educação.

Finalmente, quanto à educação, aos professores e aos alunos afrodescendentes depreende-se que não têm poder para, sozinhos, assegurar a justiça social nem para erradicar as discriminações sociais. O que resolveria este impasse seria uma ação governamental visando a mobilizar e conseguir o equilíbrio que o meio educacional merece. Isso poria fim às manifestações que almejam uma educação de qualidade sem entraves e controvérsias, pois todos os objetivos perseguidos por tantos anos pelos seres humanos estariam mais próximos de serem alcançados. Vale também ressaltar os valores necessários que constituem a base para qualquer pessoa viver plenamente. Assim sendo, todos se tornariam dignamente participantes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Silvia Martins de. **Arte Popular em Pernambuco. Recife: Departamento de Extensão Cultural da UFPE, EMPETUR, EMETUR, 1969.**

ALMEIDA, Magdalena Maria de. **Samba de coco e políticas públicas: patrimônio e formação cultural em Pernambuco.** Brasília: FCP, 2013.

ALVES, Carmem Dolores. **A implantação da Lei 10.639/2003 nas escolas municipais do Recife e o papel da gestão escolar.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

ANDRADE, Inaldete Pinheiro de. **Racismo e Anti-racismo na Literatura Infanto – juvenil.** Recife, Etnia Produções Editorial, 2001, p.70.

ANPED. **Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado.** Rio de Janeiro: ANPED, 2011.

APPLE, M. W. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional?** In: Moreira, A. F. B.; Silva, T. T. da (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação.** São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARAGÃO, Wilson Honorato et al (organizadores). **Afroeducação.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

ARROYO. Miguel G. **Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. **Ofício de Mestres: imagens e auto-imagens.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AZERÊDO, Maria Alves de. **As Representações Semióticas de Multiplicação: Um Instrumento de Mediação Pedagógica.** Tese de Doutorado – Linha de Pesquisa: Ensino e Aprendizagem. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública – 1883.** In: Obras completas de Rui Barbosa, v. 10, tomo I, II, III, IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BRANSFORD. J. D, et al (Org.). **Como as pessoas aprendem. Cérebro, mente, experiências e escola.** Tradutor: Carlos David Szlak. São Paulo, Editora SENAC, São Paulo. 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 2008.

BRASIL. MEC/FNE. **CONAE 2014:** documento referência.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei n.º 13.005, de 25 junho de 2014.** Aprova o PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>. Acesso em 22/10/2015.

BRZENZINSK, Iria (organizadora). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** São Paulo, Cortez, 1997.

CÁRDENAS, Carmela Oscanoa de. **O uso do folclore na educação: e frevo na didática pré-escolar.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1981.

CARRAHER, Terezinha Nunes et al. **Na vida dez, na escola zero.** 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COLETIVO COLOMBIANO. **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas.** UNECO-MEC. CEAAL, Brasília. 2005. (Coleção Educação para todos).

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. De 05 de outubro de 1988. 5ª edição, Atlas.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: Ranços e avanços.** 19ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

_____. **Pesquisa: princípio científico e educativo.** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90.** Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

_____. et al (Org.). **Perspectivas em Políticas Públicas.** Belo Horizonte | Vol. IV | Nº 7 | P.140-148 | jan/jun 2011.

FALCÃO, Lygia (Coordenadora do Projeto). **100 Anos de Frevo.** Prefeitura da Cidade do Recife, 2007.

FÁVERO, Osmar (org.). **Democracia e educação em Florestan Fernandes.** Campinas, SP: Autores Associados, Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense (EDUFF), 2005.

FARIA FILHO, Luciano M. de. **“A Cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira”.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, nº 1, jan/abr., 2004, p.139-159.

FELDMANN, Marina Graziela. **Formação de professores e escola na contemporaneidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

FERREIRA, L. S. **A Pesquisa Educacional no Brasil. Tendências e Perspectivas**. Contratempos. Volume 9, nº 1- pp.43-54- Itajaí, jan/abr, 2009.

FILHO, Heitor Pinto de Moura. **Escravos em Pernambuco, 1560-1872**. Ensaio de reconstrução macrodemográfica. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 29 de outubro de 2008.

FONSECA, Marcus Vinícius. **“A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira”**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, Autores Associados, nº 13, 2007, p.11-50.

FONTE VIRTUAL. www.youtube.com

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, vozes, 1987.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. **Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. 10ª edição, Rio de Janeiro, Record, 1998, p.758.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Política educacional e indústria cultural**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

FUNDARPE- **Mostra Patrimônios Vivos de Pernambuco**, 2005.

GARCIA, R. **O Conhecimento em Construção. Das formulações de Jean Piaget à teoria de sistemas complexos**. Porto Alegre: Artmed. 2000.

GENTILI, Pablo et al. **Política educacional, cidadania e conquistas democráticas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GONZÁLES, C. O. **Fronteras de la cultura**. Pasajes. Tópicos del Seminario 17, Puebla, 2007.

_____. Alfabetización y competencia. Notas. Doc. Impreso. Jan. 2006.

GUBA, E. G. & Lincoln, Y. S. **Effective Evolution**. San Francisco. Joney Bass, 1981.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org.). **Inventário Cultural dos Maracatus Nação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

GUSDORF, Georges. **Professores para que?: para uma pedagogia da pedagogia**. 2ª ed. São Paulo: Martins fontes, 1995.

HARVEY, David. **Breve Historia del Neoliberalismo**. Madrid: Akal Ediciones, 2007.

HIPÓLIDE, Márcia Cristina. **O ensino de história nos anos iniciais do ensino fundamental: metodologias e conceitos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

HOFFMANN, Jussara M. L. **A avaliação: mito & desafio, Perspectiva Construtivista**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORNAL FOLHA DE PERNAMBUCO. **Caderno de Economia, p.2, quarta-feira 19 de novembro de 2014**.

_____. **Programa, cultura, p.6, domingo 03 de maio de 2015**.

_____. **Programa, p.6, domingo 30 novembro de 2014**.

_____. **Programa, p.3, sexta-feira 28 de novembro de 2014**.

_____. **Cotidiano, p.3, 19 de setembro de 2014**.

_____. **Cotidiano, p.4, 06 de setembro de 2014**.

_____. **Cotidiano, p.7, 28 de setembro de 2014**.

_____. **Programa – Literatura, p.4, segunda – feira 30 de março de 2015**.

_____. **Economia, p.2, domingo 12 de abril de 2015**.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Cidades, p.2. Recife, 1º de março de 2015**.

LAIA, Maria Aparecida et al (Orgs). **A Universidade e a formação para o ensino de História e Cultura Africana e Indígena. Desafios e Reflexões**. Série: Cadernos Cone, São Paulo, 2011.

LEI Nº 9.394, promulgada em 20/12/96, DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Editora do Brasil, 1996.

LEI Nº 10.639 – DE 09 DE JANEIRO DE 2003. Diário Oficial da União.

LEI Nº 11.645 – DE 10 DE MARÇO DE 2008. Diário Oficial da União.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente**. 10ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

LOUREIRO, Bráulio Roberto de Castro; RIBEIRO. Danielle Cristine. Artigo: **Política social neoliberal: expressão da necessária relação estado/capital em tempos de crise estrutural do capital**. Londrina: Mediações, v. 16, n.1, p.292-308, Jan./Jun. 2011.

LYOTARD. Jean-Francois. **O Pós-moderno**. Tradução de Marcos Santarrita, Rio de Janeiro: José Olimpo Editora, 3ª edição, 1988.

MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Educação e educadoras na Paraíba do século XX: práticas, leituras e representações**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

_____ et al. **Olhares: gênero, sexualidade e cultura**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011.

MAKARENKO, Anton. **Poema Pedagógico**. 2ª ed. Lisboa: Livro Horizonte LDA, 1980.

MARX, Karl. **O Capital**: livro 1, vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criticidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MEDEIROS, Roseane Borges de. **Maracatu Rural. Luta de classes ou espetáculo?** Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2005.

MUNANGA, Kabengela. **Superando o racismo na escola**. 3ª edição, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. **Pedagogia liberal moderna: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana**. Campinas, SP: Autores Associados – FE/Unicamp, 1997.

NORBERTO, Bobbio. **O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Estado, governo, sociedade; por uma teoria geral da política.** Tradução de Marcos Aurélio Nogueira, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e sua formação.** Lisboa: Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das Políticas de Governo à Política de Estado: Reflexões Sobre a atual Agenda Educacional Brasileira.** Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p.323-337, abr. jun. 2011. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

OLIVEIRA, I. B. **Alternativas curriculares e cotidiano escolar.** In: C. ANDAU, V. M (Org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender.** Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** Recife: Edição Bagaço, 2003.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Frevo, Capoeira e Passo.** Recife, Companhia editora de Pernambuco, 1971.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: **ensino médio.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC/SEF, 1999, p.364.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação.** São Paulo: Paulinas, 2007.

PEREIRA, Maria Zuleide da Costa; LIMA, Idelsuite de Souza. **Currículo e Políticas Educacionais em Debate.** Campinas: SP, Alínea. 2012.

_____, et al (organizadoras). **Globalização, interculturalidade e currículo na cena escolar.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

PERRENOUD, Phillipe. **Novas Competências para Ensinar.** Porto Alegre, Artmed, 2000.

PIMENTA, S. G. (Org.). **Saberes Pedagógicos e atividade docente.** São Paulo; Cortez, 2000.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; Cury, Cláudia Engler (organizadores). **História da Educação na Paraíba: Rememorar e Comemorar.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2012.

PINTO, Regina Pain. **“Raça e educação: uma articulação incipiente”.** Cadernos de pesquisas, São Paulo, FCC, nº 80, 1992.

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL, V. 1, nº7, INSS 1414-5987, jan./jul., 2001 – Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

_____, V. 1, nº1, INSS 1414-5987, jul./dez., 1997 – Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

Revista Continente. **Os Carnavais de Pernambuco**. nº 7, ISSN 1518-5095. Santo Amaro – Recife/PE, Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, fevereiro de 2003.

REVISTA VIVER COLEÇÃO MEMÓRIA DA PEDAGOGIA. **Paulo Freire: a utopia do saber**. nº 4, INSS 85-99535-04-8. Rio de Janeiro: Editora: São Paulo: Segmento dueto, 2005.

REVISTA TEMPOS E ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO. Vol. 1, nº 1, INSS 1983-6597. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2010.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho et al (organizadores). **Construindo trilhas, refazendo caminhos: alguns pontos de reflexão sobre educação e diversidade**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2012.

_____. **Dimensões Teóricas E Avaliativas na Construção da Formação Continuada: desafios para o Século XXI**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2013.

RODRIGUES, Neidson. **Da mistificação da escola a escola necessária**. São Paulo: Cortez, 1989.

SANTIAGO, Maria Eliete. **Escola pública de 1º grau: da compreensão à intervenção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____ et al (organizadoras). **Educação, escolarização e identidade negra: 10 anos de Pesquisa sobre relações raciais no PPGE/UFPE**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade**. Porto: edições Afrontamento, 1994.

_____. **Globalização: fatalidade ou utopia**. Porto/Portugal: Afrontamento, 2001.

_____. **Tesis para um universidad pautada por la ciência posmoderna**. In: Salgado, J. G. G. (Compilador). **Reestructuración de la universidad y del conocimiento**. México. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias em Ciencias y Humanidades. Coordinación de Humanidades, 2007.

SANTOS FILHO, José Camilo dos; Gamboa, Silvio Sánchez (org.). **Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade**. 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____. **Escola e Democracia: teorias da educação, Curvatura da vara, onze tese sobre a educação política**. 4ª ed. Revista, Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11º ed, Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____ et al. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SIEBERT, Célia. **Geografia de Pernambuco**. São Paulo: FTD, Edição renovada, 2001.

SILVA, Claudilene Maria da. **Professoras Negras: identidade e práticas de enfrentamento do racismo no espaço escolar**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

_____ (org.). **Recife nação africana, catálogo da cultura afro-brasileira: maracatu nação, capoeira, samba, afoxé, reggae e hip-hop**. Recife: Prefeitura do Recife, 2008.

SILVA, Luci Maria da. **UM OLHAR PEDAGÓGICO DA CAPOEIRA NO BRASIL: Aspectos: filosófico, histórico, social e democrático**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2015.

SOLSO, R. L. (Org.). **Ciências da mente e do cérebro no séc. XXI**. Tradutor: Carlos Evaristo dos R. M. C. Brasília: Editora UNB, 2004.

SOUZA, J. F. **A Vigência da Educação Popular**. In: **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. s/d.

_____. **E a Educação popular? Quê? Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro**. Recife, Pe. Bagaço; Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular da UFPE (NUPEP). 2007.

SOUZA, Neusa Maria Marques (org.). **História da educação**. 2ª ed. São Paulo: Avercamp, 2006.

STANO, Rita de Cássia M. T. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 87).

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (organizadoras). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

STOER, S. R. **“Construindo a Escola democrática através do Campo da reconstrução pedagógica”**. Educação & Cultura, 1994, p.7-27.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Faustino. **Sociologia da Religião: Enfoques teóricos**. 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

TELLA, Marcos Aurélio Paz (org). **Direitos humanos, população afro-paraibana e mulheres negras**. João Pessoa: NEABI/UFPB, 2012.

THIOLLENTE, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1986.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores. A origem da lei negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIGOTSKI, Levi Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WIEVIORKA, Michel. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WEHLING, Arno; Wehling, Maria José C. De M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994, p.359.

ZEICHNER, Kenneth. M. **Formação reflexiva de professores: idéias e práticas**. Lisboa: EDUCA, 1993.

APÊNDICE A - 1º QUESTIONÁRIO SÓCIO EDUCACIONAL / PROFESSORES**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA****CENTRO DE EDUCAÇÃO****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO****1º QUESTIONÁRIO SÓCIO EDUCACIONAL / PROFESSORES**

Nome completo: _____

SEXO: ☐ Masculino ☐ Feminino

TEMPO DE DOCÊNCIA: Em meses/anos _____

IDADE ATUAL _____, idade de iniciou na profissão: _____meses/anos.

Graduado(a) em: _____

Leciona: No Ensino Médio de Referência? ☐ Sim ☐ Não ou no Ensino Médio Regular ☐ ou EJA Médio ☐Em qual ou em quais anos ensina? Primeiro ☐ Segundo ☐ Terceiro ☐ do ensino Médio.

Desde quando? _____

Por quê? _____

Qual o componente curricular (disciplina) que leciona: ☐ História ☐ Artes ☐ Literatura

PERGUNTAS

1 – Você Conhece a Lei nº 10.639/03?

☐ muito ☐ mais ou menos ☐ pouco ☐ nada

2 – Qual o motivo que lhe incentivou a dedicar-se a educação?

☐ VOCAÇÃO ☐ SATISFAÇÃO PESSOAL ☐ MERCADO DE TRABALHO –

Outros:

2- A temática: “História e cultura Afro-Brasileira” é o conjunto dos conhecimentos oriundos dos negros, legado adquiridos e passados de geração a geração. Você entende que no currículo está contida uma percepção da cultura brasileira? Qual sua opinião?

4 - Você considera que a vivência da prática docente como um campo de atuação, feita pelo povo para o povo, constitui uma democracia que respeita a diversidade racial:

☐ totalmente de acordo

☐ em desacordo

☐ de acordo

☐ totalmente em desacordo

Detalhes:

5 – Na sua visão, o processo de ensino-aprendizagem é vivenciado, dentro de quais aspectos? Marque os que forem de sua visão, pode acrescentar outro e justifique sua (as) resposta (s).

☐ 1 – Interação/cooperação/amizade ☐ 2 - Inimizade/intrigas

() 3 - Inclusão/diversidade () 4 – Exclusão () 5 - Multi/trans/interdisciplinar

Outros: _____

Justifique sua (s) resposta (s):

6 – De modo geral, quais as suas percepções sobre a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. Escreva o que sabe a este respeito. Qual ou quais livro (s) você leu? Filmes, ou outro meio de informação, que queabordavam a questão? Caso lembre o autor, informe.

7 – O poder público oferece ou ofereceu formação continuada sobre a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”? Sim () Não () Seja qual for sua resposta, informe se gostaria de ter capacitações a esse respeito.

8 – Caso você tenha adquirido conhecimentos sobre a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” marque a resposta abaixo, depois faça um pequeno resumo de como aconteceu:

Tipos de condições que adquiriu conhecimento	Sim	Não
Espontaneamente		
Na graduação		
Formação continuada		
Todas as alternativas		
Nenhuma alternativa		

Explique: _____

9 - Em seu trabalho com a educação, ao longo do tempo, você tem englobado a questão étnico- racial em sala de aula e na Instituição Escolar? Sim () Não () Explique.

10 – De modo geral, dentro de suas percepções sobre a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” escreva o que sabe a este respeito. Que ou quais Livro (s) você leu? Filmes, ou outro meio de informação que abordavam a questão? Se caso lembrar o autor informe.

11 - Escreva hipoteticamente, como você organizaria uma aula dentro da proposta da temática: “História e cultura Afro-Brasileira” para seus alunos, levando em consideração a disciplina que leciona e o ano do ensino médio da turma.

12- De que forma você entende o currículo oficial e como procede para usá-lo em sala de aula? Faça uma sucinta descrição.

13 – De acordo com a sua percepção de que maneira o gestor da escola, o educador de apoio e o analista educacional são vistos por você?

Visão sobre o Gestor:

Visão do Educador de Apoio:

Visão a respeito do Analista Educacional:

APÊNDICE B - 2º QUESTIONÁRIO SÓCIO EDUCACIONAL / GESTOR**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO****2º QUESTIONÁRIO SÓCIO EDUCACIONAL / GESTOR**

Nome Completo: _____

SEXO: () Masculino () Feminino

TEMPO DE DOCÊNCIA: Em meses/anos _____

TEMPO DE DIRETOR (A): Em meses/anos _____

IDADE ATUAL _____, idade de iniciou na profissão: _____meses/anos.

Graduação em: _____

Em qual ou em quais anos ensinou ou ensina? Primeiro () Segundo () Terceiro () do Ensino médio.

Há quanto tempo? _____

Por que? _____

Qual o componente curricular (disciplina) que leciona ou lecionou:

PERGUNTAS

1 – Você Conhece a Lei nº 10.639/03?

☐ muito ☐ mais ou menos ☐ pouco ☐ nada

2 – Qual o motivo que lhe incentivou a dedicar-se a educação?

☐ VOCAÇÃO ☐ SATISFAÇÃO PESSOAL ☐ MERCADO DE TRABALHO –
Outros:

3– A temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” é o conjunto dos conhecimentos oriundos dos negros, legado adquiridos e passados de geração a geração. A escola tem esta percepção da cultura brasileira? Como você entende?

Por quê?

4 – Você considera que a vivência da prática docente como um campo de atuação, feita pelo povo para o povo, constitui uma democracia:

☐ totalmente de acordo ☐ em desacordo

☐ de acordo ☐ totalmente em desacordo

Detalhes: _____

5 - Na sua visão, o processo de ensino-aprendizagem é vivenciado, dentro de quais aspectos? Marque os que forem de sua visão, pode acrescentar outro e justifique sua (as) resposta (s).

- () 1 – Interação/cooperação/amizade () 2 - Inimizade/intrigas
 () 3 - Inclusão/diversidade () 4 – Exclusão () 5 - Multi/trans/interdisciplinar

Outros:

6 - De modo geral, dentro de suas perspectivas sobre a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” escreva o que sabe a este respeito de: Livro (s) que você leu? Filmes, ou outro meio de informação. Que abordagem tinha sobre a questão? Caso lembre o autor, informe.

7 – O poder público oferece ou ofereceu formação continuada sobre a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”?

8 – Caso você tenha adquirido conhecimentos a respeito da temática: “História e Cultura Afro-Brasileira” marque a resposta que melhor lhe couber, depois escreva como aconteceu e as condições em que adquiriu tais conhecimentos:

Meios de Conhecimento	Sim	Não
Espontaneamente		
Na graduação		
Formação continuada		
Todas as alternativas		
Nenhuma alternativa		

Explique: _____

9 - O Projeto Político Pedagógico da Escola contempla a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”? Sim () Não () Explique o por quê?

11 – No Projeto Político Pedagógico da Escola existe proposta de formações profissionais para os docentes sobre a Temática? Sim () Não ()

Explique sua resposta:

12 – De exemplo de uma proposta de trabalho com a temática: “História e Cultura Afro-Brasileira”. No caso da escola já trabalhar com a temática descreva como acontece.

13- De que forma você entende o currículo oficial? Faça uma sucinta descrição.

14 – De acordo com a sua percepção de que maneira o Corpo docente é visto por você?

Visão sobre o Corpo Docente:

ANEXO A – DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

ISSN 1674-2319



Brasília, 10 de janeiro de 2003. R\$ 0,52

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INACIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

**ANEXO B - CERTIDÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DO CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CERTIDÃO

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou por unanimidade na 7ª Reunião realizada no dia 20/08/2015, o Projeto de pesquisa intitulado: **“A TEMÁTICA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA RELACIONADA COM A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E AS PERCEPÇÕES DOCENTES NA ESCOLA DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO ESTADUAL DE PERNAMBUCO”**, da Pesquisadora Luci Maria da Silva, Prot.: 0466/15, CAAE: 48031415.9.0000.5188.

Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à apresentação do resumo do estudo proposto à apreciação do Comitê.

Andréa Maria da C. Lima
RUE SAPE 11175/0
Secretária do CEP/CCS-UFPA

REVISÃO

LÍNGUA PORTUGUESA: SÔNIA MARIA SOBREIRA DINIZ CYSNEIROS.

LÍNGUA INGLESA: ELIVELTON DOMINGOS.

LÍNGUA ESPANHOLA: ISABELA CRISTINA TAVARES SILVA.

REVISÃO DAS NORMAS DA ABNT: MARCELO COUTINHO.